

Novembro de 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola entre países onde Insegurança alimentar deve crescer	1
1.2 As minhas primeiras lições	1
1.3 Taxa de desemprego em Angola recua para 30% no terceiro trimestre	2
1.4 Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto da banca 1,4 biliões Kz estão malparados	3
1.5 Já há 1,2 milhões de jovens que não trabalham nem estudam	3
2. MICROFINANÇAS	5
2.1 Microseguro é a maior novidade e vai ajudar no crescimento do sector	5
2.2 Desembolsos do Programa de Apoio ao Crédito ascendem a 41 mil milhões	6
2.3 Crédito à economia sobe 4,68 por cento	7
2.4 Crédito à produção cresce cerca de 5,0% em Outubro	8
2.5 Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto da banca 1,4 biliões Kz estão malparados	9
2.6 Lucros da banca dispararam 26,7% para 307 mil milhões Kz	9
2.7 Centrais de informação de crédito garantem qualidade dos negócios	10
2.8 Fundo de Crédito já deu garantias sobre 310,7 mil milhões Kz em financiamentos	11
3. MERCADO INFORMAL	13
3.1 Travão aos lotadores de táxis	13
3.2 Acções em curso para travar tráfico de combustíveis	13
3.3 Vendedores podem ser responsabilizados por realizar actividade em locais impróprios	14
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	16
4.1 Aprovadas verbas para a implementação de projectos em Luanda	16
4.2 Dívida pública cresce 5% mas rácio em queda já está nos 60% do PIB	17
4.3 Execução do OGE	17
4.4 O sentido da política orçamental angolana - 2020 e 2021	18
4.5 Duas décadas, Angola ainda está muito longe de aplicar na saúde 15% das despesas do OGE	19
4.6 UNITA privilegia OGE no debate parlamentar	20
4.7 Executivo entrega proposta do OGE-2023 ao Parlamento	21
4.8 Huambo arrecada mais de dois mil milhões de kwanzas	22
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	24
5.1 Sobas Solicitam melhor distribuição das receitas	24
5.2 Família “Santos” prepara entronização do novo soba	24
5.3 Governador nomeia novos Administradores	25
5.4 Reino Tchokwe em crise: governo acusado de interferências	26
5.5 Proposta de nova Divisão Político-Administrativa será enviada em breve à Assembleia Nacional	27
5.6 Huambo arrecada mais de dois mil milhões de kwanzas	28
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	30
6.1 Reação «Daqui a duas ou três semanas teremos a logística pronta»	30

6.2	Luanda a província «campeã» em obras abandonadas ou por concluir	30
6.3	Levantamento país tem mais de sete mil obras paralisadas	31
6.4	Centralidade Horizonte do Cuito conta com mais 56 famílias	31
6.5	Abertas inscrições para urbanização Dom Kevanu	32
6.6	Mobilidade urbana sustentável acelera desenvolvimento	32
6.7	Ordem quer maior participação na solução de problemas do país	33
6.8	Digitalização de arquivos reduz tempo no atendimento	34
6.9	AGT inicia projecto de cadastramento de imóveis	35
6.10	Entregues mais três edifícios do “Vida Pacífica” para associações juvenis	35
6.11	Sector da Construção dá sinais de recuperação	35
6.12	Antigos combatentes recebem casas na urbanização Horizonte	37
7.	TERRA	38
7.1	Kilamba Kiayi Administrador 'ignora' Decreto Presidencial que dá razão ao Deskontão no conflito' por terreno	38
7.2	Programa “Assentamento de Jovens Agricultores” concede lotes de terra	38
7.3	Governador de Luanda defende medidas para conter a construção desordenada	39
7.4	Comissão de Moradores não tem autonomia para vender terrenos	41
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	42
8.1	Canal do Cafu reduz transumância e abandono escolar de crianças	42
8.2	Sistema integrado de abastecimento de água começa a ser construído no Bita	43
8.3	Alerta aterro sanitário clandestino no Benfica tira sono aos moradores	44
8.4	Administração lança projecto de aquisição de lixo plástico	45
8.5	Precisa-se contadores “Pré-Pago da EPAL”	45
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	47
9.1	Lançada campanha para acabar com a violência contra a mulher	47
9.2	Ministério da Família quer engajamento na redução dos índices de violência	47
9.3	Cuanza-Sul regista mais de 700 casos de Violência contra mulheres	48
9.4	Combate à pobreza nas famílias com mais acções para as mulheres	49
10.	AMBIENTE	51
10.1	Vários hectares de florestas devastados por queimadas	51
10.2	Chuva inunda ruas e casas	51
10.3	Angola defende financiamento para enfrentar desafios do clima	52
10.4	Chuva causa mortes no Cuando Cubango	53
10.5	Governo intercepta construção de condomínio para proteger eucaliptos no Lubango	53
10.6	Que Luanda teremos na nova temporada chuvosa 2022-2023	54
10.7	Chuva deixa ao relento dezenas de famílias	56
10.8	Chuva provoca duas mortes e deixa bairros da cidade de Luanda inundados	56
10.9	As chuvas e os danos	57
11.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	59
11.1	Repercussões para o mundo e para Angola	59
11.2	Victória de Lula vai trazer política externa “mais alinhada” à China	63
11.3	Luanda ganha parque de tecnológico da Huawei	63
11.4	Feira de Mobiliário abre portas aos pequenos empreendedores	65

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola entre países onde Insegurança alimentar deve crescer

Novo Jornal

4 De Novembro de 2022

Angola figura na lista dos países da África Austral onde se prevê que a insegurança deverá crescer nos próximos meses. O alerta, dado na passada segunda-feira, 31, é da Rede dos Sistemas de Aviso prévio contra a Fome, organização que trabalha na previsão e resposta à fome e outras formas de insegurança alimentar na África subsaariana.

De acordo com o documento, espera-se que os resultados da crise da fome se tornem mais difundidos em áreas do Sul de Madagáscar, Malawi e Moçambique, bem como Angola e grande parte do Zimbábue, devido aos impactos combinados de chuvas fracas em 2021/22, ciclones tropicais e declínios económicos domésticos a partir de Outubro, o que levará ao aumento da população até ao início de 2023.

A insegurança alimentar, segundo a classificação o organismo acima citado, encontra-se na III das cinco existentes, onde se enquadram os agregados familiares que passam por falta de consumo alimentar, aferível por desnutrição aguda elevada ou acima do normal, ou que têm uma capacidade mínima para satisfazer as necessidades alimentares, mas apenas esgotando os seus meios essenciais de subsistência ou recorrendo a estratégias de resposta a crises.

Na maioria dos países, a inflação também deve aumentar, provocando assim aumentos nos preços dos alimentos. As famílias pobres na maioria das áreas deficitárias continuarão a lutar para aceder a produtos alimentícios no mercado, face ao fraco poder de compras.

I.2 As minhas primeiras lições

Novo Jornal

4 De Novembro de 2022

Texto: Sérgio Calundungo

A Acção Angolana para o Desenvolvimento e Ambiente (ADRA) proporcionou-me as primeiras visões sobre os problemas do desenvolvimento rural em Angola. Quando me juntei a esta instituição, comecei a compreender, de forma clara, o quanto os nossos decisores políticos necessitam de aprender para que sejam capazes de tomar as melhores decisões em relação a aspectos críticos necessários para o desenvolvimento rural em Angola.

Na ADRA, aprendi os efeitos nefastos na vida de milhares de pessoas quando quem tem o poder de tomada de decisão ao nível nacional, provincial ou municipal negligencia detalhes cruciais acerca de comunidades afectadas pelas suas decisões, como as condições topográficas. As relações dos cidadãos com as autoridades locais e tradicionais, os níveis de coesão existente na comunidade, as disputas internas e partidárias, a qualidade dos solos, a proximidade ou a distância dos mercados.

Por exemplo, o Executivo, ao nível Central, pode até lutar para que os municípios façam uma gestão criteriosa do orçamento alocado para o combate à pobreza, mas este é um processo complexo. Assegurar uma boa aplicação dos recursos públicos pode aparentemente ser um passo fácil, mas eliminar os vícios e interesses gerados e que concorrem para que tal não aconteça é um processo longo e difícil, sobretudo num país como o nosso.

Muitas coisas teriam mudar em Angola para consolidarmos a ideia de que uma mudança eficaz deve estar ciente que a mudança requer uma combinação de uma melhoria no conhecimento das realidades de todas e cada uma das áreas rurais onde se pretende intervir o mínimo de capacidade tecnocrática, liderança e compromisso político de quem detém o poder e sem dúvida, níveis mais elevados de participação dos cidadãos.

Políticas exitosas de desenvolvimento rural e ambiental em Angola para consolidarmos a ideia de que os recursos públicos devem estar ao serviço dos cidadãos no seu todo, e não de uma pequena elite próxima de quem detém ou controla o poder político. Desde o péssimo hábito da subfacturação, a indicação de pessoas incompetentes para cargos, utilizando apenas o critério de militância partidária até à ineficácia de muitas das decisões e orientações superiormente baixadas, são enormes as dificuldades para lidar com tais desafios.

Outro exemplo, quando se enunciam, ao nível nacional, a adopção de importantes medidas macroeconómicas para sairmos da crise e celebra-se o sucesso das medidas de estabilização macroeconómicas, quem vive sumido na fome, pobreza e miséria nas zonas rurais, sabe que vai continuar a passar por dificuldades devido a problemas intrínsecos, tais como a localização geográfica da zona, os níveis de assimetrias regionais e desigualdades sociais que nos dividem entre angolanos e angolanas que têm, e angolanos e angolanas que não têm nada.

Não é difícil prever o impacto de uma decisão política sobre a vida das pessoas, quando quem as toma não demonstra sensibilidade em relação aos meios de vida e de sustento das pessoas sobre as quais incide tal política. Quem decide, por exemplo, pode optar por não reconhecer a venda ambulante ou outras actividades das quais as requerem reformas das instituições e políticas que lidam com estas situações e também financiamentos públicos compatíveis com os resultados e desejos que se quer alcançar. Caso queira obter níveis maiores de progresso em termos de desenvolvimento rural e ambiente, Angola precisa de reformas institucionais e políticas que sejam coerentes com os pronunciamentos políticos até aqui feitos.

Embora já não sejam a maior parte dos cidadãos deste País, quisera eu que os nossos compatriotas que vivem nas zonas rurais exigissem de forma mais acutilante tudo aquilo a que têm direito, afinal de conta somos todos e todas angolanas e angolanos, iguais perante a lei.

I.3 Taxa de desemprego em angola recua para 30% no terceiro trimestre

O Novo Jornal

18 De Novembro de 2022

A taxa de desemprego em Angola fixou-se em 30% no terceiro trimestre, uma redução de 4,1 pontos percentuais face ao período homólogo, com o desemprego duas vezes superior nas zonas urbanas face às rurais.

Os dados constam na Folha de informação rápida do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), hoje divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que caracteriza a situação da população face ao mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2022.

Segundo o INE, a população desempregada com 15 ou mais anos, foi estimada em 4.913.745 pessoas, dos quais 2.211.509 homens e 2.702.237 mulheres.

A taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos foi estimada em 30,0%, sendo mais elevada para as mulheres (32,0%) comparando com os homens (27,9%)

Na área urbana, o desemprego é duas vezes superior à da área rural (37,6% contra 16,6%).

No terceiro trimestre de 2022, a população desempregada com 15 ou mais anos, não registou diferença significativa em relação ao segundo trimestre, com uma diferença de 0,2 pontos percentuais.

Os jovens com idades entre 15 e 24 anos continuam a ser os mais afetados pelo desemprego, com uma taxa de 54,2% no terceiro trimestre, valor inferior em 2,4 pontos percentuais, face ao segundo trimestre e 5,0 pontos percentuais face ao período homólogo (59,2%).

A população economicamente ativa (com 15 ou mais anos) foi estimada em 16,3 milhões de pessoas, dos quais 7,9 milhões homens e 8,4 milhões de mulheres.

Entre julho e setembro de 2022, no universo da população em idade ativa, 11, 4 milhões de pessoas declararam que trabalharam trabalho por conta de outrem, conta própria ou num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Outros 4,9 milhões, não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar no período de referência ou nos 15 dias seguintes.

Quase metade da população empregada exercia atividade nos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguindo-se o comércio por grosso e a retalho com 22,1%.

Em Angola, quase 80% das pessoas empregadas têm um emprego informal, percentagem que sobe para quase 88% entre as mulheres.

I.4 Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto da banca 1,4 biliões Kz estão malparados

Jornal Expansão
19 De Novembro 2022
Texto: Nelson Rodrigues

O malparado da banca comercial angolana voltou a subir em Agosto deste ano para perto de 22%. Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto do sistema bancário angolano, mais de 1,4 biliões estão malparados, de acordo com cálculos do Expansão, com base nos Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário do Banco Nacional de Angola (BNA). Na prática, por cada 100 Kwanzas emprestados pelos bancos comerciais quase 22 Kz estavam em incumprimento no final de Agosto.

Assim, em Agosto deste ano, dos 6,6 biliões de crédito bruto, quase 5,2 biliões Kz estavam em dia e 1,4 biliões eram malparado, ou seja, com pelo menos três meses de incumprimento no pagamento de juros e amortizações. Os dados do BNA não trazem explicações sobre as razões desta subida do também designado crédito vencido, nem as origens desse crédito em situação irregular, mas analistas do sector justificam com a crise económica que ainda se faz sentir na economia nacional, e com os elevados juros cobrados pelos bancos, sempre acima dos dois dígitos.

Aliás, os economistas sublinham que o poder de compra das famílias tem vindo a cair ao longo dos anos, o que tem contribuído para que muitos mutuários dos bancos deixem de honrar, a tempo, com os seus compromissos, até porque segundo

dados do INE (Índice de Preços no consumidor em Agosto), quase 46% dos gastos das famílias incidem sobre bens alimentares, o que significa que, na "hora de aperto", entre escolher a alimentação ou os créditos, acabam por deixar para trás as prestações ao banco.

Para o economista e analista de risco de crédito Adolfo Dombo, o atraso nas amortizações do crédito por parte das empresas e particulares e a subida do malparado está associado à conjuntura actual. "A subida do crédito malparado em Angola resulta daquilo que é o cenário macroeconómico. Ou seja, Angola acaba de sair de um ciclo de cinco anos de recessão económica e inflação permanece em alta, o que tem diminuído o poder aquisitivo ou financeiro das empresas e particulares, o que reduz, em consequência, a capacidade destas em honrar compromissos", explica.

"Montanha russa" no malparado

O crédito malparado tem vindo a registar várias oscilações. Só em Junho, a generalidade dos bancos que mandou reporte ao banco central sobre a sua situação patrimonial registou uma média de 19,3% de crédito malparado, depois de, no mês anterior, em Maio, ter estado 1,2 pontos percentuais acima.

Esta redução tinha sido explicada, na altura, por um quadro sénior do banco central com as renegociações de contratos de crédito. Segundo a fonte, os bancos têm encontrado formas de renegociação, fazendo com que as prestações mensais estejam ao alcance dos clientes.

I.5 Já há 1,2 milhões de jovens que não trabalham nem estudam

Jornal Expansão
22 De Novembro de 2022
Texto: Joaquim José Reis

O número de jovens que não trabalham nem estudam em Angola não para de subir e no final do III trimestre atingiu quase 1,2 milhões de pessoas, o que representa um crescimento de 34% face ao final de 2021, equivalente a mais 394 mil jovens, de acordo com cálculos do Expansão com base no Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE) publicado esta semana. No final do III trimestre, jovens com idades entre os 15 e os 24 anos representavam 60% do total da população activa do país, ou seja, quase 1,2 milhões de pessoas entre pouco mais de 1,9 milhões.

Este absentismo nas camadas mais jovens não é novo em Angola e é encarado como um sinal preocupante de que a falta de capacidade para gerar emprego nas camadas mais jovens ou até mesmo condições para que continuem com os estudos, o País tem estado a criar cada vez mais potenciais delinquentes ou, no limite, uma geração ociosa sem hábitos de trabalho. Entre os que nada fazem, há que contar também com os casos de afectam, por exemplo, o sexo feminino já que em Angola há uma elevada taxa de gravidez na adolescência, que as acaba por atirar para fora da escola e do mercado de trabalho.

Entre os quase 5,5 milhões de jovens economicamente activos, ou seja, que nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços, 54% estavam desempregados, sendo esta a camada da população mais afectada pelo desemprego no país. Por outro lado, no final do III trimestre deste ano 46% destes 5,5 milhões de jovens estavam empregados, ainda que provavelmente a viver de biscates, se tivermos em conta que 79,2% da população empregada do País ganha o seu ganha-pão na informalidade. Hoje já não é possível aferir no inquérito do INE quantos jovens têm empregos formais simplesmente porque o INE deixou de publicar esse dado concreto a partir deste ano.

Para se ter uma ideia da informalidade nas idades entre os 15 e os 24 anos é preciso recuar ao final de 2021, quando o INE ainda avançava com essa informação. Assim, naquela altura, entre os 2.235.191 jovens empregados, apenas 165.945 tinham emprego formal. Ou seja, 93% dos jovens tinham empregos informais. Face ao final de 2021, em Setembro deste ano há mais 273 mil jovens empregados, e menos 353 mil desempregados. Por outro lado, esta camada na população activa recuou em 81 mil pessoas.

Mais quase 288 mil empregos formais

Segundo os dados do INE, entre o final de 2021 e o fim do III trimestre deste ano, houve apenas um aumento de quase 137 mil pessoas em idade activa e um aumento de quase 572 mil pessoas com emprego, sendo que destas 50,4% foram para o mercado formal e o restante para o mercado informal. Este aumento do emprego formal será, parcialmente, uma consequência do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) - ainda que em números muito mais modestos que os anunciados pelo Governo, pois o número de inscritos na Segurança Social são bastante inferiores aos divulgados pelo Ministério da Economia, conforme anunciou o Expansão na sua edição 735, em que dos 150 mil inscritos no PREI apenas 5% entraram na SS. E há a questão do crescimento, ainda que ligeiro, da

economia angolana depois de cinco recessões consecutivas.

Por outro lado, há um recuo de quase 435 mil desempregados, com a taxa de desemprego a cair de 32,9% no final de 2021 para 30,0% no III trimestre deste ano. A população empregada com 15 ou mais anos foi estimada em 11.459.806 pessoas, sendo 5.727.980 homens e 5.731.826 mulheres.

A taxa de emprego foi estimada em 62,6%, sendo na área rural significativamente superior à urbana, 76,1% e 55,2% respectivamente. 49% da população empregada declarou que exerce o seu emprego principal na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca seguido do comércio por grosso e a retalho com 22,1%. Um terço da população empregada trabalha por conta própria (33,1%).

O IEA é um inquérito por amostragem, dirigido aos agregados familiares residentes em Angola, sendo excluídos os agregados familiares residentes em habitações colectivas, tais como hotéis, hospitais, quartéis militares, residências de estudantes, sem-abrigo, etc. A amostra deste inquérito é probabilística e permite disponibilizar dados a nível nacional, por província e por área de residência (urbana e rural). Por trimestre são seleccionados um total de 10.944 agregados familiares, sendo 6.036 na área urbana e 4.908 na área rural.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Microseguro é a maior novidade e vai ajudar no crescimento do sector

Jornal Expansão

4 De Outubro de 2022

Texto: João Armando

O microseguro foi criado para atender a segmentos que tipicamente estão fora do estopo das actividades das seguradoras tradicionais, mas que se enquadram determinados países, em especial naqueles onde o nível de desigualdade de rendimento é grande", começa por explicar Carlos Firme da Fortaleza Seguros, que acrescenta, "o micro seguro necessita de especialização, de uma análise de risco particular. Em termos práticos pode atender a áreas específicas da actividade económica, sendo que também é muito importante porque pode trazer mais pessoas para o sistema financeiro. É um conceito importante e o facto de estar regulamentado, pode ajudar a dar um impulso interessante nas vendas do sector".

Armando Mota, PCA da Tranquilidade, tem uma visão um pouco diferente. "Micro seguro é um micro capital, com um micro prémio, um micro grau de cobertura e um micro custo de distribuição. É vocacionado para pessoas de baixa renda. O microseguro não é um nicho, é enorme, porque a maioria das pessoas em Angola são de baixa renda".

E concretiza os maiores desafios: "Como é que se vende seguros a pessoas de baixa renda com custos de distribuição baixos? Pessoas que não estão propriamente ao telemóvel ou em frente a um tablet, que não telefonam para os call center. Este é que é o segredo, mas eu acho que temos uma solução na Tranquilidade. Não lhe vou contar, mas é importante ressaltar que a actividade das seguradoras é complementar, não podemos andar sozinhas. Neste caso particular, é fundamental ter primeiro microcrédito, que é muito mais fácil, para depois poder vender microseguros".

A forma com que cada uma das empresas olha para este conceito, é fundamental depois para a estratégia a desenvolver. Philippe Alliali, PCA da Salam Angola defende que "o microseguro não é um produto. Os produtos são os seguros de saúde, vida, petrolíferos, agroseguros, etc. O microseguro é um quando o prémio é pequeno, o grau de cobertura reduzida, o prazo curto, etc. Mas dentro daquilo que são os produtos que cada uma das seguradoras já explora".

O gestor lembra que mantendo a lógica é, no entanto, possível desenvolver produtos específicos com estas características que possam ajudar a alavancar as vendas de cada uma das empresas. Lembra por exemplo o exemplo de microseguros que uma escola desenvolveu para os seus alunos em Marrocos, da possibilidade haver um seguro de saúde com cobertura apenas para a malária com um prazo de duração mais reduzido, daquilo que considera ser "a possibilidade de se aproveitarem as oportunidades de mercado".

Custos mais baixos

Pode ficar-se com a ideia que os microseguros são vocacionados para o mercado informal, o que não corresponde totalmente à verdade. Podem ser importantes para situações de risco pontuais, dando a possibilidade a que pessoas de baixa renda possam ter contacto com este produto e minimizar os riscos da sua actividade, que na maioria dos casos pode ser informal.

"O microseguro é um produto para um nicho de mercado, que eu vejo como algo similar ao projecto Bankita para o sector bancário, que levou que muitos cidadãos pudessem ter a sua primeira conta. Penso que pode ser muito importante para aproximar e fidelizar as pessoas aos seguros", refere Fátima Monteiro, PCE do BIC Seguros, que acrescenta, "todas as empresas já têm microseguros, produtos com estas características. Agora já há uma lei e cada uma das empresas vai definir a sua estratégia de acordo com o que pensa do impacto que este produto pode ter na sua actividade".

Os microseguros também obrigam a custos de distribuição mais baixos para que sejam rentáveis, como explica Henda da Silva, administrador da ENSA: "É preciso dizer que a maioria das seguradoras já tem produtos feitos à medida, tal como são os microseguros. A questão que se coloca é que se as seguradoras tradicionais poderão estar neste mercado? Parece-me que sim, desde que tenhamos produtos adaptados ao mercado. É importante também olhar para a experiência em outros países e perceber o que aconteceu por lá. Há um potencial, claramente. Mas é um desafio enorme...".

Neste aspecto há alguma unanimidade. Os microseguros podem ser importantes, mas para isso as empresas têm que se empenhar. "Os microseguros não vão nascer de geração espontânea, não vão crescer apenas com a lei. É necessário criar equipas específicas que possam desenhar os produtos, trabalhá-los no mercado. O facto de haver uma regulação, de poder trazer mais pessoas para o sistema financeiro, de poder dar um impulso

importante na penetração dos seguros no seu global, também deve ser levado em atenção", acrescenta Carlos Firme.

Cristina Nascimento da Nossa Seguros, refere que o microseguro é um segmento de mercado específico, com características próprias, e que deve ser encarado como tal. Lembra também que "há graves problemas com os dados estatísticos que são disponibilizados, o que é um problema para elaborar modelos adaptados à análise de riscos, e quando estamos a falar de microseguros temos que ter uma gestão mais ágil, mais ajustada ao risco. E sem informações correctas e fiáveis, torna-se mais difícil".

Armando Mota refere ainda que "ainda que para estes produtos a taxa de sinistralidade não seja 30 ou 50 por cento, seja 70. Temos depois é que conseguir com a quantidade baixar os custos gerais para ganharmos dinheiro. É a dimensão quando comparada com o custo fixo que nos vai permitir ser rentável. Volto a dizer que é com as pessoas que podemos ter futuro neste negócio. Que temos que popularizar o seguro, e isso, devido às características do país, passa pelo aumento das vendas no segmento dos microseguros".

Fátima Monteiro lembra também que "há um factor importante que é a reputação. Se as maiores empresas decidirem entrar no microseguro vão fazê-lo como fazem por exemplo, nos grandes riscos. Se vou entrar tenho que fazer bem, essa é a lógica".

Parece claro que todos reconhecem que existe neste nicho uma oportunidade de negócio, embora existam diferentes leituras da forma como deve ser abordado. A questão dos custos de distribuição é importante e as empresas que se sentem mais à vontade numa estratégia de capilaridade das suas vendas, estão mais empenhadas na oferta de microseguros.

2.2 Desembolsos do Programa de Apoio ao Crédito ascendem a 41 mil milhões

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Um total de 996 processos de pedidos de empréstimo bancário, dos mil previstos, foi aprovado e financiado, desde 2020 até à data, no país, no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) reestruturado, absorvendo um valor global de 41 mil milhões de kwanzas, disponibilizados pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

A informação foi avançada, ontem, à imprensa, em Caxito, Bengo, pelo presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), João Nkosi, no acto de lançamento e divulgação do projecto "Serviço Feito em Angola".

Segundo João Nkosi, os processos desembolsados pelo BDA são animadores. Revelou que, nesta altura, acima de dois mil projectos remetidos ao Ministério da Economia e Planeamento aguardam pela devida aprovação, para efeitos de financiamento.

João Nkosi garantiu que as empresas que ainda não beneficiaram de financiamento, no âmbito do PAC, deverão aguardar até primeiro semestre de 2023, "caso seja aprovado o reforço financeiro para a cedência de crédito a empresas".

Adiantou que, a nível da província do Bengo, o PAC já beneficiou 58 empresários, que actuam nas áreas de Agricultura, Turismo, Pecuária e Pesca, cujo valor global do crédito concedido é de 2,5 mil milhões de kwanzas.

Durante a cerimónia de apresentação e divulgação do "Serviço Feito em Angola" aos empresários do Bengo, no Auditório "General Foguetão", o PCA do INAPEM salientou que das 149 empresas locais com pedidos submetidos ao Ministério da Economia e Planeamento (MEP), pelo menos 99 já foram aprovados pelo BDA, a fim de serem financiados.

"A província do Bengo conta com um total de 320 micro e pequenas empresas que desenvolvem actividades na área produtiva. O INAPEM entendeu trabalhar com os operadores locais para que, numa primeira fase, possam tratar do processo de adesão ao projecto Serviço Feito em Angola", frisou.

Segundo o PCA do INAPEM, o projecto foi devidamente estruturado e, por ser um serviço de apoio ao sector empresarial privado, sob a gestão do INAPEM, visa fomentar e promover a produção local, através de uma plataforma de exposição comercial e de intercâmbio, disponibilizada para todas as empresas nacionais que produzem bens diversos e prestam serviços no país.

"O projecto tem como objectivo aumentar a notoriedade da produção nacional, fomentar o seu consumo e promover a valorização da oferta de produtos com elevada incorporação nacional, para estimular a competitividade e melhorar a qualidade", disse.

Referiu que o "Serviço Feito em Angola" traz dois selos, sendo o primeiro original, de cor vermelha, com o código QR (Quick Response), que permite armazenar em segurança, por meio de telemóvel, dados ou informações sobre um determinado artigo ou produto.

Acrescentou que o selo de cor verde é destinado aos produtos ecológicos, biodegradáveis e sustentáveis, que resultam do processo de produção de tecnologias verdes, cujo objectivo é assegurar a sustentabilidade ambiental, social e económica.

"Deste modo, fizemos deslocar uma equipa de técnicos à província do Bengo, no sentido de dar a conhecer os benefícios da adesão ao "Serviço Feito Angola", através do INAPEM", disse.

Esclareceu que os empresários que aderirem o projecto terão vários benefícios, como o apoio institucional para acesso prioritário às linhas de créditos promovidas pelo Estado, acesso aos eventos corporativos com oportunidades comerciais, acesso aos eventos nacionais e internacionais, por via do INAPEM, e várias linhas de financiamento no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

O PRODESI, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 169/18, de 20 de Julho, é um programa executivo, criado para acelerar a diversificação da produção nacional e geração de riquezas, num conjunto de produções com maior potencial de geração de valor de exportação e substituição de importações, designadamente nos domínios da alimentação e agroindústria, recursos minerais, petróleo e gás natural, florestal, têxtil, vestuário e calçado, construção civil e obras públicas, tecnologias de informação e telecomunicações, saúde, educação, formação, investigação científica, turismo e lazer.

Projecto é aplicado há 10 anos

O Serviço Feito em Angola (SFA) foi implementado em 2012, no âmbito do Programa Angola Invest, o qual tinha a missão de dinamizar o processo de diversificação da economia e fomentar o aumento da produção nacional.

Dez anos depois, o Ministério da Economia e Planeamento, enquanto órgão ministerial com responsabilidade de coordenar o PRODESI, tomou a decisão de proceder a reestruturação deste serviço, assumindo um carácter de complementaridade aos programas de apoio à produção nacional e um papel relevante no crescimento económico.

Já reestruturado, o SFA passa a ser regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 160/22, de 17 de Julho, o qual vem revestir este importante instrumento de uma personalidade jurídica própria, ajustada aos desígnios do PRODESI, buscando fortalecer ainda mais todo o sector privado, comprometido com o aumento da produção nacional, procurando um posicionamento mais relevante da produção com incorporação nacional, no mercado interno, e consequentemente fomentar o seu resumo.

Assim, o SFA passa a ser mais um instrumento do Executivo angolano, coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento e operacionalizado pelo INAPEM, para apoiar o empresariado nacional

2.3 Crédito à economia sobe 4,68 por cento

Jornal de Economia e Finanças

18 De Novembro de 2022

Texto: Vânia lanceio

Crédito total concedido à economia (sector não financeiro) atingiu em Outubro do ano em curso, um total de 5,25 mil milhões de kwanzas, registando um aumento de cerca de 224,80 mil milhões em relação ao período homólogo de 2021.

Segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA), deste valor, 91,81 por cento do valor representava o endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) e 8,19 ao segmento público (administração pública e empresas públicas).

Os dados apontam que no endividamento do sector público não financeiro, houve um acréscimo de 17,68 por cento em relação ao período homólogo, tendo-se fixando nos 411,54 mil milhões de kwanzas, num aumento de cerca de 61,82 mil milhões.

No que se refere ao sector privado, o endividamento registou um aumento de 162,97 mil milhões de Kwanzas, ao passar de 4,45 biliões para 4,61 biliões de Kwanzas, ao passo que o das empresas privadas não financeira era correspondente a 3,61 biliões, registando um ligeiro aumento de 34,59 mil milhões.

O endividamento dos particulares correspondia a 997,93 mil milhões de kwanzas, com um aumento de 128,37mil milhões.

No que toca ao sector real, no décimo mês do ano, o crédito total do sector não financeiro alocado neste segmento da economia somou 1,06 biliões de kwanzas, representando 20,93 por cento sobre o crédito global. Comparativamente ao período homólogo, registou-se um aumento de 129,17 mil milhões de kwanzas.

O crédito bruto concedido no âmbito dos Avisos de Fomento ao sector real do BNA totalizou 677,27 mil milhões de kwanzas, correspondente a 63,60 por cento do total de crédito ao sector real.

No sector de actividade económica, as linhas de crédito às indústrias transformadoras foram concedidas 35,64 por cento do valor, totalizando 379,57 mil milhões de kwanzas, dos quais 360,68 mil milhões, correspondem ao crédito ao abrigo dos Avisos do BNA.

Para os sectores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca foram disponibilizados 516,48 mil milhões de kwanzas, dos 247,25 mil milhões, representava o crédito concedido no âmbito dos Avisos do BNA sobre o fomento do crédito ao sector real.

Por sua vez, o crédito com as indústrias extractivas cifrou-se em 168,89 mil milhões de kwanzas, dos quais 14,63 mil milhões foram concedidos ao abrigo dos Avisos sobre a concessão de crédito ao sector real.

2.4 Crédito à produção cresce cerca de 5,0% em Outubro

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2022

Texto: Vânia Inácio

O crédito bruto ao sector não financeiro avançou 4,68 por cento, em Outubro de 2022, para 5,25 mil milhões de kwanzas, tendo registado um crescimento homólogo de cerca de 224,80 mil milhões, anunciou, quarta-feira, o Banco Nacional de Angola (BNA).

De acordo com dados publicados no site do BNA, 91,81 por cento da cifra representa o endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) e, os restantes 8,19 por cento, o do sector público (administração pública e empresas públicas).

No endividamento do sector público não financeiro houve um acréscimo de 17,68 por cento em relação ao período homólogo, ascendendo a 411,54 mil milhões de kwanzas, mais 61,82 mil milhões que no mesmo mês do ano passado.

Já o endividamento do sector privado subiu 3,66 por cento, totalizando 4,61 mil milhões de kwanzas em Outubro de 2022, contra os de 4,45 mil milhões de Kwanzas registados em Outubro de 2021.

De acordo com o BNA, o endividamento total das empresas privadas não financeiras era correspondente a 3,61 biliões, com um ligeiro aumento de 34,59 mil milhões (0,97 por cento), e o de particulares de 997,93 mil milhões de kwanzas, mais 128,37 mil milhões (14,76 por cento) que no período homólogo.

Em relação ao sector real, no décimo mês do ano, o crédito bruto do sector não financeiro alocado a este segmento da economia

Somou 1,06 biliões de kwanzas, representando 20,93 por cento sobre o crédito total bruto do sector bancário. Comparativamente ao período homólogo, registou-se um aumento de 129,17 mil milhões de kwanzas.

O crédito bruto concedido no âmbito dos Avisos de fomento ao sector real do BNA totalizou 677,27 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a 63,60 por cento do total de crédito ao sector real.

No domínio do sector da actividade económica, as linhas de crédito às indústrias transformadoras absorveram 35,64 por cento do valor, totalizando 379,57 mil milhões de kwanzas, dos

quais 360,68 mil milhões correspondem ao crédito ao abrigo dos Avisos do BNA.

Para a Agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca foram disponibilizados 516,48 mil milhões de Kwanzas, cerca de 48,50 por cento, sendo que, 39,71 por cento, ou seja, 247,25 mil milhões de Kwanzas representava o crédito concedido no âmbito dos Avisos do BNA sobre o fomento do crédito ao sector real.

O crédito às Indústrias extractivas cifrou-se em 168,89 mil milhões de kwanzas, dos quais 14,63 mil milhões (2,35 por cento) foram concedidos ao abrigo dos Avisos sobre a concessão de crédito ao sector real.

uma colocação de 500 milhões de dólares em Obrigações do Tesouro em Moeda Externa no mercado da dívida pública, com maturidade em Maio de 2026 e um rendimento de 5,90 por cento.

De acordo com a informação publicada no seu site, a emissão, de 52.279 títulos, é negociada nos bancos comerciais ou na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva), ao preço de cupão de 10 mil kwanzas.

Quanto ao pagamento, deve ser feito "Exclusivamente" em moeda nacional permitindo assim aos bancos comerciais o desenvolvimento e oferta de produtos de gestão de risco cambial aos seus clientes.

2.5 Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto da banca 1,4 biliões Kz estão malparados

Jornal Expansão
19 De Novembro 2022
Texto: Nelson Rodrigues

O malparado da banca comercial angolana voltou a subir em Agosto deste ano para perto de 22%. Dos 6,6 biliões Kz de crédito bruto do sistema bancário angolano, mais de 1,4 biliões estão malparados, de acordo com cálculos do Expansão, com base nos Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário do Banco Nacional de Angola (BNA). Na prática, por cada 100 Kwanzas emprestados pelos bancos comerciais quase 22 Kz estavam em incumprimento no final de Agosto.

Assim, em Agosto deste ano, dos 6,6 biliões de crédito bruto, quase 5,2 biliões Kz estavam em dia e 1,4 biliões eram malparado, ou seja, com pelo menos três meses de incumprimento no pagamento de juros e amortizações. Os dados do BNA não trazem explicações sobre as razões desta subida do também designado crédito vencido, nem as origens desse crédito em situação irregular, mas analistas do sector justificam com a crise económica que ainda se faz sentir na economia nacional, e com os elevados juros cobrados pelos bancos, sempre acima dos dois dígitos.

Aliás, os economistas sublinham que o poder de compra das famílias tem vindo a cair ao longo dos anos, o que tem contribuído para que muitos mutuários dos bancos deixem de honrar, a tempo, com os seus compromissos, até porque segundo dados do INE (Índice de Preços no consumidor em Agosto), quase 46% dos gastos das famílias incidem sobre bens alimentares, o que significa que, na "hora de aperto", entre escolher a alimentação ou os créditos, acabam por deixar para trás as prestações ao banco.

Para o economista e analista de risco de crédito Adolfo Dombo, o atraso nas amortizações do crédito por parte das empresas e particulares e a subida do malparado está associado à conjuntura actual. "A subida do crédito malparado em Angola resulta daquilo que é o cenário macroeconómico. Ou seja,

Angola acaba de sair de um ciclo de cinco anos de recessão económica e inflação permanece em alta, o que tem diminuído o poder aquisitivo ou financeiro das empresas e particulares, o que reduz, em consequência, a capacidade destas em honrar compromissos", explica.

"Montanha russa" no malparado

O crédito malparado tem vindo a registar várias oscilações. Só em Junho, a generalidade dos bancos que mandou reporte ao banco central sobre a sua situação patrimonial registou uma média de 19,3% de crédito malparado, depois de, no mês anterior, em Maio, ter estado 1,2 pontos percentuais acima.

Esta redução tinha sido explicada, na altura, por um quadro sénior do banco central com as renegociações de contratos de crédito. Segundo a fonte, os bancos têm encontrado formas de renegociação, fazendo com que as prestações mensais estejam ao alcance dos clientes.

2.6 Lucros da banca dispararam 26,7% para 307 mil milhões Kz

Jornal Expansão
21 De Novembro 2022
Texto: Nelson Rodrigues

Os 19 bancos que apresentaram até esta quarta-feira os balancetes sobre o III trimestre deste ano apresentaram resultados líquidos acumulados de 307 mil milhões Kz, um crescimento de 26,7% face aos lucros apresentados no mesmo período do ano passado. O BFA mantém a liderança do ranking dos bancos que mais lucraram. Na base deste crescimento dos resultados continuam a estar os ganhos com os investimentos em títulos de dívida pública mas também com as margens financeiras, segundo explicaram ao Expansão vários especialistas.

"Esta subida nos lucros deve-se a um conjunto de factores. O custo dos juros no inter-bancário tem estado a descer enquanto os juros dos créditos aos clientes demora mais tempo a descer. A actividade económica também tem estado a aumentar e tem havido aumento do crédito pelo que aumenta a margem financeira dos bancos", disse ao Expansão o economista-chefe de um dos maiores bancos nacionais.

A fonte acrescenta como outro factor o facto de o banco central ter libertado liquidez com a descida das reservas obrigatórias de 22% para 19% em Junho, o que "permitiu que os bancos aplicassem esse dinheiro", gerando mais rendimentos. E há que ter

em conta também os juros que os bancos recebem com as operações cambiais e também da subida do crédito à economia que acontece porque, segundo o PCA de uma instituição bancária, os bancos estão obrigados, diariamente, a aplicar parte das suas liquidez no mercado, sejam em títulos, em crédito ou nas aplicações de cedência de liquidez, ou seja, empréstimos no mercado inter-bancário.

"Somos multados se não investirmos a liquidez que temos", explicou ao Expansão o "número um" de um dos bancos de média dimensão do país. E acrescenta: "Somos obrigados a investir em títulos. Quando a carteira de clientes do banco é grande, ou seja, os depósitos dos clientes são maiores, é óbvio que sendo um banco obrigado a investir a liquidez ganham mais lucros. Os títulos estão a gerar esses resultados", enfatizou.

De acordo com o economista Alberto Vunge, nem só de títulos e venda de moeda estrangeira se justifica a melhoria de resultados do agregado de 19 bancos, pois, considera, deve ser tida em conta a eficiência operacional com cortes e ajustamentos nos custos. Este economista considera também que a reversão de imparidades teve uma "palavra a dizer" neste aumento dos lucros, que só foi possível depois de a agência financeira Moody's ter subido o rating de Angola em Setembro de 2021.

Só no trimestre em análise, os 19 bancos - ficaram de fora o BDA por não ser um banco comercial e o Banco Económico, que não pública contas há quase quatro anos, o VTB e o Standard Chartered Bank que não tinham publicado balancetes até esta quarta-feira - tinham nas suas carteiras de activos um total de 5,2 biliões Kz em títulos e valores mobiliários, ainda assim uma queda de 6,0% face a igual período do ano passado.

O BAI e o BFA eram os que mais tinham aplicado recursos em títulos, com uma carteira total de 1,08 biliões de Kz e 1,04 biliões Kz respectivamente. Há muito que os bancos comerciais angolanos preferem a aplicação de recursos em títulos públicos preterindo o crédito, um "apetite" que os gestores vêm explicando com a segurança e rentabilidade deste segmento de negócio num país onde o malparado tem empurrado as contas de vários bancos para o vermelho, como foi o caso do BPC.

Nem todas as rubricas do balancete dos bancos registaram subidas consideráveis. Por exemplo, de Julho a Setembro, os 19 bancos registaram uma descida de 0,5% nos seus activos para 15,4 biliões Kz. O BAI manteve-se na liderança, com um total de 3,01 biliões Kz, seguido pelo BFA, que inscreveu 2,4 biliões. Já o BIC superou o BPC e fechou o pódio

dos campeões dos activos. Por outro lado, os 19 bancos comerciais fecharam os balancetes com um total de 3,03 biliões de Kwanzas em stock de crédito, um crescimento de 5,8% face ao total registado no terceiro trimestre de 2021, com o banco BIC a liderar, novamente, este ranking. Segundo as contas, o BIC fechou as contas do trimestre com um total de 559,6 mil milhões Kz em crédito, apesar da queda 12,7% face a igual período de 2021.

Por sua vez, os depósitos caíram 3,7% para pouco mais de 11,3 biliões Kz (caíram 428,5 mil milhões Kz), o que se deve, precisamente, à apreciação do Kwanza face ao Dólar, já que uma boa parte dos depósitos dos maiores bancos é em moeda norte-americana. Ou seja, estes depósitos em moeda estrangeira ao serem convertidos para kwanzas no III trimestre de 2022 quando cada dólar valia 433,4 Kz, passaram a valer menos do que no mesmo período do ano passado em que cada dólar valia 599,1 Kz.

2.7 Centrais de informação de crédito garantem qualidade dos negócios

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2022

Texto: Joaquim Suami

As centrais privadas de informação de crédito em Angola, em complementaridade a actuação da Central de Informação de Riscos de Crédito (CIRC) do Banco Nacional de Angola, devem constituir-se, numa peça importante, para a melhoria do ambiente de negócios e a inclusão financeira, que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade saudável e próspera, declarou, esta terça-feira, em Luanda, o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

Mário Augusto Oliveira, que discursou na cerimónia de abertura do II Seminário de Alto Nível sobre a Operacionalização das Centrais Privadas de Informação de Crédito, destacou que a concretização da política do Executivo, no sector económico, passa pela adopção de modelos regulatórios, alinhados às excelentes práticas internacionais e a criação de condições favoráveis que garantam maior confiança dos investidores na captação dos recursos necessários para financiar o desenvolvimento económico do país.

"Os serviços financeiros digitais estão a viabilizar o acesso a bancos, seguros e outros serviços financeiros importantes a todos os cidadãos, em particular. Os países em desenvolvimento, estão a ajudar empresas de pequena escala a terem acesso a serviços

essenciais, como crédito em condições comportáveis, vitais para a sustentabilidade e para o crescimento dos negócios”, disse.

Para o governante, o Estado angolano surge, na cadeia da central privada de informação de crédito, como regulador, fiscalizador e facilitador, exercendo uma função de liderança, na geração de sintonias e consensos, baseados numa visão estratégica que assegure a transformação da economia e promova o desenvolvimento económico e da competitividade.

"As telecomunicações e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), em todo o mundo, são o factor impulsionador para que as plataformas financeiras digitais permitissem que milhões de indivíduos e empresas passassem de transacções, exclusivamente, baseadas em dinheiro para serviços financeiros formais, por meio de um simples telefone celular ou laptop”, notou.

Banco de dados

Segundo a directora de Relações com o mercado do Bureau de Crédito de Angola, Julay Morais, o seminário sobre a Operacionalização das Centrais Privadas de Informação de Crédito vai permitir esclarecer a população da importância da criação do Bureau de Crédito que funciona como um banco de dados para que as instituições financeiras facilitem o acesso ao crédito ao cidadão ou empresa.

"O Bureau de Crédito não está vocacionado para conceder Créditos à economia. Mas, funciona como um banco de dados, dando informações às instituições financeiras que desejam conceder crédito a uma determinada entidade. Neste momento, já temos dados de seis entidades, aptas para serem avaliadas junto dos bancos comerciais”, disse.

De acordo com o prelector Oscar Madeddu, especialista em agências de crédito e gestão de risco, do International Finance Corporation, afecto ao Banco Mundial, a falta de acesso ao crédito, por parte dos cidadãos e empresas, não é apenas, um problema de Angola. Segundo Oscar Madeddu, a falta de informação tem estado na base dos bancos rejeitarem conceder créditos às pessoas e empresas.

"O que dificulta as pessoas, pequenas e médias empresas a obterem crédito junto dos bancos comerciais tem a ver com a falta de informação. O banco não concede crédito a uma pessoa ou empresa que não conhece, por isso prefere rejeitar para não correr o risco. Por isso é necessário a criação de um Bureau de Crédito em Angola que sirva de mediador com o banco para facilitar o acesso ao crédito”, disse.

Temas em análise

O II seminário de Alto Nível sobre a Operacionalização das Centrais Privadas de Informação de Crédito, que decorre no Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), numa promoção da Agência de Protecção de Dados (APD), em parceria com a International Finance Corporation (IFC), e que termina hoje, está a abordar temas relacionados com "Credit reporting: a experiência internacional”, "Quadro sobre as centrais privadas de informação de crédito em Angola e o papel das diferentes entidades relevantes”, "Central de informação de risco de crédito do BNA” e "Avanços e desafios da implementação do Bureau em Angola”.

Em Angola, a constituição do regulamento da actividade das Centrais Privadas de Informação de Crédito (CPIC), consta do Decreto Presidencial nº 275/20, de 21 de Outubro, e da Lei 22/11, de 11 de Julho, de protecção de dados pessoais.

2.8 Fundo de Crédito já deu garantias sobre 310,7 mil milhões Kz em financiamentos

Jornal Expansão

25 De Novembro de 2022

Texto: Martins Chambassuco

Em quase cinco anos, o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) já emitiu garantias sobre 310.674 milhões Kz de um total de 511.482 milhões concedidos pela banca para financiamento de 733 projectos. Contas feitas, o FGC assegurou garantias sobre 60,7% do valor de créditos concedidos desde 2018, ainda assim, abaixo do 75% que é a meta definida por este fundo.

De acordo com os dados divulgados no site do FGC, nos onze meses deste ano o fundo emitiu garantias de 88.151 milhões, enquanto os bancos disponibilizaram financiamentos de 150.819 milhões Kz. O FGC não divulga o número de pedidos de créditos que deram entrada no Fundo, ou nos bancos, mas indica, na sua página que durante o período em análise, 2018 a Novembro de 2022, foram concedidas garantias sobre 733 projectos. Apesar de ter sido institucionalizado em 2012, com objectivo de apoiar o sector produtivo através do Programa Angola Investe (PAI), a dinamização do Fundo apenas começou em 2018.

O Fundo de Garantia de Crédito foi estruturado de forma a garantir os reembolsos dos empréstimos bancários até 75% dos financiamentos, em caso de incumprimento. Os restantes 25% são cobertos pelo cliente bancário sob a forma de garantias pessoais ou

consignação de receitas. Esteve parados praticamente seis anos, mas hoje começa a ser uma referência no mundo empresarial nacional, sobretudo na capital do País, apesar dos constrangimentos muitas vezes apontados pelas empresas e empresários para aceder ao crédito.

Com as reformas empreendidas nos últimos anos para diversificar a economia nacional e diminuir as importações, indica uma fonte do Governo, o FGC foi revolucionado a partir de 2018 e aberto à economia e aos empresários, com facilidades que não existiam no passado. Ao longo dos anos, o Estado, através do Ministério das Finanças, tem vindo a emitir dívida pública para capitalizar o FGC, a última das quais com a emissão de 40 mil milhões Kz, em 2020, para capacitar este mecanismo financeiro que avaliza os empréstimos concedidos ao abrigo do programa de crédito destinado a empresas no âmbito do fomento da produção nacional.

A emissão da dívida pública a favor do FGC tem permitido, de acordo com fontes do Fundo, aumentar a concessão de crédito agrícola aos pequenos e grandes produtores nacionais. A mesma fonte disse que a maior atracção para os empresários são os prazos de reembolsos que podem chegar aos 20 anos, com juros de apenas 5% ao ano, que é permitido com a garantia emitida por este fundo. Com a aprovação do PRODESI, em 2018, o Governo foi obrigado a adoptar mecanismos para facilitar o acesso ao crédito e aumentar a produção nacional de forma a reduzir as importações de bens da cesta básica, até para recuperar o tempo perdido com programas anteriores que se revelaram um fracasso como o Angola Investe.

"É um suporte às várias linhas de financiamento e hoje estamos satisfeitos com os resultados. Os empresários estão mais informados, mas ainda assim, existem alguns constrangimentos nos projectos submetidos ao FGC e aos bancos", disse a fonte, alertando, por outro lado, que o FGC funciona como uma almofada financeira que tem vindo a travar o volume do crédito vencido no mercado financeiro angolano. Lembrou, ainda que a taxa de crédito malparado no sector produtivo é ainda considerável, o que tem criado alguns receios na banca nacional, porque há uma grande concentração de risco nos empréstimos concedidos ao sector produtivo.

"O FGC tem vindo a proteger os empréstimos bancários às micros, pequenas e médias empresas em Angola", sublinhou a fonte, tendo lembrado que o FGC é uma instituição financeira não bancária.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Travão aos lotadores de táxis

Jornal O País

4 De Novembro de 2022

Texto: Pedro Nicodemos

Os meus agradecimentos pela oportunidade que me é concedida. A presença galopante destes lotadores em várias paragens e terminos de táxis, pela cidade de Luanda, tornou-se moda. Muitos destes jovens estão comprometidos com um trabalho digno e outros aproveitam-se do mesmo. Transformam os espaços em locais propícios para extorquir os taxistas regulares ou ocasionais. E pior: muitas vezes acabam por roubar, assaltar os passageiros ou transeuntes.

Nos momentos em que está em falta a clientela não aparecem ou simplesmente desaparecem, ao contrário dos momentos em que se verifica uma maior procura ou com a paragem cheia de clientes. O que tanto admira é que do nada, tão logo a viatura tenha passageiros, surge o dono da placa como os mesmos apelidam, cobrando o valor pelo serviço não prestado. Outros mesmo até exigem valores pela limpeza não feita. Em alguns locais nem mesmo a presença dos efectivos da Polícia Nacional inibe tais práticas.

Aos poucos na Centralidade do Se- quele, onde não se via coisas do género, também surgem em números que depois não serão parados. Estão nas paragens do mercado e na entrada ou saída do Sequele.

Conhecidos como chefes de placa, estes indivíduos foram julgados alegadamente por cometerem crime de ocupação ilegal de espaço público, bem como cobranças ilegais aos taxistas que estacionavam nesses lugares para carregar passageiros. Deve-se trabalhar entre a Polícia Nacional e os órgãos de Justiça para se encontrar uma tipificação legal para sancionar os jovens que se dedicam à factividade de lotar os táxis ilegalmente.

Luanda necessita de mais uma "Operação Movimento", ou "Operação Tigre", com o objectivo de garantir a segurança dos cidadãos, sobretudo no período de ponta, por ser nesta altura que maior afluência de pessoas se regista em paragens de táxi, bem como no percurso de casa para o trabalho e vice-versa. Existe um sentimento generalizado de insegurança nesses locais, deve-se devolver a segurança àqueles que são permanentemente incomodados nas paragens de táxi por esses jovens.

3.2 Acções em curso para travar tráfico de combustíveis

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2022

Texto: Jaqueline Figueiredo

O Ministério do Interior tem vindo a desenvolver acções e estratégias para minimizar os actos de contrabando de combustível na província do Zaire, afirmou, este sábado, em Mbanza Kongo, o secretário de Estado do sector.

José Paulino da Silva, que falava no acto de apresentação do novo delegado do Ministério do Interior e comandante da Polícia Nacional no Zaire, comissário Firmo Uyamba, admitiu que o contrabando de combustível e outros males ao longo da fronteira têm preocupado, tanto o Governo central, como o da província.

Quanto à criação de infra-estruturas necessárias para o funcionamento condigno do posto fronteiriço do Luvo, o secretário de Estado disse que o assunto envolve vários departamentos ministeriais que estão a trabalhar no sentido de conferir maior controlo do movimento de mercadorias e pessoas.

Relativamente à falta de condições de trabalho no Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província, José Paulino da Silva frisou que, no quadro dos esforços do Ministério do Interior e em coordenação com o governo do Zaire, aquele órgão vai ser potenciado, para melhor atender aos desafios que lhes são inerentes.

No acto, o governador do Zaire, Adriano Mendes de Carvalho, deixou claro que não é estratégia do governo proibir o negócio de combustíveis, mas sim acabar com o seu contrabando, pois prejudica a economia nacional.

O novo delegado do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional no Zaire disse esperar pelo apoio de todos para os grandes desafios da província.

"Espero pelo apoio de todos os efectivos da corporação, porque preciso de aprender com os colegas, para a redução do índice de criminalidade, do problema de contrabando de combustíveis, combate à imigração ilegal, não descurando o tráfico de seres humanos e o problema da fiscalização marítima e fluvial", frisou o comissário Firmino Uyamba, que substituiu no cargo o comissário Manuel Gonçalves.

3.3 Vendedores podem ser responsabilizados por realizar actividade em locais impróprios

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2022

Texto: André da Costa

Maria Paulino, 27 anos, desarruma às pressas os frascos de perfume e um pequeno monte de brincos e relógios, que comercializa no chão, na conhecida Ponte Amarela, na vila de Viana, pelo aproximar de um agente da Polícia Nacional.

Tal como ela, outras vendedoras, também, se empenham em desfazer rápido o negócio exposto no chão, com medo de perderem os produtos ante a presença do referido agente policial, que ronda o espaço.

O aproximar do agente da Ordem Pública, as vendedoras levantam tudo e metem-se em fuga. Vão ao outro ponto do local. E dez minutos após a retirada do polícia, as senhoras voltam ao espaço e expõem, outra vez, os produtos no chão.

Apesar de ter a criança às costas, Maria tem agilidade para correr e garantir segurança do pequeno que carrega. A correria é constante, mas, teimosamente, ela e as colegas não desistem de regressar ao lugar e continuar as vendas.

Para os agentes da Polícia, esse cenário é um autêntico desafio. A pretensão é repor a ordem, mas esse trabalho, às vezes, acaba em confronto entre os efectivos do Comando Municipal de Viana e os vendedores ambulantes. Chega-se à violência física e verbal.

Maria Paulino conhece os riscos de vender na rua, de forma desordenada. Mas, por ser desempregada, a jovem moradora do bairro Boa-Fé, diz encontrar nessa actividade a única forma de sustento dos cinco filhos e do esposo, que está, igualmente, sem emprego.

A senhora esclarece que as vendas na Ponte Amarela ou nas ruas da Estalagem são sempre vantajosas, pelo número de pessoas que acorrem aos dois lugares, embora sejam espaços proibidos à venda fixa.

"Nos mercados não há espaço. Por isso, ficamos na rua a despachar o nosso negócio", disse Catarina Panzo, 45 anos, outra vendedora, que encontramos na zona do Calemba II. A senhora comercializa peixe, num espaço onde contabilizados cerca de 500 vendedores, de forma desordenada!

A desarrumação que se observa no local, segundo um agente Regulador de Trânsito, impede a normal circulação de pessoas e viaturas, criando, assim, enormes engarrafamentos.

Consciente dos transtornos que cria, às vezes, com a actividade que exerce, Jacinto Ndongala, vendedor de calçados num dos passeios da Rotunda do Camama, aconselha os companheiros a ajudar o Estado no combate às transgressões administrativas, optando por venderem em locais apropriados.

Para o jovem, o correcto é a venda ambulante e não a exposição fixa, no chão, dos produtos. Mas, a constatação é, depois das 16h00, o local se transforma num autêntico mercado a céu aberto, onde se vende de tudo um pouco.

Um perigo à espreita

Além de representar uma transgressão administrativa, a venda desordenada, principalmente a que se faz à berma da estrada, é um cenário de perigo para os vendedores e compradores, como concorda Jacinto Ndongala.

Para evitar o pior, a nossa equipa de reportagem constatou que são os automobilistas que optam por marcha lenta, dada à ocupação de vendedores e compradores em partes consideráveis da via de tráfego e da travessia desordenada de peões.

Mas, a venda desordenada não é só feita apenas na zona suburbana de Luanda. Na Mutamba, por exemplo, algumas senhoras juntam-se em determinados pontos próximos do edifício do Ministério das Finanças e na paragem de autocarros, para expor em panos e papelões estendidos no chão uma série de produtos.

Outras andam pela cidade com os produtos à cabeça e no fim do dia concentram-se numa das pedonais do Congolenses, onde se vende, desde bijuterias, bens alimentares e higiénicos a material escolar.

Entre essas senhoras está Narciso João, 28 anos, comerciante de cintos, fatos e calçados. O jovem deambula pela cidade, mas, no fim do dia, concentra-se nessa pedonal, onde atravessam centenas de pessoas naquele período.

Bancadas à espera de ocupação

Enquanto as ruas estão cheias de pessoas que vendem produtos no chão, um total de 85 mil lugares existentes em 208 mercados existentes nos nove municípios de Luanda está livre, segundo dados fornecidos pelo director do Gabinete de

Desenvolvimento Económico Integrado do Governo Provincial.

Pedro Palata disse ao Jornal de Angola que o município de Viana, pela dinâmica demográfica, tem o maior número de mercados, um total de 77, seguido por Cacucaco, com 27, numa altura em que Icolo e Bengo e Quiçama, com 12 espaços cada, e Belas, 11, são os que possuem menos mercados.

A par desses, a província tem ainda 17 mercados nos municípios do Cazenga, 14 no Kilamba Kiaxi e Talatona, respectivamente, e 24 em Luanda.

A grande preocupação das autoridades é fazer com que os vendedores ocupem as perto de 127 bancadas que andam desocupadas, num total de 85 mil lugares livres nos mercados de Luanda, tendo em conta que cada uma dessas bancas podem ser ocupadas por mais de dez pessoas.

Pedro Palata explica que o processo de acesso por parte das vendedoras às bancadas existentes nos mercados é célere e simples. Para isso, diz que basta os interessados dirigir-se à administração do mercado desejado, com cópia de Bilhete de Identidade e requerer o espaço.

O requerente paga, ainda, uma taxa estipulada no Decreto Presidencial 47/18 sobre o Regime de Taxas, Licenças e outras receitas cobradas pelos Órgãos da Administração Local do Estado, em função dos produtos a comercializar, entre 0,375 a 1 UCF, o mesmo 35 a 88 kwanzas por metros quadrados.

Pontos críticos já identificados

O Director do Gabinete de Desenvolvimento Económico Integrado acentua que foram já identificados os principais pontos críticos onde se fazem a venda desordenada.

Por isso, salienta que decorrem acções de sensibilização e transferência de vendedores em mercados com capacidade ociosa, para ocuparem os cerca de 85 mil lugares livres em Luanda.

Explicou que se criou um grupo de trabalho para elaborar uma estratégia mais integrada, que incluirá medidas de vária índole, com vista a reduzir e prevenir a venda desordenada em Luanda.

O responsável sublinhou ser importante distinguir venda ambulante da desordenada. Explicou que primeira encontra respaldo jurídico na Lei 26/21, de 18 de Outubro, que altera a Lei n.º 1/07, de 14 de Maio (Lei das Actividades Comerciais) e na Lei 15/19, de 23 de Maio (Lei Sobre a Organização,

Exercício e Funcionamento das Actividades de Comércio Ambulante, Feirante e de Mercado).

O director esclareceu que esses diplomas consideram a venda ambulante como o exercício da actividade comercial a retalho de forma não sedentária nos locais por onde passa o vendedor ou em zonas que lhe sejam previamente definidas pela entidade competente.

A avaliação feita, acrescenta, mostra que a venda ambulante está a ser realizada sem a observação do estipulado na lei, o que constitui transgressão administrativa. Por isso, alerta que os que insistem podem ser responsabilizados.

"Os vendedores não devem impedir ou dificultar o trânsito nos lugares destinados à circulação de peões e veículos, o acesso à exposição dos estabelecimentos comerciais, aos meios de transportes e às paragens de veículos, permanecer e a fixar-se em lugares proibidos ou não autorizados para a venda".

Pedro Palata realça que a venda ambulante em si é de lei, mas não permite que as pessoas exponham os negócios no chão e vender.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Aprovadas verbas para a implementação de projectos em Luanda

Jornal de Angola

4 De Novembro de 2022

Texto: Adelino Inácio

O Conselho de Ministros aprovou, quinta-feira (3), o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) para a província de Luanda, avaliado em 5.765.154.184.117,69 (cinco bilhões, setecentos e sessenta e cinco mil milhões, cento e cinquenta quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil e dezassete kwanzas e sessenta e nove cêntimos, para serem implementados em 2.517 projectos, durante o quinquénio 2023-2027.

O governador de Luanda, que falava à imprensa no final da Sessão Especial do Conselho de Ministros com o Governo da Província de Luanda, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, esclareceu que com estas verbas vão ser executados projectos ligados aos vários sectores, destacando-se Energia e Águas, Saúde, Educação, Vias de Comunicação, Infra-Estruturas, Saneamento Básico (macro e micro-drenagem), entre outros.

Manuel Homem indicou que o Plano aprovado vai permitir que, em 2023, os projectos paralisados há alguns anos na província de Luanda sejam concluídos e os novos projectos nos mais variados domínios sejam concretizados.

De acordo com um documento disponibilizado à imprensa, o Governo da Província de Luanda tem um total de 2.517 projectos, destes 251 estão em curso com custos avaliados em 268.878.934.933,25 (Duzentos e sessenta e oito mil milhões oitocentos e setenta e oito milhões novecentos e trinta e quatro mil novecentos e trinta e três kwanzas e vinte cinco cêntimos).

Estão paralisados 30 projectos, orçados em 79.704.354.805,27 kwanzas. Luanda tem 2.236 novos projectos com um valor de 5.416.570. 894. 379,17. O conjunto de todos estes projectos (em curso, paralisados e novos) totaliza 5.765.154.184.117,69 kwanzas.

Os órgãos centrais da província têm um total de 2.786 projectos, dos quais 43 projectos estão em curso com verbas avaliadas em 1.387.294.171.882,14 Kz, 30 projectos paralisados no valor de 450.605.086.211,06 Kz e 269 novos avaliados em 6.260.841.474.135.41.

Manuel Homem disse que o valor estipulado para o quinquénio, GPL mais os Departamentos Ministeriais, foi aprovado o valor global de Kz 12.025.995.658.253,10 (Doze bilhões, vinte cinco mil milhões, novecentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três kwanzas e dez cêntimos).

Segundo o documento a que o Jornal de Angola teve acesso, Luanda absorveu 48 por cento do Orçamento e os Departamentos Ministeriais 52 por cento. De acordo ainda com o documento, Luanda conta com 90 por cento dos projectos e os Departamentos Ministeriais com 10 por cento.

O governador de Luanda revelou que, para o próximo ano, a província e os órgãos centrais têm disponível um valor de 309.186.260.087,03 (trezentos e nove mil milhões, cento e oitenta e seis milhões, duzentos e sessenta mil e oitenta e sete kwanzas e três cêntimos) para serem implementados na construção de 27 novas escolas, reabilitação de 36 e ampliação de uma.

No sector da Saúde, a construção de 29 novas unidades, apetrechamento de 5 unidades, aquisição de 15 ambulâncias, ampliação de uma unidade e apetrechamento de duas unidades.

Estas verbas vão dar também cobertura para os projectos nos sectores do Saneamento Básico, Energia, Juventude e Desportos, Infra-Estruturas, Vias de Comunicação, Ambiente, Comércio e Indústria, Defesa e Segurança, entre outras áreas.

Só a província de Luanda tem disponível no Orçamento Geral do Estado, para 2023, um total de 139.186.260.087,03 (cento e trinta e nove mil milhões cento e oitenta e seis milhões duzentos e sessenta mil e oitenta e sete kwanzas e três cêntimos).

"Os projectos estão consignados nos diferentes programas que existem. O que fizemos para a província de Luanda é pegar nos projectos do PIIM e nos projectos especiais que Luanda tem e nos que constam do Programa de Investimento Público (PIP) e do recurso ordinário do Tesouro que os Ministérios têm para implementar na província de Luanda e os projectos que Luanda tem, também, para serem implementados", afirmou.

Os programas do PIIM ou de outro subprograma que o Governo de Luanda tenha de implementar, segundo o responsável, vão ser acompanhados de forma integrada em coordenação com os Departamentos Ministeriais em razão de cada projecto.

O governador referiu que tem conhecimento das necessidades que a província tem de forma integrada e por isso tem já traçadas as prioridades dos projectos.

4.2 Dívida pública cresce 5% mas rácio em queda já está nos 60% do PIB

Jornal Expansão

4 De Outubro de 2022

Texto: Joaquim Reis

O stock da dívida pública cresceu 5% para 74,3 mil milhões USD no I semestre face ao final do ano passado, que resulta da subida em 857 milhões da dívida externa, mas sobretudo pelo crescimento de 14% (+2,8 mil milhões Kz) na dívida interna convertida em dólares, que disparou devido à apreciação do Kwana face à moeda norte-americana, de acordo com cálculos do Expansão com base no relatório de execução orçamental do II trimestre de 2022.

Apesar desta subida da dívida, tudo aponta para que Angola consiga baixar o rácio da sua Dívida/Produto Interno Bruto para menos de 60%, conforme é a expectativa do Governo, ainda que a recente depreciação do Kwana possa comprometer esse objectivo. Até porque, de acordo com a Estratégia de Médio Prazo da Dívida 2022-2024, 83,4% da dívida está exposta ao risco cambial, e só desde o final de Junho, o Kwana já depreciou 12% face ao dólar, passando de uma taxa de câmbio média de 428,2 Kz por dólar de 30 de Junho para os 488,0 Kz desta quarta-feira. A manter-se esta depreciação, o rácio irá subir novamete, ultrapassando a barreira "psicológica" dos 60%.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o PIB angolano em 2022 ronde os 124,8 mil milhões USD, um salto face aos 75,2 mil milhões USD em 2021, que permite ao País saltar do sexto lugar do ranking dos países da África Subsaariana para o terceiro lugar, apenas atrás da Nigéria e da África do Sul, caso se confirmem as previsões do Fundo.

Esta subida do PIB permite que o rácio da dívida baixe, já que os 74,3 mil milhões USD no I semestre de 2022 que constam no relatório de execução

orçamental publicados na página do MinFin, equivalem a 59,6% do PIB que o FMI prevê para 2022. Aliás, esta instituição multilateral admite que até ao final do ano este rácio deverá baixar para 56,6% do PIB, o que contrasta com os preocupantes 135,1% registados em 2020.

Para já é ponto assente junto dos especialistas que a dívida angolana está estável - as principais agências de rating confirmam-no também - apesar de continuar demasiado exposta ao que se passa no sector do petróleo, pois o preço do barril em alta dá folga à economia angolana, enquanto o sentido contrário agrava as dificuldades do País.

E o cenário que nos espera em 2023 não é muito animador, uma vez que a procura por esta commodity deverá cair devido a um cenário de recessão a nível mundial, o que afectará as receitas do País, colocando uma pressão adicional sobre as necessidades de financiamento.

Isto numa altura em que Angola vai recomeçar os pagamentos no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20, onde o País beneficiou da reestruturação de todo o capital e juros devidos entre Maio de 2020 e Junho de 2021 junto dos seus principais credores oficiais. Segundo um relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Angola figura na lista dos 54 países mais vulneráveis ao peso da dívida.

4.3 Execução do OGE

Jornal Expansão

4 De Outubro 2022

O OGE normalmente reflecte aquilo que são as opções políticas de um Governo, assumindo-se que se este privilegia a segurança e a defesa é um regime autoritário de direita, e que se dá maiores recursos à educação e saúde, é um governo social de esquerda. E esta análise deve ser feita pelo executado e não apenas pela proposta, uma vez que estamos a comparar o que foi feito com aquilo que eram apenas as intenções. E é importante dizer que existem governos que sobem artificialmente as verbas em algumas rubricas sociais para parecer uma coisa, sabendo que o grau de execução não chegará perto do que estava estimado. Foi isto que aconteceu nos últimos cinco anos no nosso País para os sectores da Educação e Saúde.

Esta semana o Expansão avança com o relatório de execução do 1º semestre do OGE deste ano de 2022, onde se pode constatar que o sector de Defesa e Segurança consumiu nos primeiros seis meses do ano 75% do orçamento previsto para o ano, enquanto

que os sectores da Educação e da Saúde gastaram apenas 38% do total, pelo que se prevê que mais uma vez. Vão ficar abaixo do que estava previsto. Aliás, desde 2019, segundo orçamento apresentado pelo Governo liderado pelo Presidente João Lourenço, que os sectores a Educação e Saúde têm mais verbas inscritas no OGE que a Defesa e Segurança. O que é sempre salientado na apresentação do documento como uma opção clara do Governo no sector social.

Mas depois, se olharmos para o executado, nunca aconteceu. Apesar de tudo o que se diz e que se assume, do que se escreve no OGE, a Educação e Saúde gastou sempre menos verbas que a Defesa e Segurança. Ou seja, a prática, justificada pelo Ministério das Finanças como resultado da pressão que sofrem por parte das diversas unidades de despesa, é que, afinal, as maiores apostas para aplicação dos recursos do País não são as áreas sociais, mas a Defesa e a Segurança.

Pode parecer ainda mais estranho se tivermos em linha de conta que a Educação previa gastar apenas 6,6% das verbas inscritas no OGE, para uma meta anunciada de 20%, e que a Saúde tem apenas 4,8%, distante do objectivo dos 15%. Mas mais estranho ainda, é quando se querem manipular os números e desata-se a anunciar uma percentagem do orçamento sem o valor da dívida, como se o País não gastasse cerca de metade da sua riqueza nesta rubrica. Mas, ainda assim, os valores para o sector social ficam longe das percentagens do PIE anunciadas nos discursos políticos.

E mais estranho ainda, é que não se fala olhos nos olhos, se explica este e outros factos com verdade, sabendo-se que depois os números são públicos e não há como segurar uma 'mentira' durante muito tempo. O que supera toda a estranheza é que alguns governantes achem mesmo que se repetirmos muitas vezes um facto que não aconteceu, se obrigarmos a comunicação social pública a fazê-lo também em horário nobre, este passa a ser verdade. Pois...Não entendo...

4.4 O sentido da política orçamental angolana - 2020 e 2021

Jornal Expansão

4 De Novembro de 2022

Nem sempre, quando o Estado aumenta o seu orçamento, significa que haverá aumento do consumo das famílias e das empresas e, quando o reduz, significa que haverá menos inflação. O aumento do consumo privado impulsionado pela política orçamental, denominado de política orçamental expansionista, depende de alguns factores que carecem de uma análise profunda da execução orçamental, permitindo responder, comprovadamente, à seguinte questão: A política orçamental aplicada em Angola em 2020 e 2021 foi expansionista ou restritiva?

Enquadramento teórico O indicador do sentido da política orçamental é o saldo orçamental (diferença entre a receita e a despesa). Entretanto, para o aperfeiçoamento do mesmo, este indicador foi expandido noutras tantas medidas de saldos orçamentais.

Determinou-se o sentido da política orçamental, através da comparação entre o saldo orçamental global e primário do ano actual e do ano anterior. Apesar das limitações, este indicador permite saber quais foram as verdadeiras intenções dos decisores políticos: aumentar o rendimento disponível das famílias e empresas ou manter a inflação e o saldo da dívida pública em níveis aceitáveis?

De forma especial, também importa retirar do saldo orçamental global as receitas petrolíferas, por serem receitas cujo aumento ou redução não dependem tanto da subida ou descida das taxas tributárias aplicadas a este sector, mas da variação do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Quando um país adopta uma política orçamental expansionista pretende incentivar o consumo. Este aumento do consumo pode estimular uma produção que necessitará de mais emprego. No entanto, em Angola, alguns factores sociais, económicos e políticos impedem que isto aconteça, entre os quais se destacam o baixo nível de escolaridade e fé, a corrupção, a desigualdade social, a elevada propensão marginal para importar, o rudimentar mercado financeiro e a concentração institucional da execução das despesas de capital.

Em seguida, veremos o que aconteceu em Angola nos anos de 2020 e 2021 com base na tabela abaixo sobre a análise do sentido da política orçamental. Como se verifica, ao se determinar o saldo orçamental global e primário sem a receita petrolífera, em 2020 adoptou-se uma política orçamental restritiva, comparativamente a 2019, pois as receitas aumentaram por conta de um maior aperto fiscal e a maior parte das despesas foram para a redução dos compromissos financeiros, conforme se observa nas linhas D e E da tabela, que correspondem a mais de 60% das despesas de 2020.

Chega-se a uma conclusão diferente para o ano de 2021, onde a tabela nos indica que se adoptou uma política orçamental expansionista comparativamente a 2020, pois as despesas com os juros e amortização da dívida diminuíram e, por sua vez, as receitas não aumentaram por conta de um maior aperto fiscal, mas sim por causa do aumento das receitas petrolíferas, cujo preço médio anual do barril de petróleo no mercado internacional passou de 40,8 USD/barril em 2020 para 70,2 USD/barril em 2021. Ademais, estes aumentos das receitas petrolíferas foram canalizados, em mais de 50%, para despesas não financeiras aptas para o incentivo da procura agregada.

Recomendações

As experiências internacionais demonstram que as pressões inflacionistas causadas pela aplicação de uma política orçamental expansionista são mais propensas a acontecer em países cuja utilização dos factores produtivos é muito elevada. No entanto, para a realidade angolana, onde é visível uma baixa utilização de factores produtivos, uma política orçamental expansionista pode reverter recessões económicas e uma restritiva, pelo contrário, pode posicionar a taxa de inflação e o saldo da dívida pública em níveis aceitáveis. Portanto, o Estado angolano deve focar-se em potenciar as variáveis que limitam os efeitos desejados de uma determinada política orçamental, nomeadamente, intensificar o combate à corrupção, promover o acesso ao ensino superior em parceria é com instituições credíveis,

diminuir a desigualdade social, priorizar o consumo interno, a exportação e o investimento directo estrangeiro em detrimento da importação, modernizar o mercado financeiro e, principalmente, caso opinião científica e política seja favorável, aprovar a descentralização institucional da execução das despesas de capital.

4.5 Duas décadas, Angola ainda está muito longe de aplicar na saúde 15% das despesas do OGE

Novo Jornal

11 De Novembro de 2022

Texto: Maurício Dias

Há 21 anos, rigorosamente em Abril de 2001, Angola subscrevia a Declaração de Abuja, Nigéria, acordando, deste modo, que a Saúde passaria a beneficiar, anualmente, de 15% das despesas totais do Orçamento Geral do Estado (OGE). Entretanto, volvidas mais de duas décadas, o Executivo ainda não cumpriu com o convencionado, ao ponto de os fundos alocados ao sector estarem abaixo das necessidades previstas para se ter um Sistema de Saúde de qualidade, alertam especialistas.

Curiosamente, ao longo destes 21 anos, o País nem ao menos conseguiu colocar as suas despesas orçamentais totais no sector da Saúde na metade dos 15% acordados em Abuja, tendo o valor percentual mais alto sido de 6,7%, no OGE de 2008, quando as despesas globais para esse ministério foram de 169,9 mil milhões Kz, analisou os orçamentos este semanário.

Noutras palavras, Angola, com média de 4,8%, tem investido na Saúde quase um terço do valor previsto nos compromissos de Abuja, ficando, assim, muito aquém do documento validado pelo nosso País e por outros Estados-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No OGE/2022, o Executivo do Presidente João Lourenço injectou apenas 4,8% da despesa na Saúde, aplicando, naquele ramo, pouco mais de 905,4 mil milhões Kz, dos mais de 18,7 biliões Kz para atender a todas as despesas inscritas no orçamento, observou o NJ.

Em sentido inverso, nota-se, no OGE 2022, maior aposta nos Ministérios da Defesa e Segurança, já que juntos consomem mais de 8% da despesa total, recebendo mais de 1,5 bilião Kz. Na óptica do economista Wilson Chimoco, o facto de em Angola, nos últimos 47 anos, as despesas por função para os sectores da Saúde e Educação estarem abaixo dos

níveis internacionalmente estabelecidos impulsiona os desequilíbrios sociais.

"Para uma população que tem taxas de crescimento muito próximas de 3% e um nível de saúde muito baixo, ter uma taxa de investimento baixo é condenar a população para níveis de vida muito baixos", desperta Wilson Chímoco. João Lourenço promete mais hospitais primários, secundários e terciários. Não é a primeira, nem segunda e tão pouco a terceira vez que o Presidente da República, João Lourenço, faz promessas "pomposas" para o sector da Saúde.

Um dos últimos grandes pronunciamentos sobre o assunto foi durante o seu discurso de investidura como PR, a 15 de setembro, ao comprometer-se, mais uma vez, a investir nos cuidados de saúde, criando mais hospitais dos níveis primário, secundário e terciário.

Analistas esperam, deste modo, que, na proposta de OGE/2023, o Governo lourencista cumpra pela primeira vez com o estipulado na Declaração de Abuja.

Há cinco anos, durante a campanha eleitoral de 2017, no seu editorial enquanto director do jornal *Expansão*, o jornalista e economista Carlos Rosado de Carvalho defendeu que era necessário o candidato ao cargo máximo da Nação comprometer-se a elevar os gastos nos sectores da Saúde e Educação para o equivalente a 75% dos compromissos de Dakar (Senegal) e Abuja (Nigéria), o que significava subir os gastos com a Educação para 15% do total e com a Saúde para 11,25%.

"A Educação e a Saúde são imprescindíveis para o desenvolvimento socioeconómico de um país. Os investimentos nos dois sectores representam um investimento directo no desenvolvimento humano, na redução da pobreza e no crescimento sustentável", argumentava Rosado.

"Dedicarei todas as minhas forças e atenção à busca permanente das melhores soluções para os principais problemas do País. Particular atenção será prestada ao sector social, no que concerne ao bem-estar das populações, prometeu João Lourenço, na tomada de posse do seu segundo mandato como Presidente da República.

Decisores políticos não são pragmáticos

De acordo com o economista Wilson Chimoco, os números da Saúde ficariam mais alinhados com as necessidades de investimento no sector se os "decisores políticos fossem mais pragmáticos na aplicação da Declaração de Abuja, que sugeria aos

países a alocação de até 15% dos OGE's para o sector da Saúde".

Para se ter uma ideia dos números, da falha que foi cometida por essa falta de pragmatismo nas políticas públicas, se, desde o ano em que a declaração foi feita em 2001, o Estado angolano tivesse transformado a intenção em acção nos anos subsequentes, através do OGE, as despesas médias no OGE, com a Saúde, nestes 21 anos de paz, deveriam situar-se em 241,2 mil milhões de dólares, muito acima da média de 36,2 mil milhões de dólares inscritos nos últimos 20 OGE's.

Contas feitas, em termos acumulados, sector da Saúde deixou de receber, com a não-implementação dos acordos de Abuja, perto de 4,16 biliões de dólares, tendo beneficiado de apenas 734,8 mil milhões de dólares, o que representa apenas 15% do total previsto pelos acordos de Dakar, comparou o jovem economista.

"Os números são claros. Fizemos muito pouco com o sector da Saúde, pois, aí onde tínhamos de colocar 100 dólares, colocámos apenas 15 USD. E os efeitos são os conhecidos: temos uma das taxas de índice de activos humanos mais baixos do mundo, muito por conta dos desafios na Saúde que o País enfrenta.

4.6 UNITA privilegia OGE no debate parlamentar

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2022

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, declarou, esta terça-feira, que o seu partido vai, no primeiro ano da V Legislatura, privilegiar o debate do Orçamento Geral do Estado (OGE).

O líder da UNITA falava à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida pela presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira.

"Vamos, seguramente, ter uma melhor participação no hemiciclo, pensando em Angola e, numa fase imediata, na questão do Orçamento Geral do Estado (OGE)", exprimiu.

O também deputado informou que o seu partido gostaria de ver um OGE que privilegiasse bastante os sectores da Educação e a Saúde, "para podermos cumprir com as metas com que o país se comprometeu respeitar no plano regional e continental".

Entende que a questão da educação é estratégica. "O futuro constrói-se com quadros competentes, que

devem merecer prioridade no espaço da governação", considerou.

Adalberto Costa Júnior adiantou que, para este ano legislativo, a UNITA vai, também, colocar em marcha as principais preocupações relativas à fiscalização dos actos do Executivo.

"Ampliado o espaço de representatividade, vamos ter uma melhor presença no âmbito do país. As comissões de especialidade do Parlamento estão constituídas e a UNITA aumentou o seu espaço de representatividade no hemiciclo", sublinhou. Adalberto Costa Júnior e a presidente da Assembleia Nacional abordaram, também, o diferendo da composição da Mesa da Assembleia Nacional, com a UNITA a reclamar a 2ª vice-presidência da "Casa das leis".

"Falamos também do facto de não termos a Mesa da Assembleia Nacional composta. Como sabem, há um processo que foi dirigido ao Tribunal Constitucional (TC)", disse o político, apelando à esta instituição para que não se atrase demasiado no pronunciamento sobre este diferendo.

O líder da UNITA lembrou que, em 1992, o partido, com 70 deputados, teve a vice-presidência da Assembleia Nacional "e, agora, temos 90, mas o MPLA ocupou a 1ª e a 2ª vice-presidência. Isso não é um bom exemplo para a reconciliação e abertura democrática", afirmou.

Adalberto Costa Júnior considerou a Assembleia Nacional uma porta de passagem para o diálogo comum, para se poder debater o país real. "Viemos, antes de mais, partilhar e deixar alguns elementos fundamentais e dos desafios fundamentais que gostávamos de ver realizados para o bem de Angola e dos angolanos", venceu.

No encontro com a líder do Parlamento, Adalberto Júnior fez-se acompanhar do presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Liberty Chiyaka, e do secretário para a Comunicação e Marketing, Marcial Dachala.

4.7 Executivo entrega proposta do OGE-2023 ao Parlamento

Jornal de Angola

De 26 de Novembro de 2022

Texto: Paulo Mulaça

O Executivo promete entregar, até 15 de Dezembro próximo, à Assembleia Nacional a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2023, decorrendo nesta altura trabalhos técnicos para a elaboração do documento, em articulação com os órgãos do sistema orçamental.

O Ministério das Finanças, através de uma nota divulgada, Sexta-feira, em Luanda, refere que este ano, a título excepcional, a Assembleia Nacional deverá votar a Proposta do OGE 2023, até 15 de Fevereiro do próximo ano.

Para a realização das despesas, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2023, o Executivo vai reconduzir o orçamento em vigor, aplicando-se as regras duodecimos, sobre a gestão orçamental durante o período de recondução automática.

O economista Afonso Malake considerou "normal" o atraso na entrega da proposta do OGE para 2023, devido ao facto de o país ter realizado vários eventos no decurso deste ano.

"Sendo que em 2022 tivemos vários eventos que condicionaram, inclusive, a funcionalidade normal do Executivo, creio que é provável que aconteça algum atraso na aprovação do OGE", reconheceu o economista, salientando que, ainda assim, é necessário que os prazos fixados por lei sejam cumpridos, tendo em conta as necessidades do país.

Afonso Malake, ao considerar o OGE como instrumento de grande utilidade para a funcionalidade do país, esclareceu ser também uma previsão financeira daquilo que seriam as despesas do Estado para o ano seguinte.

"É importante que o documento cumpra com todas as etapas, para que tenhamos um orçamento mais realista", advertiu o economista, apelando para a necessidade do cumprimento dos ajustes orçamentais, operações de crédito, disciplina e estabilidade orçamental, disposições que devem ser seguidas até à aprovação final do orçamento.

Sublinhou que o actual orçamento, tal como todos os outros que já foram aprovados, tem uma vertente macroeconómica, acrescentando que para a projecção do mesmo é necessário ter em atenção os limites das despesas orçamentais, a definição dos limites de despesas plurianuais e o quadro de despesas de médio prazo.

Outro economista Mário Bernardo referiu que as reformas em curso visam garantir melhor transparência na gestão das finanças públicas: "O Executivo, a seu tempo, vai, por via da Assembleia Nacional, aprovar o OGE para 2023, com base nos desafios e compromissos do país".

4.8 Huambo arrecada mais de dois mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2022

Texto: Justino Victorino

O delegado Provincial das Finanças no Huambo, João Bastos, esclareceu que a província do Huambo, arrecadou para Conta Única do Tesouro (CUT) em 2022, um valor total de 2.639.317.159,00 (Dois mil milhões seiscentos e trinta e nove milhões trezentos e dezassete mil e cento cinquenta e nove kwanzas).

O responsável fez este pronunciamento, ontem, quando procedia à apresentação do relatório síntese sobre a Execução Orçamental e Financeira da província, referente ao III Trimestre de 2022, a nível das instituições públicas.

João Bastos fez saber ainda que os valores das receitas processadas foram feitas por via Portal do Município e da Referência Única de Pagamento do Estado (RUPE).

Na sua intervenção, acrescentou que a Repartição do Huambo, por questões óbvias e pelo facto de estar no Centro da cidade, com maior densidade populacional, foi a que teve maior actividade económica, em termos de arrecadação, seguidamente da repartição municipal da Caála e Bailundo.

No encontro realizado numa das salas de reuniões do Auditório da Sede do Governo do Huambo, o

delegado provincial das Finanças, salientou, que ao longo do período em análise, a Repartição Fiscal do Huambo para o ano 2022, em termos de valores próprios obteve na Conta Única do Tesouro (CUT) uma arrecadação na ordem de mais de dois mil milhões de kwanzas, a que corresponde a 78 por cento do valor total da arrecadação. João Bastos recordou que relativamente aos Impostos que mais contribuíram para o incremento destas receitas, mencionou o Imposto de Rendimento do Trabalho (IRT), por conta de outros organismos da função pública, correspondente a 38 por cento, do Imposto do Valor Acrescentado (IVA) do regime geral com 15 por cento Imposto Industrial do grupo (A) com 7,91 por cento e dos emolumentos e taxas diversas com 6,19 por cento.

O delegado das Finanças no Huambo sublinhou, que no que diz respeito aos recursos próprios que são cobrados por via do Portal do Município e de Serviços, concretamente às administrações municipais, as escolas do ensino secundário, Unidades Orgânicas da Universidade José Eduardo dos Santos e, outros serviços públicos, durante o período em referência o valor arrecadado da Referência Única do Pagamento do Estado (RUPE) cingiu-se em mais de 430 milhões 688 mil 222 kwanzas.

Arrecadação

Em termos gráficos e de descrição, João Bastos realçou, que o valor arrecadado este ano em torno de todos os órgãos intervenientes no processo, sobretudo pela cobrança de inscrição dos acessos às universidades, nas escolas do ensino secundário, ainda é baixo em relação a do ano passado, apesar de não ter especificado a quantia monetária.

Ainda assim, o titular do sector, mostrou-se satisfeito tendo anotado, que os números apresentados revelam-se as administrações municipais em organizarem-se na criação de condições a cobrança de taxas e outros emolumentos através do Portal do Município no sentido de terem outros indicadores melhores.

Apontou por outro lado, que existem administrações municipais que, até ao momento, não têm condições criadas para que o processo de arrecadação via Portal e Referência Única de Pagamento do Estado (RUPE) seja de facto efectivo.

Em condições mínimas, assinalou, são alegadas por falta de energia, colocação de um pequeno gerador, Internet ou Modem, a inexistência de uma agência bancária além de outros meios tecnológicos.

"Se as administrações municipais tivessem criado estas condições a província, teria um volume de arrecadação maior, daquilo que está previsto no Decreto 47/ 18, o fundo de receita deve ser 100 por cento, quer dizer, se uma determinada administração arrecadar 130 milhões de kwanzas, o retorno vai ser, igualmente, de 130 milhões, fez saber o delegado das Finanças, João da Costa Bastos.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Sobas Solicitam melhor distribuição das receitas

Jornal de Angola
2 De Outubro de 2022
Texto: Carlos Paulino

Autoridades tradicionais da Região Sul do país pedem que a distribuição dos rendimentos da exploração de madeira seja mais equitativa e traga benefícios a todos os cidadãos.

A solicitação foi feita na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, durante as conclusões e recomendações da Conferência Regional Sul sobre Exploração dos Recursos Naturais, promovida pela Plataforma Tchota, em parceria com o Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género.

Os delegados das províncias do Huambo, Lunda-Norte, Benguela, Huíla e Cuando Cubango defenderam a necessidade de se continuar a trabalhar na manutenção das leis que regulam a exploração da madeira e outros recursos naturais, tendo em atenção o impacto ambiental e o desenvolvimento socioeconómico das zonas de extracção.

Os delegados consideram que os benefícios dos recursos naturais devem ser para todos, sendo imprescindível a consciencialização da sociedade para uma exploração mais racional.

Nas recomendações, consta ainda a necessidade de se mobilizar o maior número de fiscais nas comunidades, para se incentivar o cumprimento do pagamento de impostos e responsabilização social das empresas exploradoras.

Apostar na formação e informação das comunidades sobre as consequências negativas da exploração irracional dos recursos naturais, assim como denunciar os crimes ambientais às autoridades competentes consta entre as recomendações.

Os participantes são de opinião que se deve promover o envolvimento das mulheres em projectos de exploração de recursos naturais. Defenderam a criação de uma plataforma que envolva as empresas, comunidades e o Estado.

Recomendaram, também, que se deve tornar público os valores que se arrecadam e os recursos naturais que as empresas exploram, bem como pressionar o Governo para a aprovação de uma lei de protecção das minorias.

Durante três dias, os participantes debateram temas ligados à “Visão do Estado na exploração e gestão dos recursos naturais”, “Impacto ambiental”, “As comunidades e o acesso aos recursos naturais” e “Protecção legal dos direitos e deveres das comunidades em zonas de indústria extractiva”.

A conferência, realizada na semana finda, teve como objectivo contribuir para a consciencialização da sociedade sobre a situação da exploração dos recursos naturais na Região Sul do país, garantir a participação activa das comunidades nos debates, advogar boas práticas de gestão e distribuição justa dos rendimentos e divulgação do processo que envolve todo o ciclo de exploração dos recursos naturais.

5.2 Família “Santos” prepara entronização do novo soba

Jornal de Angola
9 De Novembro de 2022
Texto: Armando Sapalo

A informação foi avançada, ontem, ao Jornal de Angola, pelo porta-voz da família, Nemésio dos Santos, que avançou que o futuro líder, que deve ser escolhido ainda esta semana, vai ocupar a vaga do trono deixada pelo soba Carlos Alberto Dâmaso dos Santos Benedito, que morreu em Setembro último, vítima de doença, aos 62 anos.

Antes da apresentação pública, acontece um “conselho familiar”, com a participação dos mais velhos e outros responsáveis, com vista à eleição da pessoa que vai dar sequência à sucessão da linhagem do poder tradicional no Bairro Santos.

Nemésio dos Santos disse que na referida reunião é feita a resenha do historial dos costumes e valores da família, como sendo o “baluarte” da autoridade, tendo em vista a preservação da consanguinidade que determinou a eleição do inquilino ao cadeirão máximo do poder.

“A nossa família nunca desviou da linhagem para a escolha do novo soba. Por isso, antes da apresentação pública vai ter lugar um conselho da família para sabermos quem deve ser o eleito para a sucessão, onde os mais velhos apresentam uma resenha do historial do nosso poder tradicional, os

valores que o novo chefe deve seguir para preservar a consanguinidade”, explicou.

Segundo Nemésio dos Santos, à meia noite do dia que antecede a apresentação pública, para a definição da data de entronização, o futuro soba é submetido a um ritual restrito pelos membros da família.

Os protocolos do ritual, de acordo com a porta-voz, estabelecem que o novo soba deve escalar o tecto da casa em que se vai realizar o acto, depois faz um disparo com arma de fogo e termina tecendo algumas considerações dirigidas aos presentes naquele culto.

O trono do poder tradicional na família Santos, disse, é atribuído, exclusivamente, aos "rebentos" da linhagem da mulher casada com o primeiro soba da dinastia e a preferência recai para os netos.

A cerimónia de apresentação pública do futuro soba deverá ser testemunhada por mais de 100 convidados, entre as quais entidades governamentais, tradicionais, eclesiásticas e amigos da família, disse.

Nemésio dos Santos, acrescentou que o novo soba vai ser o quinto da geração do poder tradicional na família Santos, que pertence à etnia dos Lubas, uma das que teve um papel crucial na Luta de Libertação, que levou Angola à conquista da Independência Nacional.

Os "Santos" estão entre as mais importantes, interventivas e instruídas famílias na Lunda-Norte, desde o período colonial, até aos dias de hoje, com figuras activas na vida política, académica e desportiva nacional, incluindo na comunicação social.

Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", político, actualmente deputado à Assembleia Nacional pela Bancada do partido MPLA, antigo governador da Lunda-Norte e Malanje, até muito recentemente, é um dos nomes sonantes na referida família.

Kwata Kanawa é, nesse momento, o patriarca da família, aliás o herdeiro por excelência do trono do poder tradicional, que lhe tinha sido deixado, pelo avô quando este morreu. "Fruto das ocupações políticas e governamentais nunca assumiu a responsabilidade, sendo, por isso, a voz autorizada na discussão para a escolha do sucessor", afirmou Nemésio dos Santos.

Narciso Damásio Benedito dos Santos, antigo vice-ministro da Educação e actual director do Gabinete Provincial do mesmo pelouro em Luanda, e o malogrado general Jorge Manuel dos Santos "Sukissa", que até à data da sua morte foi o comandante da Marinha de Guerra Angolana, são outras figuras de destaque na família Santos, que

detém um dos mais influentes poderes tradicionais na Lunda-Norte.

O falecido soba Carlos Alberto Dâmaso dos Santos Benedito, professor de Educação Física de carreira, exerceu, também, cargos de relevo no Governo da Lunda-Norte, tendo sido sucessivamente, administrador municipal do Chitato, director da Juventude, Desportos, Comércio, Hotelaria, Turismo e do extinto Gabinete de Apoio às Administrações Municipais e Comunaes.

Carlos Benedito que, também, foi treinador de andebol, até à data da sua morte exercia as funções de director do gabinete do ex-governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala.

5.3 Governador nomeia novos Administradores

Jornal de Angola
10 De Novembro de 2022

Municípios do Kilamba Kiaxi, Icolo e Bengo e da Quiçama contam com novos administradores, nomeados terça-feira, pelo governo provincial de Luanda, Manuel Homem.

O município do Kilamba kiaxi passa a ser dirigido por Naulila Masisa André, Icolo e Bengo por Nelson Lopes te e Quiçama por Elite de Fátima Rafael.

No mesmo despacho reconduzidos os admiradores de Cacucaco, Ílio Jacob, de Belas, Miguel Silva de Almeida, de a, Demétrio António Iveda, de Talatona, Ruí Duarte, e do Cazenga, as Bica.

Governador Manuel Homem nomeou, também, a Maria Rosa António, para o cargo de directora-geral adjunta do Instituto Nacional de planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

Obras concluídas

As obras no troço que liga a clínica Medical Center ao o Serpa Pinto, situado na rua Amílcar Cabral, foram recentemente concluídas, estando aberto o tráfego naquela zona.

Segundo uma nota do mo Provincial de Luanda, do Laboratório de Engenharia de Angola será aberta, parcialmente, a partir de hoje.

5.4 Reino tchokwe em crise: governo acusado de interferências

Novo Jornal

25 De Novembro de 2022

O conflito no reinado Mwatchisengue eclodiu-se em 2019, após a morte do anterior rei, Ndumba Alberto. Segundo fontes, esse deixou por escrito uma circular em que legitima Lukhasa João para lhe suceder no trono, seguido de todos os rituais de entronização, o que foi observado, mas o Governo actual, liderado por Daniel Pélíx Neto, é acusado de fazer 'vista grossa' para o processo de sucessão ao trono, ao não reconhecer ou oficializar o documento deixado antes mesmo de morrer, conforme tinha sido recomendado pelo governador antecessor do actual, Ernesto Kitekulo, depois de reconhecer Lukhasa João como Rei Mwatchisengue.

"O que o Governo devia fazer, quando o senhor (José Estêvão) apareceu a reclamar, era apenas apresentar o documento (deixado pelo antecessor), e acabava-se o conflito", sugere Lukhasa João, que se indignou pelo facto de ser reconhecido e recebido com pompas e circunstâncias por outros governadores das províncias do Leste. "Eu, se vou para o Moxico ou Lunda-Norte, sou recebido como rei pelas autoridades tradicionais ou do Governo, mesmo na altura dos governadores antecessores", revela.

A ida do Presidente da República à cidade de Saurimo, em Junho último, parecia amenizar a tensão que se vive, mas não foi dessa. Lukhasa João apareceu no encontro entre João Lourenço e as autoridades governamentais e tradicionais, mas foi surpreendido ao encontrar José Estêvão na mesma sala, aquele explicou ao Presidente o que se passava, João Lourenço orientou ao governador para que "imediatamente" se pusesse fim ao conflito que já se arrastava por longo período. Passados alguns dias, o rei entronizado pressionou o governador para a marcação da data para um encontro entre as autoridades tradicionais e da sociedade 'civil, para se resolver o conflito. Daniel Neto deixou a data sob critério do rei entronizado, esse marcou, ao aproximar-se a data, eis que são surpreendidos com uma carta vinda da Direcção provincial da Cultura, a dar conta da ausência de uma das partes, José Estêvão, que viajou por motivos familiares, e, por isso, a realização da reunião tinha de esperar. "Estes dias todos, estamos à espera que o governador mande o senhor para reunirmos, até hoje nada", insiste Lukhasa João, que confessa nunca ter privado com Estêvão: "Nem o conheço, nunca veio reclamar o poder em minha frente".

Lukhasa João desconfia que o conflito resulta de uma agenda com o propósito de se criar desordem no reinado, para atender à máxima: "Dividir para melhor reinar". "Se o governante está a ver algo no meu reinado que não vai ao encontro das expectativas, vem ter comigo explica e vou compreender, não usar pessoas", desabafa.

Que o tio e o sobrinho se entendam!

O director provincial da Cultura da Lunda-Sul, Salvador Gueguéré, refere que, por se tratar de poder tradicional, o Governo não pode interferir no assunto. "Nem uma, nem outra ala deve ter relação com o Governo, até que o tio e o sobrinho se entendam e depois nos traga uma acta confirmada sobre o entendimento", referiu.

O responsável explicou que o Governo chamou os dois lados e se ofereceu a criar condições logísticas, de alojamento e alimentação, para que se efectivasse o encontro, mas não concordou com o facto de um dos lados marcar a data sem o consentimento do outro, que está em Luanda em visita da irmã que se encontra doente.

Salvador Gueguéré garante que, depois de José Estêvão voltar, poderá agendar-se a esperada reunião. Questionado sobre a existência do documento deixado pelo rei falecido, o director desviou-se da resposta, recomendando que contactasse José Estêvão para mais esclarecimentos, com quem, entretanto, até ao fecho desta edição do jornal, não tivemos sucesso na ligação telefónica.

Conflito nunca antes visto

Este é um momento inédito que o reinado vive, já que, na sua história, nunca houve disputa de trono como à que se assiste agora, garante o historiador Guilherme Martins, residente em Saurimo.

O também especialista para Assuntos do Reino Tchokwe revela que não está em causa a disputa do reinado. "O que existe é uma interferência de algumas pessoas que se aproveitam da sua posição social para criar uma ala que vai combater o reinado de Mwatchisengue-Wa- rernbo".

Na história, desde o primeiro Mwatchisengue, Mwakakese, até ao falecido em 2019, Ndumba Alberto, passaram nove reis e "nenhum deles tem o nome de Mwatchitambuila", para explicar que não há histórico de reinado na linhagem do reivindicador, apesar de ser parente de quarto grau.

O historiador confirma que Lukhasa João seguiu todos os rituais de sucessão, desde o jejum durante o

tempo em que o corpo não foi enterrado, até quando chegou a vez da sua entronização em Março de 2019.

Muatchisengue é o título real do povo Tchokwe, flue habita o Leste e o Nordeste de Angola, com extensão para a Zâmbia e a RDC. A sede da coroa é a região de Itengo, na província da Lunda-Sul, Na tribo Tchokwe, o Rei Mwene Mwatchisengue- -Wa-Tembo é o dono das terras. É ele que lidera todos os rituais necessários para prevenir problemas como catástrofes naturais, intercedendo junto dos ancestrais O rei é parceiro do Governo.

Há, também, problemas nos reinados dos povos do Moxico, mas o conflito é entre a tribo Luvale, da Rainha Nyakatolo, e Lunda Ndembo, do príncipe Tchinue, já que um dos povos é acusado de não respeitar os limites da terra.

5.5 Proposta de nova Divisão Político-Administrativa será enviada em breve à Assembleia Nacional

Jornal de Angola

De 26 de Novembro de 2022

Texto: Adelina Inácio

O presidente do MPLA, João Lourenço, anunciou, nessa Sexta-feira, que o Executivo vai submeter, em breve, à Assembleia Nacional uma proposta da nova Divisão Político-Administrativa do país, derivada da necessidade imperiosa de uma governação cada vez mais próxima do cidadão.

A proposta, segundo o líder do MPLA, tem em conta a enorme extensão do território que clama por mais províncias e municípios. João Lourenço sublinhou, a propósito, no seu pronunciamento, que a iniciativa do Executivo "não colidirá com o poder autárquico", reafirmando que o mesmo será uma realidade.

Ao discursar na abertura da 3ª Sessão Ordinária do Comité Central do MPLA, o presidente João Lourenço, assegurou que, na Assembleia Nacional, no quadro da programação do exercício legislativo, os deputados do Grupo Parlamentar do MPLA vão prestar maior atenção à necessidade da conclusão do Pacote Legislativo Autárquico, para que se possa dar início ao processo de implantação do "poder autárquico".

Neste aspecto, o presidente do MPLA realçou o programa sufragado nas urnas, nas Eleições Gerais de 24 de Agosto, sublinhando que os eleitores que elegerem o MPLA e o seu candidato para governar o país, reconheceram "não só que o sempre fizemos em

prol de Angola e dos angolanos, mas, sobretudo, por acreditarem no nosso programa de governação".

"Esse programa, é o nosso compromisso para com o desenvolvimento económico e social de Angola e para o bem-estar dos angolanos", disse. João Lourenço afirmou que, por essa razão, "apesar da actual crise económica mundial, consubstanciada nas crises de segurança, energética, alimentar e ambiental que hoje são globais, o MPLA vai continuar a suportar o Executivo na necessidade de cumprir o máximo possível com as suas obrigações perante a Nação e os cidadãos angolanos".

O presidente do MPLA reiterou o compromisso na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, na luta contra a corrupção e a impunidade, na criação de um bom ambiente de negócios que atraia investimento privado, produza localmente bens e produtos de exportação e que crie emprego.

Os angolanos constituem, disse, o centro de toda a acção governativa do MPLA, por isso, o partido continuará a trabalhar para aumentar, cada vez mais, a oferta de água potável, de energia eléctrica, de habitação, de assistência médica, de acesso à escola, de condições para a prática do desporto, do emprego e de outros direitos dos cidadãos.

O líder do MPLA garantiu, nesse sentido, maior atenção ao investimento público em infra-estruturas para garantir o sucesso do investidor privado na sua missão de promotor por excelência de bens e de serviços.

Num tom mais acentuado para os militantes, acrescentou que o MPLA sempre mereceu a confiança dos cidadãos pelo reconhecimento da total entrega na defesa e realização das principais aspirações dos angolanos. João Lourenço agradeceu aos eleitores pelo voto de confiança no MPLA para dirigir os destinos do país neste mandato que agora se inicia.

"Quiseram os cidadãos eleitores nos conferir uma maioria absoluta no Parlamento como sinal claro de que pretendem a estabilidade necessária que garanta, sem sobressaltos, aprovação do OGE, principal instrumento da governação de toda a legislação ordinária que venha a ser submetida à Assembleia Nacional", disse o presidente do MPLA.

Os cidadãos indicaram, prosseguiu, com clareza a necessidade de haver maior negociação entre o Presidente da República, as diferentes formações políticas e a sociedade civil. Neste ponto, o presidente João Lourenço sublinhou que, no caso específico, se deve considerar a necessidade de se

fazer qualquer revisão da Constituição da República, "o que respeitamos".

O presidente do MPLA afirmou, nesse sentido, que toda acção deve estar direccionada para a comunidade, município, bairro, onde deve ser exercida influência positiva através da postura correcta perante os fenómenos. Isto requer, segundo João Lourenço, comportamentos cívicos exemplar e pedagógico, com relação à defesa dos valores da democracia, do patriotismo da unidade nacional, da paz e da reconciliação nacional, da defesa do bem público e do respeito aos símbolos nacionais.

Independência Nacional

O presidente João Lourenço agradeceu o apoio de que o MPLA beneficiou, ao longo da sua história, de outros países, de partidos políticos, de comités de amizade e solidariedade, de organizações da sociedade civil de países de todos os continentes. Graças a isso, disse, organizou e dirigiu a luta triunfante do povo angolano para a conquista da Independência.

"A todos, a nossa eterna gratidão por nos terem ajudado a tornar realidade o nosso sonho de liberdade", frisou o líder do MPLA. João Lourenço fez questão de aclarar que o MPLA retribuiu a solidariedade, ajudando outros povos oprimidos de África a se libertarem das amarras do colonialismo e da segregação racial do regime do apartheid, seguindo a máxima de Agostinho Neto, quando dizia "na Namíbia e na África do Sul estava a continuação da nossa luta."

Para o presidente João Lourenço, é dentro deste espírito que Angola tem sido chamada a ajudar com a sua diplomacia na pacificação de países africanos que enfrentam situações de conflitos armados internos ou fronteiriços.

Referiu, a propósito, que Angola está preocupada com a situação de tensão na fronteira entre a RDC e o Rwanda, que relativamente pouco tempo causou mais de duzentos mil deslocados, "o que constitui uma crise humanitária que se vem juntar à de Tigray, na Etiópia, e da Somália, ou, ainda, de praticamente todos os países do corno de África, vítimas da conjugação de conflitos armados e da seca severa e duradoura, que afecta aquela região do continente".

O também Presidente da República e mediador do conflito na RDC e Rwanda, espera que com a cessação das hostilidades no Leste da RDC possam ser dados passos subsequentes previstos no Plano de Acção com vista a se alcançar a paz e o rápido

restabelecimento das relações de amizade e cooperação entre a RDC e o Rwanda.

O presidente do MPLA, no seu discurso, referiu-se à guerra na Ucrânia, que, no seu entender, representa uma séria ameaça à segurança da Europa e à segurança Mundial, a julgar pela crise energética, alimentar e humanitária que criou, em cerca de nove meses de duração, graves consequências para as economias à escala global.

O MPLA, acrescentou, está solidário com a Ucrânia e defende a necessidade de se negociar o mais rápido possível o cessar-fogo incondicional, para se pôr fim à guerra e se dar início a negociações de uma paz duradoura que restabeleça a confiança, garanta a boa vizinhança, a amizade entre os dois povos e a cooperação económica entre os dois países condenados a viver em harmonia.

Realçou a necessidade de tudo ser feito, no sentido de se evitar o escalar deste conflito que tem lugar num continente, que num passado não tão longínquo foi palco das duas guerras mundiais que a história conhece, sendo que a última ceifou cerca de 50 milhões de vidas e deixou marcas profundas que em alguns casos persistem entre os povos da Europa, e não só.

"Este conflito vem demonstrar o quão pertinente é a necessidade de se reformar a actual composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a entrada de representantes de África, da América Latina, do Médio Oriente e Ásia como membros permanentes deste importante órgão da ONU, encarregue de zelar pelo estrito cumprimento da sua Carta por todos os Estados-membros e garantir a segurança mundial", defende João Lourenço, também Presidente da República.

5.6 Huambo arrecada mais de dois mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2022

Texto: Justino Victorino

O delegado Provincial das Finanças no Huambo, João Bastos, esclareceu que a província do Huambo, arrecadou para Conta Única do Tesouro (CUT) em 2022, um valor total de 2.639.317.159,00 (Dois mil milhões seiscentos e trinta e nove milhões trezentos e dezassete mil e cento cinquenta e nove kwanzas).

O responsável fez este pronunciamento, ontem, quando procedia à apresentação do relatório síntese sobre a Execução Orçamental e Financeira da província, referente ao III Trimestre de 2022, a nível das instituições públicas.

João Bastos fez saber ainda que os valores das receitas processadas foram feitas por via Portal do Município e da Referência Única de Pagamento do Estado (RUPE).

Na sua intervenção, acrescentou que a Repartição do Huambo, por questões óbvias e pelo facto de estar no Centro da cidade, com maior densidade populacional, foi a que teve maior actividade económica, em termos de arrecadação, seguidamente da repartição municipal da Caála e Bailundo.

No encontro realizado numa das salas de reuniões do Auditório da Sede do Governo do Huambo, o delegado provincial das Finanças, salientou, que ao longo do período em análise, a Repartição Fiscal do Huambo para o ano 2022, em termos de valores próprios obteve na Conta Única do Tesouro (CUT) uma arrecadação na ordem de mais de dois mil milhões de kwanzas, a que corresponde a 78 por cento do valor total da arrecadação. João Bastos recordou que relativamente aos Impostos que mais contribuíram para o incremento destas receitas, mencionou o Imposto de Rendimento do Trabalho (IRT), por conta de outros organismos da função pública, correspondente a 38 por cento, do Imposto do Valor Acrescentado (IVA) do regime geral com 15 por cento Imposto Industrial do grupo (A) com 7,91 por cento e dos emolumentos e taxas diversas com 6,19 por cento.

O delegado das Finanças no Huambo sublinhou, que no que diz respeito aos recursos próprios que são cobrados por via do Portal do Município e de Serviços, concretamente às administrações municipais, as escolas do ensino secundário, Unidades Orgânicas da Universidade José Eduardo dos Santos e, outros serviços públicos, durante o período em referência o valor arrecadado da Referência Única do Pagamento do Estado (RUPE) cingiu-se em mais de 430 milhões 688 mil 222 kwanzas.

Arrecadação

Em termos gráficos e de descrição, João Bastos realçou, que o valor arrecadado este ano em torno de todos os órgãos intervenientes no processo, sobretudo pela cobrança de inscrição dos acessos às universidades, nas escolas do ensino secundário, ainda é baixo em relação a do ano passado, apesar de não ter especificado a quantia monetária.

Ainda assim, o titular do sector, mostrou-se satisfeito tendo anotado, que os números apresentados revelam-se as administrações municipais em organizarem-se na criação de condições a cobrança de taxas e outros emolumentos através do Portal do Município no sentido de terem outros indicadores melhores.

Apontou por outro lado, que existem administrações municipais que, até ao momento, não têm condições criadas para que o processo de arrecadação via Portal e Referência Única de Pagamento do Estado (RUPE) seja de facto efectivo.

Em condições mínimas, assinalou, são alegadas por falta de energia, colocação de um pequeno gerador, Internet ou Modem, a inexistência de uma agência bancária além de outros meios tecnológicos.

"Se as administrações municipais tivessem criado estas condições a província, teria um volume de arrecadação maior, daquilo que está previsto no Decreto 47/ 18, o fundo de receita deve ser 100 por cento, quer dizer, se uma determinada administração arrecadar 130 milhões de kwanzas, o retorno vai ser, igualmente, de 130 milhões, fez saber o delegado das Finanças, João da Costa Bastos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Reação «Daqui a duas ou três semanas teremos a logística pronta»

Novo Jornal

4 De Outubro de 2022

Texto: Onélio Santiago

Empresa responsável pela escavação assegura estar a ultimar condições logísticas para, ainda este mês, se começarem a notar mudanças no local.

A IMUVIP, empresa responsável pelo Edifício Teta Lando, assegura ao Novo Jornal que tem "tudo acertado" com o empreiteiro para "brevemente" dar início às obras, que consistirão na colocação de grandes quantidades de terra, para se proceder à tapagem do buraco, que tem três mil quilómetros quadrados em área e cinco pisos em termos de profundidade.

Nuno Silva, engenheiro civil ligado à IMUVIP, cita um alegado acordo com a construtora Fujian Jiangyuan Investment Development, Lda, do qual não pode, supostamente, falar de valores, mas sente-se à vontade para adiantar que "será pago metro cubico por carga, num total de 25 mil metros cúbicos". "Já fechámos o contrato, foi assinado a 6 de Outubro e vamos pagando as cargas [de terra], conforme o registo diário", explica Nuno Silva, que lamenta ter havido "uns subempreiteiros que desistiram da obra".

"É um trabalho que deve ser feito de forma contínua, sendo necessários muitos equipamentos para se fazer o transporte de terra, desde a zona de empréstimo até ao local de escape", diz o engenheiro civil, ressaltando que, para maior rentabilidade, os trabalhos serão feitos à noite.

"São cerca de 60 dias", resume Nuno Silva, ao responder à questão sobre o tempo necessário para a conclusão da empreitada. Sobre a data concreta para o início das obras, o engenheiro civil ligado à IMUVIP adianta que já se estão, alegadamente, a "ultimar as questões logísticas" e atira: "

Penso que daqui a duas ou três semanas já teremos a logística do subempreiteiro pronta. Uma vez que eles [a Fujian Jiangyuan Investment Development] têm o equipamento fora e, não tendo aqui residentes, somos nós, o empreiteiro, quem vai tratar desse aspecto", reforça. Nuno Silva diz, a finalizar, que,

depois de se tapar o buraco, a zona estão supostamente "pronta" para ser utilizada como se quiser, sendo que, sublinha, dependendo do tipo de projecto, as construções a serem feitas na zona poderiam exigir uma nova escavação.

Nas obras do Edifício Teta Lando, há três nomes de empresas a reter: Tiner Angola SA, IMUVIP e Fujian Jiangyuan Investment Development, Lda. A primeira, de que é sócio o empresário português Munir Aly, é a instituição que comprou o espaço a Alberto Teta Lando e firmou com o artista um acordo em que se comprometia a atribuir o nome do cantor e compositor angolano à infraestrutura que aí fosse erguida.

Contudo, apurou o NJ, ao notar que os outros dois seus sócios na Tiner Angola SA já não se dedicavam à firma, Munir Aly chamou toda a responsabilidade a si e passou a gestão do espaço à IMUVIP, de que é dono. Por conseguinte, tem sido já a IMUVIP quem trata de procurar subempreiteiros e, depois de pelo menos dois acordos mal sucedidos com outras firmas, eis que, com Fujian Jiangyuan Investment Development, Lda, se sente em condições de assegurar o início da empreitada para "dentro de duas ou três semanas"

6.2 Luanda a província «campeã» em obras abandonadas ou por concluir

Novo Jornal

4 De Novembro de 2022

Obras abandonadas ou por concluir, mesmo constituindo perigo iminente para os cidadãos, não é uma situação nova em Luanda. Por exemplo, em Novembro do ano passado, um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE), consultado pelo NJ, dava conta de que, só no primeiro trimestre de 2021, de um total de 10.763 edifícios projectados a nível nacional, apenas 934 estavam em construção (obras que, no momento do inquérito, apresentavam seguintes características: inacabadas, novas, reincidentes e concluídas), estando paralisadas 9.829 empreitadas, com Luanda (177) no top 2, atrás apenas da tunda-sul (226).

Há cerca de três anos, o NJ trouxe à tona a história (hoje, já resolvida) de uma grua que estava há mais de 40 anos abandonada no Prenda, pondo em perigo mais de 400 famílias. Em todos estes casos, a paralisação dos trabalhos é justificada por questões financeiras.

Por exemplo, no caso do buraco da Maianga, a IMUVIP, que detém a obra, assume pela voz do 'número um' da firma que tinha, sim, plano de fazer nascer na esquina entre as ruas Hélder Neto e Marien Ngouabi um "bom projecto imobiliário". Munir Aly, de nacionalidade portuguesa, revela que foram os apertos decorrentes das sucessivas crises financeiras por que passa Angola que deixaram o projecto no estado actual. Aly assume, por isso, o seu passivo e assegura querer ser "bom vizinho", pelo que promete bater-se para que "o buraco desapareça, antes que uma tragédia qualquer" o venha a marcar para a vida toda.

6.3 Levantamento país tem mais de sete mil obras paralisadas

Novo Jornal

11 DE Novembro de 2022

Texto: Dulcineia Lufua

Um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que, de Janeiro a Junho do ano corrente, 7.205 obras no País se encontravam paralisadas, num universo de 9.157 obras, quer públicas ou privadas.

Os dados do relatório do INE sobre o Inquérito Trimestral de Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processos de Construção (ITAEP), consultado pelo Novo Jornal, mostram, igualmente, que, das mais de nove mil obras, apenas 1.970 estão em processo, ou seja, obras que, no momento do inquérito, apresentavam as seguintes características: inacabadas, novas, reincidentes e concluídas.

O documento, publicado trimestralmente pelo Instituto de Estatística, não descreve as razões da paralisação das obras, mas sublinha que, durante o período em análise, estiveram envolvidos na construção de edifícios mais de sete mil trabalhadores, subdivididos em três categorias: permanentes, subcontratados e não-remunerados, com um custo médio mensal da mão-de-obra a rondar os mais de 840 milhões Kz.

Segundo o relatório, Luanda, Huambo, Kwanza-Sul e Moxico são as províncias que registaram mais obras em andamento. Já as províncias que concentram maior área bruta em metros quadrados são Zaire, Luanda, Kwanza-Sul e Uíge.

O documento, de 26 páginas, refere, igualmente, que, quanto ao propósito, as obras estão classificadas em obras para habitar, uso próprio e propósito misto. Na categoria das obras para habitar, destacam-se as províncias de Benguela, Kwanza-Sul e Malanje e

Luanda. Huíla, Uíge, tunda-sul e Luanda lideram a lista de construção para uso próprio.

Quanto à categoria de construtor, são classificadas por empresa privada com 43, profissional/mestre de obra e familiar com 34. Para as obras por tipo de construtor empresa privada, destacam-se as províncias do Bengo, com 18,60%, ficando as demais províncias abaixo de 17%. O inquérito informa ainda que as obras são classificadas por residenciais (habitação) e não-residenciais (indústria, comércio, hospitais, escolas, escritórios, igrejas e hotéis).

Para o engenheiro Civil Henriques Lázaro Caepca, as obras paradas criam impactos negativos tanto para o ambiente como para os cofres de Estado. Ao NJ, o engenheiro explica que as obras inacabadas, ao longo dos tempos, podem criar corrosão e inundações, causando, assim, "graves problemas" à sociedade e não só.

"A recuperação de uma obra paralisada durante muitos anos chega a custar mais caro em relação ao orçamento inicial. Os trabalhos para a restauração tornam-se mais complicados e exigem maior prudência", alerta. Henriques Caepca sublinha também que, ao longo dos anos, as construções inacabadas podem tornar-se em esconderijo para os criminosos, bem como locais para o depósito de lixo.

6.4 Centralidade Horizonte do Cuito conta com mais 56 famílias

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2022

Texto: Matias da Costa

Mais 56 famílias receberam, este sábado, moradias na Centralidade Horizonte do Ndjelé, na cidade do Cuito, província do Bié, no âmbito do programa do Executivo de fomento habitacional, em curso no país.

A maior parte das moradias, mais de 90 por cento, foi entregue a jovens, na sequência de um sorteio realizado pelo Governo Provincial do Bié, no âmbito da distribuição dos últimos 379 fogos habitacionais da primeira fase da Centralidade Horizonte do Cuito, tendo em conta o número elevado de candidatas.

A vice-governadora do Bié para o Sector Político, Social e Económico, Alcida Camatele, que representou o Governo Provincial no acto de entrega formal das residências, disse, ao Jornal de Angola, que a adesão ao sorteio, em que estiveram inscritos mais de 12 mil cidadãos, demonstra a necessidade de se repensar as políticas para a habitação.

No entender da governante, deve-se optar por parcerias públicas ou privadas, na qual o Estado cria políticas juntamente com parceiros do sector privado da área de construção civil, para a elaboração de planos exequíveis, que levem a concretização do tão almejado, por muitos, "sonho da casa própria".

Segundo Alcida Camatele, o sorteio, que decorreu ontem na cidade do Cuito, foi considerado transparente por parte de agentes de vários estratos da sociedade, nomeadamente igrejas, partidos políticos, entidades religiosas e tradicionais, associações juvenis e activistas políticos.

Alberto Nacuvambo, um dos contemplados, reconheceu a transparência do processo. "Foi o mais transparente possível. E não digo isso porque fui um dos felizardos, mas sim porque senti lisura durante o processo".

Alberto Nacuvambo, de 39 anos, é farmacêutico de profissão e diz que, finalmente, vê um sonho, que durava há mais de 19 anos, tornar-se realidade.

6.5 Abertas inscrições para urbanização Dom Kevanu

Jornal de Angola
22 De Novembro de 2022
Texto: Adelaide Mualimusi

As inscrições para o sorteio da segunda fase de acesso a 87 moradias na Centralidade Dom Guimarães Kevanu, na localidade de Ekuma, foram abertas esta segunda-feira (21), em Ondjiva, província do Cunene, no quadro do programa do Governo de fomento habitacional.

O porta-voz da comissão provincial para a distribuição das moradias, Ezequias Valungameka, disse estarem disponíveis 87 casas do tipo T3, destinadas ao público, nas modalidades de renda resolúvel, arrendamento e pronto pagamento. Cada habitação custa sete milhões de kwanzas.

Ezequias Valungameka disse que as condições exigidas são ser cidadão maior de 18 anos com capacidade financeira de suportar pagamento das rendas, ser funcionário de uma instituição pública ou privada, não ter beneficiado anteriormente de habitação construída com fundos públicos e um rendimento mínimo mensal de 122 mil kwanzas.

No acto de inscrição, o interessado deve apresentar fotocópia do bilhete de identidade ou cartão do município. Os requisitos são extensivos aos cidadãos estrangeiros residentes no país.

Além de apartamentos, a centralidade Dom Guimarães Kevanu tem também disponíveis quatro lojas, cujo sorteio está para breve, segundo Ezequias Valungameka.

O porta-voz da comissão de distribuição reconheceu que a procura é grande, mas garantiu rapidez no processo. Por isso aconselhou os concorrentes a comparecer no pavilhão do Naipalala, de modo a evitar enchentes nos últimos dias.

Alivandra Chinima, candidata a um apartamento, disse reunir todos os requisitos necessários para o sorteio e está optimista para a realização do sonho da casa própria.

Dionísio Chioeny, outro candidato, disse ter chegado muito cedo ao local para fazer a inscrição. Agora aguarda apenas pelo resultado do sorteio.

6.6 Mobilidade urbana sustentável acelera desenvolvimento

Jornal Economia e Finanças
25 De Novembro de 2022

O ministro dos Transportes, Ricardo Viegas D'Abreu, considerou urgente abordar a questão da mobilidade urbana sustentável em função dos desafios do crescimento demográfico acelerado das principais cidades do país e aproveitar as parcerias.

Ricardo Viegas D'Abreu teceu tais considerações num encontro que manteve, recentemente, em Luanda, com representantes da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD) e da Associação Cooperação para o Desenvolvimento e Melhoria do Transporte Urbano e Periurbano (CO.QATU), no quadro do apoio técnico que visa a melhoria da mobilidade urbana e periurbana do país.

Citado por uma nota Ministério dos Transportes, o governante lembrou, também, que no âmbito da descentralização da administração central do Estado, é importante que as estruturas locais cumpram cada vez mais com as suas responsabilidades relativamente à questão da rede de infra-estruturas de apoio aos transportes, definida nos seus Planos de mobilidade.

Ricardo Viegas D' Abreu apelou ainda aos especialistas internacionais e aos técnicos nacionais para que no âmbito do presente acordo identifiquem e apresentem modelos de gestão empresarial para o serviço de transportes públicos, aplicáveis em função da realidade de cada província.

Por sua vez, o director da AFD para Angola, Louis-Antoine Sou'-chet, disse que este acordo vai permitir

o intercâmbio de experiências francesas e internacionais com o objectivo único de se apoiar eficazmente na optimização do transporte urbano em Angola.

Este encontro marca o lançamento da implementação efectiva do Acordo de Cooperação assinado em Maio passado entre as partes, que visa realizar estudos de diagnóstico do transporte e da mobilidade urbana no país e apoiar as entidades públicas e privadas do sector (prioritariamente urbanos), através da troca de experiências com entidades homólogas.

O objectivo prioritário é o de melhorar o sistema de transportes urbanos e periurbanos, tornando-os mais integrados, eficientes e sustentáveis.

ACODATU, na qualidade de parceiro técnico, é responsável pela realização dos estudos de diagnóstico do transporte e da mobilidade em Luanda, definindo para o efeito o seu perímetro geográfico exacto (cidade/província) com as autoridades locais. De igual modo, vai organizar workshops para apresentação dos resultados dos estudos realizados, reunir as entidades locais do sector, desenhar o plano de acção de melhoria do sector, e promover encontros entre entidades locais e internacionais. De realçar que as acções da CODTU abrangem igualmente o apoio específico à reestruturação em curso na empresa de Transporte Colectivo Urbano de Luanda (TCUL).

AAFD vai também participar na concepção, planeamento e programação das diferentes acções do Programa de Cooperação; bem como na avaliação conjunta dos resultados com O MINTRANS, gerindo o financiamento dos referidos estudos e a assistência técnica específica.

Para além do Ministro dos Transportes, Ricardo Viegas D'Abreu, estiveram presentes neste encontro o Secretário de Estado dos Transportes Terrestre, Jorge Bengue; Directores Nacionais do MINTRANS, PCAs da ANTT e TCUL,

6.7 Ordem quer maior participação na solução de problemas do país

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

A Ordem dos Engenheiros de Angola (OEA) pretende estar, cada vez mais, alinhada às recentes recomendações do Conselho de Ministros sobre o Plano de Acção para a província de Luanda, concretamente, nos problemas mais preocupantes e

na implementação de soluções que contribuam, de facto, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O bastonário da Ordem, engenheiro Paulino Neto, que falava, ontem, em Luanda, durante o I Encontro do Colégio de Engenharia Civil, defendeu a criação de bases para definir o futuro das cidades, como erradicar os bairros com habitações precárias e os também designados por musseques.

Relativamente às cidades em Angola, considera essas são perímetros formados pelo casco urbano, consolidado por uma extensão de bairro, onde a população, por sua espontânea iniciativa, foi resolvendo uma das suas necessidades primárias, que consiste no direito à habitação.

“Mas, com a guerra iniciou-se um processo de migração do campo para a cidade, que, posteriormente, cresceu de forma exponencial e, na maior parte dos casos, descontroladamente, com a população rural à procura de segurança, melhores condições de vida, de emprego, saúde e acesso ao ensino”, esclareceu.

O bastonário salientou que, hoje, a realidade angolana é muito mais de casas precárias do que de habitações tradicionais.

Neste momento, cerca de 80 por cento da população angolana vive em habitações construídas nas periferias e com pouca qualidade nas infra-estruturas urbanas.

Em função dessa realidade, sublinhou o engenheiro, o Estado perdeu o controlo do crescimento das cidades, da sua organização, da capacidade de dotá-las de infra-estruturas condignas para o cidadão, que procura a satisfação de um direito básico em ter uma habitação.

O bastonário alertou que esta realidade deve ser invertida e pede aos engenheiros para apresentar soluções imediatas. “Hoje, sabemos que quem vive na periferia sofre, diariamente, com a distribuição de energia eléctrica e água”.

Paulino Neto referiu, ainda, boa parte das casas não possui sanitários, nem as urbanizações que as servem dispõem de saneamento básico, pelo que os seus habitantes adoecem mais vezes, o que implica menos dias produtivos, ou seja, um ciclo vicioso de pobreza.

Durante o encontro, que decorreu sob o lema “A Engenharia Civil na Vanguarda do Desenvolvimento de Angola”, o bastonário acrescentou que, em consequência deste fenómeno, acresce o facto destes aglomerados populacionais não possuírem acessos

francos ao seu interior, causando, muitas vezes, problemas de segurança pública.

No evento, que congrega académicos, profissionais do sector, estudantes, instituições de ensino, associações profissionais, empresas e pessoal do sector da Saúde, estão a ser abordados temas sobre “Infra-estruturas de Transportes e a Zona de Livre Comércio Continental Africana”, “Infra-estruturas de Água e Saneamento” e “A Indústria Arquitectura, Engenharia, Construção e Operação em Angola”.

O bastonário destacou se tratar da primeira vez, em 30 anos, que o Colégio de Engenharia Civil organiza o seu primeiro encontro e espera que continua a ser seguido pelos restantes grupos que constituem a Ordem.

Construções anárquicas

Paulino Neto alertou que tem sido frequente a construção anárquica em terrenos privados, sem as devidas licenças de construção ou habitabilidade e, sobretudo, a ocupação de espaços públicos para uso privado (geradores, habitação e escolas), sem que as devidas licenças e direitos de superfície revertam a favor do Estado.

Realçou, ainda, ser notório o desenvolvimento de negócios em espaços públicos, com o aproveitamento dos avultados investimentos em infra-estruturas já executadas pelo Estado, como por exemplo, bares em passeios e outros negócios em praias, sem que o Estado seja devidamente compensado, impossibilitando-o de assumir as suas funções de segurança, manutenção e reinvestimento em infra-estruturas.

“Estas verbas provenientes das licenças resultantes dessas regularizações poderão financiar as propostas de impacto socioeconómico imediato, bem como contribuir para a geração de empregos, com a construção e manutenção de vários serviços públicos”, avançou.

O bastonário considera que as regras da urbanidade no país foram abandonadas, desde a elaboração do processo do proprietário do terreno e no tratamento da licença de construção.

As regras, prosseguiu o engenheiro, foram ignoradas, retirando a capacidade financeira ao Estado de gerir e direccionar o crescimento das urbes e dotá-las em infra-estruturas adequadas.

Considera que o círculo vicioso da pobreza e o desinvestimento no futuro tem que ser invertido. Para tal, é necessário implementar estratégias concretas que permitam inverter este quadro.

Paulino Neto apontou que, para erradicar os bairros com habitações precárias e os também designados por musseques, deve ser uma missão a ser conduzida por engenheiros civis, desde o planeamento à execução e tem de envolver arquitectos, urbanistas, sociólogos e assistentes sociais, colocando, em primeiro lugar, a dimensão humana.

O bastonário salientou, igualmente, que a construção de habitações pode ter um grande impacto no desenvolvimento, na criação de emprego, dignidade, segurança e na diminuição da pobreza de todos angolanos.

“A construção de habitações pode ter um grande impacto no desenvolvimento, na criação de emprego, dignidade, segurança e na diminuição da pobreza”.

6.8 Digitalização de arquivos reduz tempo no atendimento

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2022

O vice-governador de Luanda para o Sector Económico, Gilson dos Santos Antunes Carmelino, reafirmou, este sábado, que o início do processo de digitalização do arquivo das edificações urbanas e da Biblioteca do Governo Provincial irá reduzir o tempo de resposta e garantir maior segurança no atendimento às solicitações dos munícipes, sobretudo em questões relacionadas com os direitos fundiários e o interesse de pesquisa de informações que constam do acervo.

Gilson Carmelino efectuou, este sábado, uma visita à Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

A Biblioteca de Luanda, das mais antigas da África Subsariana, está aberta de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 15 horas, e conta com cerca 38.000 volumes de livros e vários manuscritos que não se encontram em nenhuma outra biblioteca em África.

No recinto, estão disponíveis a Gramática Elementar de Kimbundo de 1888; colectânea de boletins oficiais de Setembro de 1845, o repertório das ordenações e Leis do Reino de Portugal de 1749, entre outros.

Conta, igualmente, com um ciberespaço, composto por sete computadores ligados à Internet, disponível para pesquisa, uma fotocopiadora operacional e um dinamismo diferente em termos de atendimento por parte dos funcionários da Biblioteca.

Este importante espaço do saber foi fundado a 1 de Dezembro de 1873, possui acervos de diferentes áreas de conhecimento, dos séculos XVI a XXI, onde

grande parte já se encontra disponível em formato digital. A Biblioteca está disponível para estudantes, historiadores, sociólogos, psicólogos, pesquisadores e outros interessados.

6.9 AGT inicia projecto de cadastramento de imóveis

Jornal Luanda

28 De Novembro de 2022

Texto: Miguel Ângelo

A Terceira Repartição Fiscal da AGT de Luanda deu início ao processo de cadastramento dos prédios/imóveis omissos no município do Cazenga, em Luanda, após o período de sensibilização sobre a importância e vantagens dessa obrigação fiscal.

A iniciativa da Comissão de Controlo dos Sistemas de Arrecadação de Receitas da administração municipal, em parceria com a AGT, iniciou, na última sexta-feira, nos distritos urbanos do Kalawenda e 11 de Novembro.

Garantir prioridades para os proprietários dos imóveis, alargamento da base tributária da AGT, através da efectivação do pagamento do Imposto Predial, são os objectivos do cadastramento.

Nelson Funete consta projectos do piim no icoloe bengo

O administrador municipal do Icolo e Bengo, Nelson Lopes Funete, constou na quinta-feira, o grau de execução dos projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Município - PIIM, inscritos na sua zona de jurisdição, como o funcionamento do Sistema de Captação e Tratamento de Água e o Posto de Saúde/na comuna de Caculo Cahango.

Na comuna de Cassoneca, visitou a escola 6089, de tipologia T7, na localidade da Barraca, e T12, na localidade do Quissambe, sendo que na comuna de Cabíri passou no Centro de Saúde de referência, equiparado a um hospital municipal, escola T12+12, terraplanagem de um troço de 10 quilómetros no Bairro Ixi Yetu.

O programa de visitas encerrou nos distritos urbanos de Catete e Bela Vista, com a avaliação das construções da escola T12+2, a' morgue municipal, em Catete, escola T12, bem como o mercado do Zango V, na Bela Vista.

Tratou-se da terceira etapa de visitas de constatação de Nelson Lopes Funete, novo administrador, às instituições do município.

6.10 Entregues mais três edifícios do “Vida Pacífica” para associações juvenis

Jornal de angola

29 De Novembro de 2022

O Ministério das Obras Pública, Urbanismo e Habitação entregou, esta segunda-feira, mais três edifícios da urbanização “Vida Pacífica” ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), que, por sua vez, vai distribuí-las às várias associações político-partidárias, religiosas, culturais e desportivas, activistas cívicos e políticos e outras associações.

De acordo com uma nota enviada à nossa Redacção, a entrega foi testemunhada por dirigentes e responsáveis do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, CNJ e convidados, em cumprimento de uma orientação do Titular do Poder Executivo.

Tendo em conta à multiplicidade das associações filiadas ao CNJ, a orientação do Presidente João Lourenço, feita num contexto específico, beneficiou todas as sensibilidades do associativismo juvenil, sem discriminação alguma.

As habitações que constam desse processo encontravam-se em elevado nível de vandalização e, depois de entregues ao Estado, pela Procuradoria-Geral da República, no âmbito da recuperação de activos, vêm sendo beneficiadas de obras de reabilitação.

Foram já entregues 986 apartamentos, estando os últimos 224 previstos para serem dados em Dezembro.

6.11 Sector da Construção dá sinais de recuperação

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2022

Segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA), os sinais de recuperação que o sector tem demonstrado é fruto do desconfinamento e alívio das medidas de restrição face à evolução da Covid-19.

Analizadas as demonstrações de resultados das empresas do sector, apesar dos constrangimentos causados pela Covid-19, em 2021, o sector teve um resultado líquido de 131, 4 mil milhões de kwanzas.

Para a obtenção deste resultado, segundo o BNA, contribuiu o aumento do volume de negócios em

5,64 por cento, fundamentado principalmente pelo crescimento dos serviços prestados e dos outros proveitos operacionais na ordem dos 10,46 e 5,41 por cento, respectivamente.

Ao contrário de 2021, em 2020 os resultados operacionais do sector, registaram uma redução de 19,93 por cento, influenciado pela diminuição do volume de negócios em 7,36, uma vez que um certo número de empresas foi obrigado a paralisar as obras e a rescindir contratos, devido a incumprimentos no período mais crítico da pandemia da Covid-19.

Na base deste resultado, estiveram vários factores como a redução da jornada de trabalho, dificuldades nas importações de máquinas e materiais, dilatação dos prazos de recebimentos das facturas adstritas a contratos plurianuais.

Dentro dos custos do negócio das empresas de construção sobressaem os relativos aos materiais de construção e afins, mão-de-obra e custos com as amortizações dos diversos equipamentos que utilizam.

A acompanhar o nível de actividade, fruto das adversidades que ocorreram na economia, em 2021 observou-se um incremento dos custos operacionais em 7,49 por cento comparativamente ao ano anterior.

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) está alinhado com as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) que apontam para um crescimento de 6,81 por cento.

Os custos com pessoal apresentaram crescimentos na ordem de 19,64 por cento, devido ao aumento da contratação de mão-de-obra nas obras públicas realizadas em 2021 no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e demais projectos públicos, ao passo que as Amortizações cresceram para 13,56 por cento.

Volume de negócios

Por classe de dimensão, a evolução do volume de negócios em 2021 foi influenciada sobretudo pelo desempenho das grandes empresas. Durante o período, o nível de participação das grandes empresas no volume de negócios foi de 69,71 por cento, enquanto as demais empresas tiveram uma participação agregada de 30,29 por cento.

Tendo por base as demonstrações financeiras do período em análise, avaliou-se as potencialidades, as forças competitivas e as capacidades das empresas do sector.

Para o efeito, o indicador sobre o giro do activo, demonstra o número de vezes em que os proveitos (com destaque aos serviços prestados e vendas) reproduzem os recursos aplicados no activo total, portanto, quanto maior melhor.

Em 2021, o indicador foi de 26,20 contra 22,86 por cento no ano anterior, o que mostra que as empresas do sector possuem alguma folga financeira para liquidação dos compromissos de curto prazo. Relativamente ao retorno sobre as vendas (com realce aos serviços prestados), em 2021 as empresas do sector obtiveram uma rentabilidade de 8,42 contra 11,85 por cento em 2020.

Deste modo observa-se a redução do ganho por unidade de serviços prestados ou vendido no período em questão. Em relação à rentabilidade do activo, nota-se que o sector apresentou o indicador de 2,21 por cento, contra 2,71 em 2020, resultado influenciado por fortes impactos da pandemia da Covid-19.

Situação financeira

Em termos de rentabilidade do capital próprio, o sector registou em 2021 um ligeiro agravamento, ao registar 11,45 kwanzas de lucro para cada 100 kwanzas de Capital Próprio investido, contra a rentabilidade de 15,40 kwanzas de lucro para cada 100 kwanzas de Capital investido em 2020.

Com base no balanço funcional torna-se possível apurar o equilíbrio entre o financiamento e as aplicações, determinar o fundo de maneo, as necessidades de fundo de maneo, a tesouraria líquida, tomando medidas em caso de desequilíbrios.

Nota-se que em 2021, as empresas do sector financiaram a totalidade das aplicações fixas líquidas com recursos não estáveis, sendo que a principal componente desses recursos, diz respeito às contas a receber, representando 58,27 por cento do total das aplicações (ou seja do total do activo), representando uma melhoria comparativamente a 2020, cujo rácio era de 61,64 por cento.

O sector apresentou no final do exercício de 2021 um fundo de maneo positivo de 704 milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento de 24, 8 mil milhões de kwanzas comparativamente ao ano anterior. Embora seja considerado um indicador estático, continua a ser um elemento que aponta para uma situação de equilíbrio, pois um fundo de maneo positivo significa que o sector consegue financiar os seus investimentos em activos fixos, havendo um remanescente para financiar as actividades de exploração.

Os dados apontam que o sector apresentou no final do exercício de 2021 uma tesouraria líquida positiva, uma vez que o fundo de maneo foi superior às necessidades apresentadas.

A tesouraria líquida foi positiva no ano em análise, representando assim, a capacidade do sector em cumprir os seus compromissos a curto prazo. Pode-se concluir que o equilíbrio financeiro em 2021, contribuiu para uma situação favorável ao sector.

6.12 Antigos combatentes recebem casas na urbanização Horizonte

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2022
Texto: Matias da Costa

Ao todo, 18 famílias de antigos combatentes receberam, ontem, do Governo da Província do Bié, as chaves das suas moradias, na Centralidade Horizonte do Ndjele, cidade do Cuito, no âmbito do programa de afectação de residências construídas com fundos públicos.

As residências foram entregues no quadro da distribuição pública dos últimos 379 fogos habitacionais da primeira fase. O processo seguirá com a afectação de residências para outros estratos da sociedade.

O director do Gabinete Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Isaac Machado, que representou o Governo do Bié no acto, disse, ao *Jornal de Angola*, que, com tal procedimento, cumpriu-se com uma fase do processo que visou contemplar aquele grupo de cidadãos que muito fez pela pátria.

Isaac Machado afirmou que outros projectos habitacionais a serem construídos futuramente na província do Bié vão permitir a distribuição de residências a mais antigos combatentes.

“O número de residências construídas é insuficiente para contemplar estes nossos companheiros. Mas devemos reconhecer aqui o esforço que tem sido feito pelo Executivo no sentido de beneficiar todas as franjas com residências na Centralidade Horizonte, augurando que projectos habitacionais tenham o número de quotas aumentadas”, disse.

Maria de Lourdes e Leonardo Saculengue, ambos antigos combatentes e contemplados com residências no projecto na urbanização Horizonte do Cuito, disseram ao *Jornal de Angola* que o processo de distribuição foi transparente.

Empresas não preenchem requisitos

As empresas provedoras de serviços de televisão e de telecomunicações Unitel, ZAP e DSTV foram afastadas do processo de afectação de residências da segunda fase, realizado pelo Governo do Bié, por não reunirem os requisitos exigidos pela comissão organizadora, para concorrerem ao processo.

O presidente da Câmara de Comércio do Bié, Gil Chindai, disse ao *Jornal de Angola*, que aquelas instituições comerciais foram afastadas do processo de sorteio que contemplou o sector das instituições empresariais privadas, por não obedecerem ao preceituado no artigo 9º do Decreto Presidencial nº278/20, que aponta as condições exigidas para afectação de residências construídas com fundos públicos.

Gil Chindai explicou que aquelas empresas foram excluídas do processo, porque não apresentaram a certidão de não devedores de imposto ao Estado, declaração de Segurança Social paga e mais de cinco anos de existência no mercado de trabalho local.

7. TERRA

7.1 Kilamba Kiaxi Administrador 'ignora' Decreto Presidencial que dá razão ao Deskontão no conflito' por terreno

Novo Jornal

4 De Novembro de 2022

Texto: Euclides Sela

O administrador do Kilamba Kiaxi, Fernando Cardoso, está a ir contra o Decreto Presidencial nº 7/04, de 3 de Fevereiro, cujo cumprimento escrupuloso daria razão ao Deskontão, no conflito em que o supermercado vê um terreno que comprou ao Estado ser agora, anos depois, entregue e vedado por uma suposta neta de camponesa.

Assinado pelo então Presidente da República, o referido decreto, como de resto já escreveu o Novo Jornal (NJ), ordena o confisco de 430.908 hectares e atribui-os ao Instituto Nacional de Habitação (INH), para início do que hoje é conhecido por projecto Nova Vida.

"É transferido para o domínio privado do Instituto Nacional de Habitação, tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente, a parcela de terreno com área de 430.908 hectares, localizado no município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda", lê-se no documento que pode ser consultado na Série n.º 10 Do Diário da República de terça-feira, 3 de Fevereiro de 2004. No seu artigo n.º 5, o referido decreto insta o Ministério da Justiça a "assegurar o tratamento urgente de inscrição e registo dos lotes de terreno e das benfeitorias nele edificadas, no âmbito da Urbanização Nova Vida, bem como na sua posterior transmissão e registo a favor dos adquirentes".

Ao que apurou o NJ, foi nesta sequência que o supermercado Deskontão comprou, via INH/IMOGESTIN, em dois momentos distintos, dois lotes de terra: o primeiro de cerca de 19 mil metros quadrados e o segundo de quase sete mil metros quadrado, sendo as duas venda anexadas em escritura única, conforme se lê na certidão emitida pela 2ª secção da Conservatória do Registo Predial de Luanda.

Ficou-se, portanto, anos numa aparente situação de normalidade, com o Deskontão a utilizar apenas o lote de 19 mil metros quadrados, onde está erguida a maior das suas lojas e os serviços a ela inerentes, até que, no início de Outubro, é colocada no segundo

lote reclamado pelo Deskontão - o de sete mil metros quadrados - uma placa a indicar que o espaço beneficiaria de obras que resultariam na sua vedação, numa empreitada a cargo de Irene Daoud, que reclama a titularidade do espaço, apoiando-se numa simples licença passada pela Administração Municipal.

Na sequência, o administrador Fernando Cardoso, em entrevista ao NJ, disse possuir "cabeça, tronco e membros para analisar a questão e não criar outros conflitos". Contudo, quase um mês depois, o conflito mantém-se, estando a administração a usar manobras dilatórias para favorecer umas das partes em conflito.

Na busca pelo contraditório, o NJ recebeu do director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Kilamba Kiaxi, Tomé Armando, a garantia de que a versão da administração seria dada por via da directora do Gabinete de Gestão Urbanística, Lorena de Castro, o que, no entanto, não ocorreu até ao fecho desta edição, madrugada de quinta-feira, 3.

7.2 Programa “Assentamento de Jovens Agricultores” concede lotes de terra

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2022

Texto: Francisco Curibingana

Trinta jovens associados à Cooperativa Agropecuária da Quizenga, no município de Cacuso, na província de Malanje de beneficiaram, sexta-feira, moradias e lotes de terra para desenvolver agricultura à luz de um programa denominado “Assentamento de Jovens Agricultores”.

O ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, procedeu à entrega aos jovens beneficiários as chaves das residências apetrechadas, assim como contratos de concessão de terra para desenvolver a actividade agrícola.

Os beneficiários têm ainda à volta das suas residências galinheiros para a criação de aves e desenvolver o agronegócio.

Mais-valia

Doroteia Canganjo, formada pelo Instituto Médio Agrário de Malanje, é uma das beneficiárias do projecto do Governo. Em entrevista ao Jornal de Angola, a jovem que reside há muitos, anos na cidade disse que a falta de emprego era um dos grandes problemas que enfrentava.

Fez várias tentativas na perspectiva de encontrar um emprego que lhe assegurasse para enfrentar os desafios da vida, mas, não teve essa sorte.

Encontrou a oportunidade na Cooperativa Agropecuária de Quizenga onde está associada, depois de beneficiar de uma formação de incentivo do agronegócio juvenil.

"Recebi uma moradia com a sua mobília e um galinheiro. Vou morar aqui porque é o meu local de trabalho. Vou criar e produzir galinhas. Recebi também o meu contrato de concessão de terra. Sinto-me muito feliz por isso, foi muito difícil, mas neste momento estamos a rir, eu vivia antes na cidade de Malanje e estava desempregada", disse.

Jéssica Zua que recebeu no âmbito do mesmo projecto o contrato de uma parcela de 5 hectares, já sabe o que vai colocar no espaço. "Vou desenvolver nela a agricultura, propriamente a produção de milho, feijão e soja. Vou também criar galinhas", disse visivelmente satisfeita.

Adão Domingos Pureza, é um outro jovem formado no curso de Produção Vegetal pelo Instituto Médio Agrário de Malanje.

Na formação promovida pela Cooperativa de Quizenga, especializou-se na manutenção de máquinas, na produção e transformação de todo o tipo de ração e cereais.

O jovem que beneficiou, igualmente, de uma residência apetrechada com todos os meios e do documento que lhe identifica como proprietário de cinco hectares de terra, disse à nossa reportagem que tem agora o passe livre para o empresariado em agronegócios.

"Para mim, com uma visão futurista, representa o começo de um crescimento. Recomeça o desejo, a oportunidade de poder crescer e no final das contas sei que dependerá do meu empenho e de quanto realmente eu amo a terra", disse o nosso interlocutor.

Inaugurado sistema de irrigação

O ministro António Francisco de Assis inaugurou um sistema de irrigação e fornecimento de equipamentos, avaliado em mais de 122 milhões de dólares.

O investimento do Governo angolano vai se ocupar no processamento de grãos e fabricação de ração. No perímetro, foi ainda construída uma barragem que alimenta todo um sistema de irrigação, com cerca de 1.800 hectares irrigados com dois sistemas de pivôs.

7.3 Governador de Luanda defende medidas para conter a construção desordenada

Jornal de Angola

15 De Novembro 2022

Texto: Nilza Massango

O governador da província de Luanda, Manuel Homem, defendeu, ontem, a necessidade de se controlar o crescimento territorial desordenado, trabalhar na infra-estruturação de terrenos, rever os procedimentos de atribuição de títulos de terra e da actuação dos fiscais.

Manuel Homem, que falava durante a cerimónia de tomada de posse dos novos administradores municipais, de assessores do Governo Provincial de Luanda (GPL) e dos directores do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), recentemente nomeados, defendeu, também, a criação urgente de condições para que as áreas acima citadas sejam reguladas.

"Luanda tem desafios de urbanização. O IPUL vai continuar a desempenhar um papel estruturante para que se possa controlar o crescimento desordenado, que se assiste na província de Luanda. Precisamos colocar um limite e, para isso, o IPGUL é chamado a olhar para os documentos orientadores e implementá-los", disse Manuel Homem, apelando para a necessidade de as administrações municipais reverem, com urgência, os procedimentos de atribuição de títulos de terra, bem como trabalhar afinadamente para a resolução dos problemas da construção desordenada e da venda ambulante.

Segundo o governador, para os problemas que os cidadãos levantam em relação aos terrenos, é preciso, rapidamente, identificar soluções, que devem ser implementadas, para que a problemática crescente em determinado município possa ser controlada.

Sobre a Quiçama, que tem como nova administradora Elisabete Rafael, defendeu a necessidade de se fazer com que o município se torne num pólo de desenvolvimento turístico, apostando em infra-estruturas sociais e na criação de vias rodoviárias, secundárias e terciárias.

Aconselhou aos empossados no sentido de primarem pelo diálogo com a população. "Continuamos a receber algumas reclamações de cidadãos.

Solicito aos administradores que, ao nível de cada município, continuemos a estabelecer o vínculo de aproximação e, à medida das possibilidades, resolver os problemas das comunidades”.

Plano integrado

Segundo Manuel Homem, o plano integrado de intervenção na província de Luanda, um documento orientador para os diferentes projectos que estão a ser executados, aprovado pelo Conselho de Ministros, vai permitir que, nos municípios, as vias secundárias e terciárias ou ainda projectos no domínio da Saúde e da Educação possam ser materializados com maior rapidez.

“Também quero destacar a atenção especial do GPL em relação ao acompanhamento às acções que são desenvolvidas nos municípios. Existem determinados vícios que ainda precisamos cortar”, apontou.

Sobre os empossados, referiu que os municípios recebem quadros com experiência na governação local. Apelou no sentido de continuarem a interagir com a população, visando a resolução dos problemas de forma célere.

Os empossados

Naulila André é a nova administradora do município do Kilamba Kiayi. Antes, exercia o cargo de administradora distrital do Neves Bendinha. Licenciada em Política Social, a recém-empossada disse que as prioridades para o município serão definidas com a população, apesar de existir um plano director.

“Tratando-se de um município extenso e complexo, penso que o ideal é estabelecer prioridades em função das necessidades, que, acreditamos, sejam imensas. As áreas logo a intervir têm a ver com as vias, venda desordenada e valas de drenagem”, apontou.

Foram empossados, entre outros, Miguel Silva de Almeida, para o cargo de administrador de Belas, Auzílio Jacob, administrador de Cacucaco, Nelson Funete, administrador de Icolo e Bengo, Rui Duarte, administrador de Talatona, Tomás Bica Mumbungo, administrador do Cazenga e Demétrio Sepúlveda, administrador de Viana.

Foram ainda empossados, Osvaldo Fortes para o cargo de director-geral do IPGUL, e Maria António para o cargo de directora geral adjunta do IPGUL.

Com uma área de sequeiro, a fazenda contempla uma área de 15.000 hectares, onde a Gesterra, que implementou o projecto, vai trabalhar nas áreas irrigadas, podendo também ceder terras para

trabalhos de sequeiro às entidades privadas que se instalarem na região de Quizenga.

“Foi surpreendente para nós vermos já a fábrica em funcionamento e encontramos a selecção e calibração da semente de feijão que é propriedade de uma empresa privada”, disse o governante que assegurando que a unidade ora inaugurada, vai por seu turno prestar serviços aos produtores privados no domínio dos grãos.

“Estamos muito satisfeitos com aquilo que estamos a ver. Há uma boa interacção entre a Gesterra e as comunidades. Pude conversar com as autoridades tradicionais aqui, há integração de jovens da região, isso é muito importante, e agora que eles concluíram os trabalhos de construção e montagem da fazenda, vão passar a actuar em cada uma das localidades destes sobas, levando conhecimento e apoio para que as comunidades possam produzir bastante e quiçá, poderem também contribuir, vendendo o seu produto aqui para este centro, que pode adquiri-lo, tratar e levá-lo para o mercado”, disse.

António de Assis disse ser um grande presente da nossa Independência para a província de Malanje, com realce para a região da Kizenga especificamente e para todos os angolanos, pelo que, “devemos nos sentir muito regozijados, muito felizes porque um empreendimento dessa natureza, o nível de sofisticação que aqui temos, 100 por cento operado por angolanos jovens, é um ganho da nossa Independência”, salientou.

O governante acrescentou que um projectos daquela dimensão, visa essencialmente alavancar o desenvolvimento da agricultura, dado o seu potencial tecnológico que vai ajudar os agricultores e outros interessados em desenvolver projectos agrícolas.

O projecto em causa, explicou, já vem das legislaturas anteriores. Conheceu uma paralisação durante algum tempo, e nós quando assumimos a direcção do Ministério, na legislatura anterior, apenas impulsionamos. O Ministério apenas impulsionou, ajudou a reorganizar forças para que o projecto não morresse por causa da sua importância. Esse é um projecto âncora de desenvolvimento. Existem outros que foram feitos noutras localidades, alguns deles estão a ser privatizados, à luz do programa de privatizações que o Governo”, precisou.

7.4 Comissão de Moradores não tem autonomia para vender terrenos

Jornal de Angola

18 De Novembro 2022A

Texto: Fredo Ferreira

Os presidentes das Comissões de Moradores não têm qualquer competência para vender ou ceder terrenos nem fazer fé ou induzir as Administrações Municipais a legalizar um determinado espaço que esteja em litígio, declarou, ontem, em Caxito, o chefe do Departamento de Estudo e Acompanhamento às Instituições do Poder Local, do Ministério da Administração do Território (MAT).

Oswaldo Maria, que falava durante a realização de um seminário de Formação de Formadores do Sistema de Registo e Cadastro das Comissões e Conselhos de Moradores, no auditório “General Foguetão”, explicou que as Comissões de Moradores apenas têm competência para cooperar com as Administrações Municipais na emissão de declarações e identificação dos munícipes que residem num determinado território.

O chefe de departamento acrescentou que as Comissões de Moradores podem, também, auxiliar nas denúncias de imigrantes ilegais e informar sobre o mau funcionamento dos serviços públicos, como, por exemplo, a distribuição de água e energia eléctrica, num determinado bairro.

Segundo o responsável, existem casos concretos, cautelosamente identificados, que podem resultar do entendimento da Administração Municipal em solicitar a presença de um membro da Comissão de Moradores, no sentido de resolver questões de litígio de terra, para aferir se um determinado cidadão reside ou não na região e há quanto tempo.

Oswaldo Maria ressaltou que, em 2020, o Estado traçou um Plano Estratégico de Revitalização das Comissões de Moradores, com vista a uniformizar, fundamentalmente, o seu módulo de disposição, para que todos os cidadãos residentes em qualquer parte do território nacional, pudessem ter uma forma de organização mais homogénea”, disse.

Explicou que o II Módulo, ministrado aos formadores do Sistema de Registo e Cadastro das Comissões e Conselhos de Moradores resulta de uma sequência de acções formativas, que ocorrem desde 2020.

Avançou que, diferente do I Módulo, cuja interacção era efectivamente entre o coordenador do bairro e a Administração Municipal, no segundo, vai ser

possível formar os operadores locais que, em razão da matéria, lidam com as Comissões, capacitando os coordenadores e moradores.

Maiores responsabilização

O vice-governador para a Esfera Política, Económica e Social do Bengo, José Bartolomeu, considerou a formação uma consequência da elevação dos conhecimentos técnico-científicos, que jogam um papel importante na vida dos agentes públicos, por permitirem a execução das tarefas a si acometidas, com o grau de profissionalismo requerido.

Reiterou ser responsabilidade das Comissões de Moradores cooperar com os órgãos da Administração Local do Estado e das Autarquias Locais, na criação de mecanismos que visam a melhoria das condições de vida dos cidadãos residentes na circunscrição.

“Foi nesta perspectiva que se aprovou a Lei nº 07/16 de 01 de Junho, para estabelecer um regime jurídico de base, capaz de criar as condições para uma maior e efectiva participação dos cidadãos na gestão dos assuntos das comunidades”, disse.

Referiu que, dentre os vários objectivos preconizados, o acordo de assistência técnica com o PNUD visa o fortalecimento do processo de governação participativa, por via da revitalização das Comissões de Moradores e de outras formas de participação dos cidadãos, no sistema de governação local.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Canal do Cafu reduz transumância e abandono escolar de crianças

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2022

Texto: Quinito Kanhameni

O sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir da localidade do Cafu, às zonas de Shana, Ndombodola e Cuamato, município de Ombadja, e Namacunde, município com o mesmo nome, está a atrair para as escolas crianças antes obrigadas a seguir os pais à procura de água e pastos para os animais, em períodos de estiagem.

O projecto está a tirar do sofrimento milhares de famílias e de animais, que eram forçados a abandonar as suas localidade e escolas, em direcção a outras zonas com mínimas condições de sobrevivência.

Hamalwa Pedro, residente na localidade de Otonola, disse, ao *Jornal de Angola*, que, com a entrada em funcionamento do canal, reduziu-se a distância antes percorrida pelos criadores de gado, à procura de condições para salvar os animais.

Acrescentou que já não se regista o abandono escolar de crianças, que eram obrigadas a acompanhar os progenitores às zonas de transumância.

Segundo Hamalwa Pedro, agora só vai à transumância quem quer e as cacimbas fazem parte do passado, já que ninguém tem necessidade de procurar água.

O criador afirmou que no passado enfrentavam vários constrangimentos nas zonas de pasto, como roubo de gado por mudjavalas (ladrões de bois), ataques de animais selvagens e morte de muitas cabeças de gado, devido à seca e à fome. "Há quem regressava para casa sem gado, porque o inimigo estava sempre à espreita".

O ancião Kamati Kawakelende, residente na localidade de Ohandangua, nas proximidades do canal, destacou o impacto da infra-estrutura na vida da população e do gado. Referiu que reduziu a ida às zonas de transumância, por causa da abundância de água.

Disse que agora a ida à transumância só vai acontecer quando faltar capim.

O ancião conta que, devido à seca de 2019, perdeu 30 cabeças de gado bovino na transumância, de um total de 50 animais que levava.

Por sua vez, o adolescente José Satipamba, que desconhece a sua idade, disse que estudou apenas até a 2ª classe, há alguns anos, altura em que foi forçado a acompanhar o pai à zona de pasto da Kalonga, no município do Cuvelai, no limita da província do Cunene com a da Huila.

O pequeno disse que agora que o canal resolveu o problema da escassez de água vai retomar os estudos, para ser professor ou enfermeiro.

Instaladas escolas de campo para incentivar a agricultura

Cerca de 120 famílias camponesas residentes ao longo do canal do Cafu estão organizadas, até agora, em 16 agrupamentos habitacionais (kimbos), no âmbito de um programa implementado pelo Gabinete Provincial da Agricultura e Pescas.

De acordo com o director da Agricultura e Pescas, Carlos José, os camponeses associados ao longo do percurso do canal beneficiaram de tractores, sistema de rega, sementes diversas, motos-cultivadoras e enxadas, para a prática da agricultura, visando a diversificação da economia, combate à fome e redução da pobreza.

Carlos José disse que, para o êxito do projecto, foram instaladas dez escola de campo, no âmbito de um projecto desenvolvido pela Organização Não Governamental FRESAN, com vista a potenciar os camponeses com técnicas para poderem diversificar a produção, antes limitada devido à estiagem cíclica. Acrescentou que, com o canal, a comunidade vai poder dedicar-se à produção de cereais em todo o período, incluindo hortícolas e outros produtos do campo.

O objectivo das escolas de campo é ajudar os camponeses a adoptar técnicas para melhorar a actividade agrícola, desde a fase de sementeira, crescimento, amadurecimento e colheita, de forma a tirar maior proveito, para o sustento das famílias.

Segundo o director da Agricultura e Pescas, a intenção é garantir segurança alimentar à população e incentivar os camponeses a novos hábitos alimentares, por via da produção de hortícolas.

Alberto Haufiku, de 67 anos, 30 dos quais como camponês, disse que o canal do Cafu constitui um ganho para o Cunene e para a população, que antes sofria por falta de água, devido à estiagem cíclica, que provocava fome no seio das comunidades.

O ancião disse que a falta de água para a prática da agricultura faz parte do passado. Aconselhou outros camponeses a se empenharem na produção, para o bem das famílias e das comunidades.

8.2 Sistema integrado de abastecimento de água começa a ser construído no Bita

Jornal de Angola

8 De Novembro de 2022

Texto: Nilza Massango

Um novo sistema de abastecimento de água, denominado “Quilonga”, vai ser construído na capital do país, anunciou, ontem, em Luanda, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, durante assinatura dos autos de consignação e o lançamento da primeira pedra para a construção do projecto Bita, Sistema 4.

O projecto Bita, avaliado em 1,7 mil milhões dólares, a ser feito num prazo de três anos, vai beneficiar mais de três milhões de habitantes, com 170 mil novas ligações domiciliárias no município de Belas, nos distritos de Quenguenda, Vila Verde, Cabolombo, Ramiros, Morro dos Veados e reforçar as zonas do Benfica e Camama.

Por outro lado, o projecto Quilonga, avaliado em USD 1,3 mil milhões, vai abranger cinco milhões de habitantes, num processo de captação a ser feito, também, no rio Kwanza, na proximidade do Bom Jesus.

“O conjunto de projectos a desenvolver em Luanda para os próximos cinco anos atingem um investimento global de 2,5 mil milhões de dólares. A meta do Executivo é para que, de facto, Luanda possa ter água de forma regular”, disse.

O sistema do Quilonga, explicou o ministro, vai garantir o abastecimento de água à zona Norte de Luanda, como Cacucaco, Viana, Icolo e Bengo, bairros como Mulenvos de Baixo, Belo Monte, 30, Cepa do Bengo, a zona do Zango, incluindo a centralidade 8 mil, o Novo Aeroporto, a Cidade Universitária e a Zona Económica Especial. “O foco são as localidades mais vulneráveis, quanto ao abastecimento regular de água”.

O projecto Bita, adiantou, é insuficiente para cobrir a carência existente em Luanda. “Após a conclusão, teremos dez milhões de habitantes favorecidas, mas este número não cobre o défice. Com o Quilonga, poderemos suplantar o défice existente e o futuro”, explicou, acrescentando que esforços estão a ser

feitos para que o projecto seja realizado o mais rápido, nos próximos meses, de forma que seja concluído mais ou menos no prazo do sistema Bita.

Quanto ao projecto Quilonga, o ministro acrescentou que no momento está a ser fechado o financiamento e vai ter a capacidade de 500 mil metros cúbicos, o dobro do armazenamento do sistema 4, que tem 259.200 metros cúbicos.

João Baptista Borges referiu que o projecto Bita é o primeiro dos dois grandes projectos que o Presidente da República anunciou como prioritários para a melhoria do abastecimento de água em Luanda.

“Luanda tem que conhecer melhores dias em relação ao abastecimento de água, uma das principais reclamações da população. Há hoje um défice significativo. As soluções são a construção do Bita, em carteira há anos e agora com ‘luz verde’, num financiamento do Banco Mundial. Todas as condições estão reunidas para que a obra comece a ser executada o mais rápido possível”, garantiu.

Recuperação da capacidade

Enquanto os dois projectos são construídos e como forma de minimizar os problemas maiores no abastecimento de água, o ministro anunciou a recuperação da capacidade de determinados sistemas, já existentes, mas no momento inoperacional, com mais de 45 mil metros cúbicos, capazes de abastecer mais de 450 mil pessoas.

A recuperação da capacidade nestes sistemas, avançou, vai ser feito, sobretudo, nos sistemas de Kifangondo e Luanda Sudoeste. “Estamos convencidos que com estas acções, vamos reverter o quadro de abastecimento de água de Luanda. O objectivo é eliminar a circulação de camiões cisternas, que vendem água a um preço muito alto, ao ponto de não beneficiar as famílias mais carenciadas”, frisou.

Planos a nível do país

A nível do país, explicou João Baptista Borges, os grandes projectos centram-se sobretudo nas capitais de províncias, tendo como grande preocupação neste momento, a cidade de Ndalatando, no Cuanza Norte, que tem um sistema que está a ser construído também com o financiamento do Banco Mundial, e Saurimo, na Lunda-sul.

Nas restantes capitais das províncias, acrescentou, foram construídos sistemas de abastecimentos de água, para atender o universo populacional actual e o previsto. “A preocupação actual em algumas cidades capitais é a expansão das redes de distribuição”, disse,

acrescentando que há investimentos aprovados, alguns deles já em curso, para este propósito.

“As principais cidades em foco são as do Uíge, Lubango e Menongue, que cresceram bastante. Há também um outro programa para as sedes municipais, sem sistema de abastecimento de água, assim como um outro visando reabilitar e redimensionar estes projectos”, apontou.

Energia eléctrica

Em relação a energia eléctrica que viu melhorias no fornecimento, o ministro explicou que o problema de água é o mesmo que houve com o da electricidade, cujo crescimento da população não tem sido acompanhado com o das infra-estruturas. “O investimento feito até agora para a água, foi inferior àquilo que foi o crescimento da população”.

O acto de lançamento da pedra para a construção do projecto Bita foi testemunhado pelo secretário de Estado para o Tesouro, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda, representantes do Banco Mundial e representantes das embaixadas da França e Inglaterra.

8.3 Alerta aterro sanitário clandestino no Benfica tira sono aos moradores

Novo Jornal

11 De Novembro de 2022

Texto: Euclides Sela

Moradores dos Bairros Clemência e Mindef-2, no distrito do Benfica, em Luanda, temem pela saúde, por conta de um aterro sanitário clandestino que está a surgir num espaço baldio afecto a estruturas da empresa Bricomil.

Num espaço de cerca de 300/200 metros, em plena zona urbanizada do Benfica, próximo do Comando da Polícia, junto à bomba da Pumangol e ao KFC, segundo relatos de moradores, veículos diversos e não identificados depositam, a qualquer hora do dia, grandes quantidades de detritos ou resíduos de natureza variada, deixando-os apreensivos devido ao cheiro nauseabundo, às moscas e às queimadas que aí são realizadas por catadores.

Na calada da noite, relatam os moradores, carros de algumas empresas de recolha de lixo aparecem no local e levam consigo os resíduos aí depositados durante o dia. Segundo Edgar Ferreira, porta-voz dos moradores, os depositantes, para além de deixarem o lixo, várias vezes deitam fogo sobre ele, o que produz

a fumaça que tem invadido as residências e tirado o sono aos moradores dos bairros Clemência e Mindef-2, no Benfica.

"Alguns municípios se servem do espaço para realizar as necessidades fisiológicas, como defecar e urinar ao ar livre e, deste modo, o odor penetra nas nossas casas, mesmo com as portas e janelas fechadas, sobretudo em época chuvosa ou quando o vento sopra forte", lamenta Edgar Ferreira. Os catadores subaproveitam, por exemplo, as baterias estragadas e os varões de ferros com a finalidade de ser comercializado ao preço de 500 ou 600 kwanzas o quilo nos ferros-velhos espalhados por Luanda.

Maria António, outra moradora, conta que a zona tem sido palco para que os marginais realizem as suas acções macabras" durante o período noturno. A cidadã culpa também a falta de iluminação que se observa na rua que divide o 'aterro' e as residências pela proliferação da criminalidade. Na busca de solução do problema, um grupo de sete moradores endereçou, em Outubro de 2019, uma carta à Administração do Distrito Urbano do Benfica a expor a situação.

Entretanto, até hoje, não obtiveram qualquer resposta. Considerando que esta acção humana periga a vida, o Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto, determina a aplicação de medidas rigorosas para prevenir ou minimizar impactos negativos sobre a saúde das pessoas e do ambiente, sem, entretanto, prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos.

Durante quase duas semanas, o NJ contactou a porta-voz da Administração Municipal de Talatona, Bárbara Alves, mas a responsável, até ao fecho desta edição, quarta-feira, 9, não respondeu a nenhuma mensagem.

8.4 Administração lança projecto de aquisição de lixo plástico

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2022

Texto: João Lubaco

A Administração Municipal de Moçâmedes, na província do Namibe, lançou, ontem, um projecto de compra de resíduos plásticos aos moradores, com o intuito de acabar com os focos de lixos voadores e devolver outra imagem à cidade.

A campanha, sob o lema “Limpeemos Moçâmedes”, decorre em parceria com a empresa de recolha de lixo “Ngassakidila”, está orçada em cerca de um milhão de kwanzas, para ser investido quinzenalmente, contando com a participação dos munícipes.

Durante a campanha, os munícipes vão recolher o lixo pelas ruas da cidade para venderem ao preço de mil kwanzas por cada saco, equipamento disponibilizado pela organização da actividade.

O administrador municipal de Moçâmedes, Abel Capitango, informou que a iniciativa da criação deste projecto surgiu de uma concertação com a referida empresa de recolha de lixo, no sentido de engajar mais pessoas a nível da cidade.

“Apesar do trabalho que temos feito, na nossa cidade ainda existe alguns focos de lixo, o que exige uma maior colheita de resíduo”, disse, para avançar que as limitações de recursos humanos da empresa levaram à necessidade de seengajar os munícipes.

Geração de renda

A vice-governadora provincial do Namibe para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Ema Samali da Silva, pediu aos munícipes de Moçâmedes para que terem mais cuidado com o que produzem, em termos de plásticos.

Ema da Silva referiu que o Governo está a delinear estratégias para que esses resíduos, hoje, tratados apenas como lixo, sejam amanhã fontes de geração de renda para muitas famílias do município de Moçâmedes.

“O nosso apelo é que adiram em massa, que cuidem melhor dos seus resíduos e que não os deixemos a céu aberto, pois temos o problema do lixo voador, que são elementos extremamente poluentes”, chamou a atenção a vice-governadora.

A iniciativa da Administração Municipal satisfaz os moradores de Moçâmedes, que garantiram uma participação mais activa na recolha do lixo plástico. É

o caso de Manuel António, que esteve, desde muito cedo, a apanhar os resíduos plásticos, dando o seu contributo para melhorar a imagem da urbe.

Ajuda mútua

Já Domingos Mussika, que já realiza a recolha de resíduos, há algum tempo, confessou que fica mais aliciante com essa campanha em que o morador apanha e em contrapartida recebe dinheiro.

A mesma opinião tem a moradora Rita Ngonga, que considerou o projecto muito importante, uma vez que a campanha vai ajudar as autoridades a organizarem a cidade, mas, também, os munícipes na aquisição de valores para satisfazer certas necessidades.

Para a munícipe Rosária Catumbela, este novo projecto da Administração Municipal de Moçâmedes vai contribuir para que os habitantes tenham noção da necessidade de separar os resíduos e guardar para ser vendido.

“Conseguí três sacos e recebi o valor de mil kwanzas das mãos do senhor governador provincial. Este dinheiro vai ajudar muito nas passagens do táxi para me deslocar ao serviço”, regozijou-se.

8.5 Precisa-se contadores “Pré-Pago da EPAL”

Jornal O País

18 De Novembro de 2022

Saudação ilustre coordenador do jornal OPAÍS;

Agradeço desde logo a oportunidade de escrever para o vosso jornal, sendo certo de que a mensagem que convosco vou partilhar seja de interesse público, uma vez que somos contribuintes e clientes da Empresa Pública de Águas, vulgo EPAL, que nos devia fornecer água potável e não apenas para uso doméstico. É explico:

Sou residente de uma das centralidades situadas em Luanda e obviamente cliente por falta de alternativa da EPAL. Pasma-me o facto de a água embora o seu fornecimento tenha melhorado bastante, antes, durante e depois das eleições gerais de 24 de Agosto, é que a cobrança aos clientes seja aleatória.

Isto é, a cobrança em cada mês não é fixa podendo variar, ora x, ora y, chegando às vezes a apresentar valores absurdos em comparação ao mês anterior, sendo que praticamente o consumo é o mesmo. Não se consegue perceber. Não percebe precisamente porque são valores “astronómicos”. Não faz sentido,

o que causa muitas vezes revolta ao cidadão consumidor. E quando fazia referência de que a água que chega às nossas torneiras que devia ser potável para o consumo humano, sirva apenas para o uso doméstico por não ter qualidade apropriada (por essa razão já há o negócio da água purificada dentro da centralidade por não haver qualidade na água fornecida pela EPAL).

Todavia, a solução para alteração desse quadro pode ser a introdução do sistema “Pré-Pago da EPAL”, a semelhança com o que temos com a ENDE, onde praticamente cada um tem consciência daquilo que paga e por aquilo que consome, assim como tem a noção da poupança versus consumo.

A minha questão é: para quando a introdução deste serviço de modos a atenuar as brigas com os técnicos, assim como a possibilidade de a empresa ser mais rentável com aquilo que de facto forneça, mas que venha a ser mesmo água para o consumo humano e não aquela que temos hoje, sendo a água em bidão a dita “mineral” não seja de uso obrigatório e não onere o bolso das várias famílias, que já luta para que nos fogões não falte algo para cozer.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Lançada campanha para acabar com a violência contra a mulher

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2022

A Assembleia Nacional deu início a um conjunto de actividades para celebrar a Jornada dos 16 Dias de Activismo para acabar com a Violência contra as Mulheres e Raparigas com Base no Género, no âmbito da responsabilidade e do activismo social.

Segundo uma nota de imprensa da Casa das Leis, chegada, este sábado, à nossa Redacção, trata-se de uma campanha anual liderada pela Organização das Nações Unidas Para a Mulher (ONU-MULHER) que engaja a sociedade civil e teve início a 25 deste mês, Dia Internacional de Eliminação de Violência Contra as Mulheres, com término para 10 de Dezembro, Dia dos Direitos Humanos.

Este ano, refere o comunicado, a ONU-MULHER adoptou o lema "UNA-TE! Activismo para acabar com a violência contra as mulheres e meninas!

Dados das Nações Unidas indicam que em 2021, cerca de cinco meninas ou mulheres, foram mortas a cada hora, sendo que, os assassinatos geralmente ocorreram no seio familiar; duas em cada três mulheres declarou que sofreu violência ou conhece alguém que tenha sofrido, mas, apenas 10 por cento denunciou.

Para a ONU, a violência contra as mulheres representa a maior violação dos Direitos Humanos a nível mundial na medida em que, transcende todos os sectores da sociedade, independentemente da sua classe, raça ou grupo étnico, nível salarial, cultural, educacional, da idade ou religião e afecta negativamente a sua autoestima e consequentemente o seu desenvolvimento.

A Assembleia Nacional considera que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para o seu desenvolvimento individual e social, bem como, para a sua participação em situação de igualdade, em todas as esferas da vida.

De acordo com as autoridades, Angola tem dado passos significativos através da aprovação de leis específicas de combate à violação e à protecção das famílias em geral, e em particular as vítimas de violência doméstica.

Nesses termos, a Assembleia Nacional aprovou a Lei 7/04, de 15 de Outubro, Lei de Bases de Protecção Social, a Lei n 25/11, de 14 de Julho, Lei contra a Violência Doméstica.

A campanha da Assembleia Nacional visa consciencializar, advogar e congregar esforços a todos os níveis da sociedade angolana, para que, por via de uma troca de experiências e de conhecimento, se possa perspectivar a eliminação de violência contra as raparigas e mulheres em Angola.

De acordo com o Parlamento, o combate contra a violência doméstica requer boas práticas de intervenção, nomeadamente a educação das meninas para evitar casamentos prematuros, gravidez precoce, assédio sexual além de outros temas que mitigam os efeitos da violência no seio da família, a protecção social e jurídica, serviços especializados no atendimento às vítimas de violência doméstica, medidas de prevenção, centros de aconselhamento familiar e centros de acolhimento às vítimas.

A Assembleia Nacional refere que perante o quadro existente e as várias evidências é importante criar um movimento forte a união de esforços e Advocacia permanente por vias de acções multisectoriais envolvendo o Parlamento, órgãos de Justiça, sociedade civil e igrejas em campanha de sensibilização permanente visando despertar a sociedade.

9.2 Ministério da Família quer engajamento na redução dos índices de violência

Jornal de Angola
25 De Novembro de 2022
Texto: Edna Mussalo

O combate aos elevados índices de violência contra as mulheres e aos menores registados no país têm preocupado o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), que apesar das políticas contra este fenómeno, ainda regista, diariamente, 15 a 20 casos, lamentou, quinta-feira, o chefe de Departamento para Prevenção e Protecção às Vítimas de Violência Doméstica.

Octávio Joaquim referiu, por ocasião do Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, assinalado hoje, que as mulheres são, ainda, as principais vítimas dos vários tipos de violência, com realce para a sexual, da qual são vítimas até menores.

O actual índice de violência, destacou, é preocupante, especialmente por ser muito praticado no meio

familiar e por pessoas próximas, às vezes com ligação de consanguinidade. O MASFAMU, disse, para mitigar os níveis de violência tem trabalhado com diversos parceiros sociais.

"Uma das linhas de força têm sido as palestras de sensibilização e os seminários, feitos para melhorar a protecção das vítimas de vulnerabilidade e em iminência de situação de violência. Existem vários mecanismos para combater a violência contra a mulher e proteger as crianças, criados para mitigar a prática, porém ela ainda é uma realidade, não só em Angola, mas em muitos outros países", adiantou.

A data, explicou, deve ser de reflexão, assim como este ano, o MASFAMU decidiu incluí-la na iniciativa internacional de redução da violência contra as mulheres, que inclui a realização de diversas actividades até 10 de Dezembro, Dia dos Direitos Humanos. "São 16 dias de activismo a incentivar a não violência contra a mulher e a menina".

A campanha visa congregiar toda a sociedade, no sentido de reflectirem sobre a violência, sob o lema "Unidos no Combate contra a Violência a Mulheres e Meninas" e sensibilizar as famílias sobre a importância de se evitar tais práticas. A jornada, acrescentou, é de âmbito nacional.

Entre as actividades programadas para hoje, avançou, constam um encontro, no qual vão ser debatidos o Plano Executivo de Combate a Violência.

A efeméride

O Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, instituído, em 1999, pela Organização das Nações Unidas, foi escolhido para homenagear as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas durante a ditadura de Leônidas Trujillo, na República Dominicana.

Devido ao assassinato, teve início uma campanha mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs 16 dias de activismo contra a violência sobre as mulheres.

9.3 Cuanza-Sul regista mais de 700 casos de Violência contra mulheres

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2022

Texto: Víctor Pedro |

João Luís lembrou, no acto provincial de abertura da campanha nacional dos 16 dias de activismo pelo fim da violência contra a mulher, ocorrido na Igreja Bom Deus, que a campanha é realizada todos os anos de 25 de Novembro a 10 de Dezembro.

A violência contra as mulheres, criticou, tende a aumentar e para se inverter o quadro deve haver mais acções colectivas de todos. "É preciso um maior trabalho multisectorial, com o apoio dos vários actores governamentais, entidades religiosas e da sociedade civil", disse.

A semana de activismo deve servir, ainda, de reflexão. Ao fazer uma caracterização do fenómeno, João Luís disse que a violência doméstica é um mal que as instituições do Estado devem controlar e combater nas múltiplas formas. Para João Luís, é preciso redobrar as medidas preventivas, em particular nas comunidades, através de campanhas de sensibilização, para desencorajar os prevaricadores, assim como envolver mais os líderes comunitários e membros das organizações juvenis e sociais neste combate.

Aposta no diálogo

O pastor da Igreja do Bom Deus no Sumbe, Yaye Chudi David, disse que os dias de activismo devem trazer à reflexão um conjunto de temas ligados à violência contra a mulher, assim como ajudar a identificar o problema e sugerir soluções.

"Neste período é preciso engajar as autoridades e a sociedade sobre a importância de adoptar mecanismos capazes de aliviar a prática desses crimes nas comunidades", disse, apontando a aposta ao diálogo entre as famílias como uma das soluções.

"As mulheres como elemento basilar da família, precisam de melhor atenção", destacou.

9.4 Combate à pobreza nas famílias com mais acções para as mulheres

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2022

Texto: Edna Mussalo

Cerca de 60 por cento das acções desenvolvidas, no quadro dos programas de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e de Promoção de Género e Empoderamento da Mulher beneficiaram pessoas do sexo feminino.

A directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) salientou que os referidos programas, desenvolvidos, no período de 2018 a 2021, abrangeram um total de 76.258 pessoas, das quais 60% são mulheres.

Santa Ernesto considerou que essa aposta do Executivo em direccionar determinados programas de desenvolvimento e combate à pobreza à mulher representa a valorização que se atribui ao papel deste grupo de pessoas na família.

A directora nacional avançou que, no domínio do reforço das competências familiares, foram realizadas, em parceria com o Banco Nacional de Angola (BNA), dez campanhas de educação financeira, para 2.737 pessoas.

No que diz respeito à promoção de género e empoderamento da mulher, Santa Ernesto realçou que foi, também, criada a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género.

Disse que o Executivo, através do MASFAMU, tem realizado programas de valorização e reforço das competências familiares, como os projectos "Jango de Valores" e a plataforma "Conversas em Família". O Ministério lançou, ainda, a campanha contra o casamento e gravidez precoces, referiu Santa Ernesto, ao avançar que, no domínio da violência, foram criadas as salas e centros de aconselhamento familiar nas 18 províncias, onde se resolveram 4.263 casos de violência doméstica.

Uma grande conquista, acrescentou, foi a entrada em vigor do novo Código Penal, que tem um capítulo direccionado aos crimes contra a família. "Hoje, a

violência contra a mulher é um crime público e qualquer pessoa pode fazer a denúncia", lembrou.

A directora nacional adiantou, igualmente, que o MASFAMU tem várias políticas, cuja implementação eficaz precisa do engajamento de toda a sociedade, sobretudo através do reforço das parcerias com algumas organizações, em especial aquelas capazes de moldar as famílias.

Mais lugares de destaque

As mulheres ocupam, cada vez mais, lugares de destaque na sociedade, constatou a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género.

Santa Ernesto, que falava das conquistas da mulher angolana, nos 47 anos de Independência Nacional, reconheceu que a meritocracia tem sido a principal referência na emancipação das mulheres em Angola.

"Temos uma mulher como Vice-Presidente da República, uma como presidente da Assembleia Nacional, uma ministra de Estado e várias ministras, além de governadoras, administradoras e directoras. Temos, até, uma capacete-azul", sublinhou.

A directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género enalteceu, ainda, o facto de os tribunais Constitucional e de Contas serem presididos por mulheres.

A nível do Executivo, acrescentou, a posição das mulheres melhorou muito, tendo atingido os 39 por cento em cargos ministeriais, 23% como secretárias de Estado, 27,7% de governadoras e 27% como vice-governadoras.

Santa Ernesto reconheceu que, apesar destes ganhos, a mulher ainda se debate com vários desafios, entre os quais, os estereótipos de género que a impedem de avançar.

Como factores impeditivos, apontou a violência doméstica, em especial no meio rural, alguns aspectos culturais nefastos que atentam contra os direitos humanos e a dignidade da mulher, sendo um deles o casamento na adolescência, gravidez precoce e discriminação.

Apesar de reconhecer as conquistas já alcançadas, a directora disse não serem ainda satisfatórias, sendo necessário continuar a incentivar a mulher na capacitação e contínua ocupação de lugares cimeiros nas várias áreas.

Outro aspecto de realce, disse, deve ser a capacitação e o interesse da mulher em áreas mais exigentes e

competitivas culturalmente direccionadas aos homens, como a mecânica e a engenharia, onde podem ter uma melhor remuneração.

Ganhos na Educação

Um ganho considerável, apontou, é o número de mulheres inseridas no sistema de Educação. O único ponto a ser superado neste quesito é o problema da desistência das raparigas da escola, devido a vários factores.

"Hoje, é positivo o número de mulheres inseridas na educação. O grande problema é a permanência das raparigas na escola, às vezes, uma gravidez precoce, leva ao afastamento da escola, acentuando a condição de vulnerabilidade delas", lamentou.

Outro mal que afecta as mulheres, explicou, tem a ver com os casamentos arranjados, um atentado contra os seus direitos, com destaque para a gravidez precoce, que considerou um atentado à saúde e à vida da jovem mulher.

"Consideramos que o organismo da menor ainda não está preparado para receber uma gravidez, assim como psicologicamente não está preparada para ser mãe e assumir um lar", referiu Santa Ernesto.

Acrescentou que do ponto de vista social, a gravidez precoce reduz toda a possibilidade de uma mulher ascender, considerando que ao ser afastada da escola, ela passa a ser uma potencial candidata à pobreza, assim como o filho que nasce.

Melhores lugares

Ao comparar a posição da mulher antes e depois da Independência, Santa Ernesto adiantou que estas nem sempre ocuparam um lugar de destaque. "Ao longo da história, a sua função foi mudando e ela foi exercendo outros papéis, ao ponto de deixar de ser unicamente dona de casa e ter um lugar essencial na sociedade, por meio da forte aposta na profissionalização", sublinhou.

Actualmente, prosseguiu, as mulheres angolanas estão em todos os sectores da vida social, política e económica, a exercer funções antes executadas apenas por homens, como no domínio das tecnologias.

"Em Angola, hoje, as mulheres atingiram lugares cimeiros, apesar de ainda existir alguma discriminação, que é uma barreira na sua ascensão", disse Santa Ernesto.

10. AMBIENTE

10.1 Vários hectares de florestas devastados por queimadas

Jornal de Angola

1 De Novembro 2022

Texto: Weza Pascoal

Vários hectares de florestas foram devastados, na província do Cuando Cubango, em consequência de 5.868 incêndios, decorrentes de queimadas anárquicas, registadas de Janeiro até agora, informou, segunda-feira (31), na cidade de Menongue, o porta-voz do Serviço local Albano Cutarica Jamba disse que, em comparação com igual período do ano passado, houve um aumento de mais de 2.268 casos de queimadas anárquicas, com principais consequências para o empobrecimento dos solos agrícolas, destruição da biodiversidade e desertificação.

O porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros realçou que os municípios do Rivungo, Mavinga, Cuito Cuanavale, Cuangar e Calai foram os que mais registaram ocorrências.

Albano Cutarica Jamba apontou os camponeses, que ateiam fogo nas florestas para a abertura de novos campos agrícolas, pastores de gado e caçadores furtivos como os principais causadores de queimadas na província.

Além desses, o porta-voz destacou alguns automobilistas que, quando avariam junto às vegetações, para afugentar os animais selvagens, colocam fogo, descargas atmosféricas e a produção do carvão.

Apesar do registo das queimadas, garantiu que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros não tem o registo de mortes ou ferimentos de pessoas, tendo em conta que a maior parte dessas práticas têm sido realizadas em zonas isoladas.

Os dados em posse da Protecção Civil e Bombeiros têm sido recolhidos através dos boletins periódicos fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inamet) e do projecto "Mesa da SADC", onde são controlados, em tempo real, a situação de fogos activos na província, por via satélite.

Explicou que o projecto "Mesa da SADC" é monitorizado pelo Centro de Coordenação Operacional da Protecção Civil e Bombeiros, que

presta informações sobre a situação das queimadas em cada província.

Por exemplo, Albano Cutarica Jamba realçou que dados do último boletim do centro apontam que, de 26 a 28 do mês findo, 23 por cento do território do Cuando Cubango esteve com fogos activos, situação que preocupa as autoridades locais.

Por isso, no quadro da coordenação das actividades de prevenção e socorro, os efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros têm realizado acções de sensibilização e educação ambiental no seio das comunidades, para a contenção da prática de queimadas.

No Cuando Cubango, a prática de queimadas anárquicas é realizada, com maior incidência, com o aproximar das estações chuvosa, altura em que há um maior trabalho nos campos de Protecção Civil e Bombeiros.

10.2 Chuva inunda ruas e casas

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

Ruas intransitáveis, casas inundadas e paragens de táxi cheias é o cenário que se registou, ontem, em partes da cidade de Luanda, na sequência da chuva, que começou às primeiras horas do dia.

O cenário acima descrito era mais visível em zonas do Golfe II, Kilamba Kiaxi, Zango, Rangel e partes da Baixa de Luanda.

No Distrito Urbano do Rangel, concretamente no Bairro Indígena, muitas casas ficaram inundadas. Alguns moradores foram obrigados a recorrer a baldes e bacias para retirar a água das residências e dos quintais.

Municípios contactados pela nossa reportagem queixaram-se, também, do engarrafamento em alguns pontos da cidade, o que fez com que muitos atrasassem ao serviço ou outros compromissos.

Pedro Gonçalves, 41 anos, que vive há 18 anos no Bairro Indígena, na rua do Imbondeiro, disse que depois das obras de requalificação não havia problemas de inundação. Acrescentou que os problemas começaram com a construção da loja LG, porque no local havia uma conduta que fazia com que a água transbordasse para a vala.

Este impedimento da passagem da água, referiu, tem criado transtornos. "A chuva começou por volta das 7h00 e durou mais de uma hora. Os moradores lamentam pelos danos causados em suas residências, que ficaram inundadas".

Pedro Gonçalves apela ao Governo Provincial de Luanda e à Administração Municipal no sentido de serem criadas condições para que o quadro se altere. "A antiga conduta que fazia com que a água da chuva chegasse à vala de drenagem passava pelo local onde estão as instalações dos Correios de Angola, penso que se deve negociar com a instituição no sentido de ser reaberta".

Pelas ruas do Distrito do Rangel encontramos Madalena João Lourenço, de 64 anos, apontada como umas das mais antigas residentes da rua da Dona Amália.

Disse à nossa reportagem que nasceu e cresceu no Rangel e não havia problemas de inundação. "Hoje, quando chove, as ruas ficam "uma lástima", alagadas e com muita lama".

Acrescentou que os problemas começaram quando as pessoas passaram a construir em canais que permitiam a passagem da água para as valas de drenagem.

Uma das situações mais preocupantes para a dona Madalena Lourenço são as águas salobras, que causam desconforto em muitos moradores, que, muitas vezes, são obrigados a entrar em casa por cima de pneus, grades de cerveja ou gasosa.

O Jornal de Angola contactou o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros para fazer o balanço dos danos provocados pela chuva de ontem.

Faustino Minguês acedeu ao pedido, prometendo fazê-lo horas depois, mas, até ao fecho desta edição, não atendia as chamadas telefónicas.

Previsão do INAMET

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê, para as próximas 24 horas, em quase todas as regiões do país, a ocorrência de chuva moderada, com probabilidade de ser forte e com trovoadas.

No caso de Luanda, refere a nota do INAMET, há a previsão de chuvas fracas em alguns municípios.

10.3 Angola defende financiamento para enfrentar desafios do clima

Jornal de Angola

7 De Novembro 2022

Texto: Mazarino da Cunha

Angola apoia a posição da União Africana em relação ao financiamento acordado nas cimeiras anteriores sobre as mudanças climáticas, considerando ser o continente que menos polui, apesar de ser o que mais sofre as consequências das alterações.

De acordo com a Vice-Presidente da República, Esperança Costa, que representa o Chefe de Estado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que iniciou ontem, em Sharm El-Sheik, Egipto, África sofre com inundações, secas severas, deslocamentos forçados de populações, entre outros graves males que afectam milhares de famílias.

Falando à imprensa depois de uma audiência com o Presidente do Quênia, William Ruto, à margem da COP27, que decorre no Egipto, Esperança da Costa considerou que a presente cimeira é praticamente dedicada a África, continente que está determinado a mostrar a sua liderança na acção climática, dando as contribuições para, de forma global, enfrentar as alterações em curso.

A Vice-Presidente da República de Angola corrobora com a afirmação do estadista queniano, chamando a atenção dos países desenvolvidos para o cumprimento das promessas e mensagens a serem assumidas no evento, reiterando para isso a posição da União Africana em relação ao financiamento acordado nas anteriores cimeiras.

De acordo com Esperança da Costa, a realização da COP27 no Egipto vai, de modo especial, transmitir esperança para todos os africanos, cuja oportunidade é fazer e mostrar uma única visão e voz, assentes na unidade.

Esta Conferência, em Sharm El-Sheik disse a Vice-Presidente da República, é "um aproximar das posições quer para África como também para os demais continentes, onde os objectivos sobre as alterações climáticas preconizados devem ser alcançados".

A 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas apela aos países a implementarem de forma efectiva os acordos de Paris, nomeadamente, limitar o aumento da temperatura global acima dos 1,5 graus Celsius, melhorar a qualidade dos desembolsos e dos mecanismos de financiamento, especialmente, para os mais pobres.

É também compromisso da COP27 intensificar os esforços para implementar medidas para a adaptação, assegurar financiamento para danos e perdas, bem como aplicar as regras do Livro de Paris para responsabilizar os países e actores não estatais.

A cidade egípcia de Sharm El-Sheik continua a receber líderes mundiais e de organizações não-governamentais.

Durante a COP27, as autoridades angolanas irão reafirmar a preocupação com as alterações climáticas, um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta, pelo conjunto de efeitos que este fenómeno tem provocado.

De entre os temas candentes a defender por Angola na COP27, destaca-se o financiamento de alguns projectos voltados ao Ambiente, destinados a mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Angola vai apresentar o projecto Carbone Azul, que está a ser gizado pela Associação Otchiva, com apoio da Sonangol e da Total Energies, de Centrais Fotovoltaicas, as chamadas energias limpas, por parte dos ministérios da Energia e Águas e dos Recursos Naturais, Petróleo e Gás, bem como o de Hidrogénio Verde.

Estes projectos serão apresentados no Stand da Bacia do Congo, que conta ainda com o Projecto Fundo Azul.

10.4 Chuva causa mortes no Cuando Cubango

Jornal de Angola

10 De Novembro de 2022

Texto: Carlos Poulino

O Comando Provincial do Cuando Cubango do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou, desde o início da época chuvosa, iniciada, oficialmente, no passado dia 15 de Agosto, quatro mortes, das quais três por descargas eléctricas e uma por desabamento de parede.

Durante o período em referência, as descargas eléctricas causaram, também, ferimentos a um cidadão,

segundo o porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Albano Cutarica.

Acrescentou que as chuvas, acompanhadas por fortes ventos, que se abateram, sábado, sobre o município do Dirico, a cerca de 500 quilómetros da cidade de

Menongue, desalojaram 135 pessoas.

Deu a conhecer que, além de casas, as chuvas destruíram duas igrejas e oito postes de energia.

Albano Cutarica disse que as 135 pessoas afectadas pelas chuvas foram realojadas em casas de famílias e vizinhos, enquanto aguardam pelo apoio do Governo.

Apelou à população no sentido de se prevenir quando estiver a chover, sobretudo, com ventos fortes e descargas atmosféricas.

Segundo o porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, na presente época chuvosa, prevê-se, para a província do Cuando Cubango, chuvas acima da média, acompanhadas de ventos fortes e granizo.

10.5 Governo intercepta construção de condomínio para proteger eucaliptos no Lubango

Jornal OPais

18 Novembro de 2022

Texto: João Katombela

Um cidadão de 44 anos de idade diz estar a ser impedido de erguer um condomínio residencial no seu terreno de 11.110 metros quadrados, supostamente pelo proprietário do Lodje Vanjul, localizado na mesma zona, comuna da Arimba, município do Lubango. O Governo local, por sua vez, diz que a ‘interrupção’ visou necessariamente proteger as árvores de eucaliptos que seriam abatidos com a construção do condomínio

Moisés do Amaral Gourgel, de 44 anos de idade, diz que o impedimento para o arranque das obras do seu projecto habitacional deve-se ao facto de existir igualmente, no terreno, 14 eucaliptos que dão uma visão rústica ao Lodje Vanjul. O cidadão, que disse estar nesta “luta” há mais de um ano, denuncia a existência de tráfico de influências no processo, uma vez que cumpriu com todas as obrigações impostas por lei para o abate dos 14 eucaliptos que estão no seu terreno.

Recentemente, foi impedido de proceder ao abate das respectivas árvores por elementos afecto às Forças Armadas Angolanas (FAA), destacados na Unidade do KM 14, na comuna da Arimba, município do Lubango. “Esteve no local uma equipa de inspecção composta por técnicos da Administração Municipal do Lubango, do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e deram um parecer favorável para o abate das árvores, porque o senhor da Vanjul fechou uma via pública para abrir uma picada no meu terreno, aproveitando-se dos eucaliptos”, disse. Com o parecer favorável daquelas duas instituições, foi ao terreno para proceder ao abate das árvores. Entretanto, foi surpreendido por elementos fardados e armados com arma do tipo AKM, de seguida apareceu um senhor de calções, chinelas e uma t-shirt do exército, dizendo ser tenente-coronel, alegando que as árvores não deviam ser abatidas porque estavam num espaço militar.

Na sequência, Moisés do Amaral Gourgel foi conduzido ao Gabinete do Comandante da Região Militar Sul, conforme ordens do suposto tenente-coronel, onde lhe pediram documentos que autorizam o abate dos eucaliptos.

“Entreguei os documentos e o senhor levou-os ao Comandante, minutos depois, veio a dizer que não havia nada que me impedia de prosseguir com o abate” disse.

Por outro lado, Moisés do Amaral Gourgel revelou que o tráfico de influências não parou por aí, uma vez que ao voltar no terreno encontrou outro impedimento, só que desta vez um telefonema da Administração Municipal do Lubango, a dizer que não poderia abater as árvores porque o governador provincial mandou anular todos os pareceres favoráveis ao processo.

“Cumprir com todas as obrigações do IDF”

Para o abate dos 14 eucaliptos que se encontram no seu terreno e que impedem a execução de um projecto habitacional, Moisés do Amaral Gourgel disse ter cumprido com todos os passos impostos por lei. Segundo ele, tais passos passam pelo pagamento de emolumentos ao Estado e a reposição de árvores conforme orientação do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para posteriormente obter o parecer da Administração Municipal do Lubango.

Pagou 58.917,00 Kz via RUPE, de taxa de abate de 14 eucaliptos, bem como procedeu à entrega de 38 árvores da espécie acácias à Administração Municipal do Lubango para a reposição.

“Cumprir com todas as orientações exigidas por lei e pelas instituições que superintendem o sector, nem com isso me querem deixar executar o meu projecto. Tenho todas as provas que fazem fé aos passos que dei, me foi dito que o governador e comandante da Região reúnem-se todos os dias, talvez seja por isso que fui impedido por militares armados” explicou.

10.6 Que Luanda teremos na nova temporada chuvosa 2022-2023

Jornal O País

18 De Novembro de 2022

O fim de cada temporada de cacimba sempre um prenúncio para começarmos a pensar em possíveis aziagos dos próximos dias, precisamente naquela estação climática que nos habituou a um aguaceiro que cuida naturalmente da lavoura. Por esses dias, temos assistido alguns pinguinhos esporádicos [aqui e acolá], que vezes sem conta, ajuízam-nos sobre o estado despreparado da nossa urbe. Embora não sendo de todo torrencial, ou se chuva por menos de 15 minutos, nossa querida Luanda tem estado a ser palco de uma estranha pluviosidade.

Ora bem, passados aqueles poucos mais de 90 dias de uma temporada seca e naturalmente fresca, é pois hora de prepararmo-nos para outros dias como sempre infernais, já que por essa altura, os termómetros registam valores muito altos. Confesso que não me recordo ter enfrentado todo este calor em outros tempos' sobretudo naquela altura que 'conduzia', incansavelmente, uma jante, ou usava, horas a fio, uma 'trotinete' naquele passeio liso do mercado dos congolenses. 'Que belos tempos daminha infância!'

Desde 1963, quase proibimos a chuva de cair em Luanda, e tudo porque não tínhamos como nos proteger nesses casebres com muitos anos de história. Outrora, essas habitações de pau -a - pique - construídas com areia vermelha, bordão, ripa rija, pregos e chapas de zinco - não cediam apenas a favor da chuva, como destapavam a vida de cada angolano humilde. À época entenda-se ido tempo colonial [até 23 de Abril de 1974] , era comum o autóctone remeter-se a um restritivo ambiente suburbano, onde, de tão discriminado, ele próprio sujeitava-se ao rótulo de INDÍGENA.

Mas hoje confesso não há como não divisarmos o estado calamitoso da nossa querida Luanda porquanto, 'nesses' longos anos, fomos obrigados a lamentar por causa das enxurradas que quase sempre vitimaram os desfavorecidos, sobretudo nos meses de Fevereiro, Março e Abril. Não sendo muito difícil calcular os estragos ou prognosticar os encargos [por conta dos elevados custos orçamentais], o triste semblante que Luanda nos apresenta poderá vir a constituir-se na grande calamidade destruidora de zonas suburbanas como os bairros Popular, Fubu, Fofoca, ou outros. Logo, o angolano de hoje deverá ser um tanto mais forte do que aquele doutro, para buscar uma nova mentalidade, e dar a grande resposta como TRABALHO. O insuflar do oxigênio como sempre disse Lito Loth - poderá ser uma boa forma de não só encorajarmos a malta, como potenciar os jovens, com realce para os mais frescos e fortes do nosso tecido social. Ao relançarmos um ótimo desafio para todos os habitantes sobretudo a esmagadora maioria jovem [70 a 75% saído daquele CENSO a 3 pancadas em 2016], restabeleceremos as nossas conquistas iniciadas em meados da década de 1950, aquando da fundação da UPA., a12deAgo- to de 1954.

A força da nossa própria história certamente transmitir-nos-á essa consciência social, já que a política que nos fez independente comemorado [quase sem graça] há 7 dias, falhou redondamente. Volvidos mais de 60 anos de uma simples intenção de libertar o que era tido como província de Angola, é então chegada a hora de nos adaptarmos à mentalidade doutros tempos.

Manguxi disse: PRODUZIR, PRODUZIR, PRODUZIR, palavra de ordem entre 1975 e 1979, por- que para si O MAIS IMPORTANTE ERA RESOLVER OS PROBLEMAS DO POVO. Mas, não sendo fácil reconstruir as estruturas, reeducar o homem-novo, ou desenvolver o país [na horizontal] - deforma rápida e mais abrangente, é pois imperioso unirmos esforços, cuidarmos os cidadãos e primáramos por uma rigorosa estatística para erguermos essas infra e mega-estruturas adormecidas.

A ser possível este consciente desiderato cujo propósito levar-nos-á a aproveitar o vasto espaço circundante desabitado cerca de 60 milhões de hectares em floresta densa, é pois hora de revestirmos Angola de um elevado orgulho, e capaz de trazer o rendimento que todos almejamos. Nossa terra é imensamente rica em recursos e reúne poucos habitantes. Tudo isso é muita riqueza. É óbvio que para tal, deveríamos começar a cultivar os 35 milhões de hectares de terras aráveis e só depois cuidarmos das zonas suburbanas em destruição, por acção das chuvas [e não só].

E, as mais recentes que se abateram por essa Luanda nos anos transactos, tornaram-se praticamente as maiores de todas, na presente temporada, porquanto fez desabar casas, muros e pontes, mas também incendiou cabinas eléctricas matou mu 'tatas em precariedade. É verdade que a força daquelas chuvas torrenciais criaram enormes engarrafamentos, esburacaram as vias esferovitadas', bloquearam acessos como becos e outros atalhos, espalharam quase todos os focos de lixo, aumentaram-se as enfermidades e também arrastaram algumas escolas muito mal concebidas.

Um caos autêntico na N'guimbi! E chuva que é praticamente benção, passou a ser uma maldição para Luanda, a julgar pela quantidade de mortos e milhares de desalojados, segundo dados oficiais da equipa de bombeiros em serviço' à época. Deixem-me também lembrar que, enquanto chovia torrencialmente naquelas inesquecíveis datas de Abril- CHUVAS MIL - diferentes estações de rádio locais interagiam efectivamente com os ouvintes em sofrimento nos MUSSEQUES que, diga-se, não sabiam por onde pegar, para se defenderem da Orte calamidade.

Issunji?! E qual foi [então] a contribuição emergente do próprio GPL? Nada! Dimoxi diél Era um autêntico 'pandemonium', já que soaram gritos de SOCORRO para que Deus acudisse aquele enorme sofrimento do POVO. Enfim! Caro leitor, espero não entenda o presente desabafo como estando a bater no ceguinho [que já vai trôpego], é pois um LEMBRETE para que não passemos pelas mesmas vicissitudes nos próximos dias. Aliás, Luís Visconde o famosíssimo cantor angolano falecido no dia 26 de Agosto de 1970 gravou "Chofer de praça", em 1968, música na qual o visionário não se coibiu de explicar alguns detalhes, relativamente, a força da própria natureza. Ele que o chofer de praça, entenda-se, o colono que conduzia o táxi, negou-lhe um percurso no interior do musseque, e justamente por causa do estado calamitoso do bairro. Eis o relato: TEMPO CHUVOSO NO SUBÚRBIO NÃO VOU / EU SOU CHOFE DE PRAÇA E NÃO BARQUEIRO / SE VOCÊ QUER VER SEU AMOR / ATRAVESSE A LAGOA A PÉ / NÃO VOU PARTIR O MEU POPÓ/SÓ PORQUE VOCÊ QUER DAR SHOW", fim de citação. E retomando o acima exposto, acuso em primeira instância o EXECUTIVO que observava serenamente o infortúnio, como se de nada lhe tocava a sensibilidade. É só constatarmos o tempo que já dura a estiagem no sul de Angola para vermos a passividade de nossos MAIOAIS. Bem, caso para um outro texto... Quem sabe! A verdade é que naquele triste momento, os AUXILIARES do TITULAR em nada pensavam, porquanto eles

deixavam tudo a cargo do Governo da Provincial de Luanda que, diga-se, há muito que não tinha uma estratégia firme de combate às intempéries. Mas é bom que o leitor saiba o seguinte:

POLÍTICO É TODO O CIDADÃO QUE GERE OS PLANOS DO ESTADO EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO. Então, porquê tanto desprezo por este martirizado, HERÓICO E GENEROSO POVO? QUE MAL FIZEMOS AOS MAIORES? E foi mesmo naquela altura que cheguei a pensar o seguinte; POR QUE NÃO COMPRAM CAIXÕES PARA TODOS AQUELES CADÁVERES ANDANTES?

Aliás, naquela época, eu teria ouvido a aberrante informação segundo a qual o N'guvulo iria erguer um CAMPO SANTO em cada Distrito Urbano de Luanda. Sukuama! Se verdade ou mentira, eu pelo menos tive conhecimento pouco tempo depois, mortes ao nível de 5 mil habitantes, por dia. 'Era um Deus nos acuda!' Enfim... 'Que Luanda teremos na nova temporada chuvosa?'

10.7 Chuva deixa ao relento dezenas de famílias

Jornal de Angola
28 De Novembro de 2022
Texto: Adão Diogo

Um total de 170 famílias, no município de Cacolo, e 82, no Dala, Lunda-Sul, ficaram sem as residências em consequência da chuva, que tem caído, desde a semana passada, com regularidade.

As casas mais afectadas foram as construídas nas linhas de água, disse o administrador de Cacolo, José Txacandji. O administrador do Dala, Lote Moutinho, informou que os bairros mais afectados foram os de Muliata e Sete Maravilhas, arredores da vila-sede, onde ainda está a ser feito o trabalho de levantamento dos danos.

Pelos prejuízos, o governador da Lunda-Sul, Daniel Neto, disse estar solidário com as vítimas e vai fazer as diligências necessárias para garantir a assistência dos lesados. "É um problema que está a preocupar as comunidades".

A obstrução de linhas de passagem de água, com edificações precárias e em zonas de risco, são, para o governante, um dos principais problemas das administrações destas localidades. "É um problema crónico, ignorado de forma recorrente pela população", disse, além de avançar que esforços estão a ser feitos para a transferência destes moradores para

localidades seguras e com projectos sociais melhores infra-estruturas.

"À parte de o fenómeno invasão de espaços, a maioria das edificações erguidas são precárias e erguidas na desordem. É preciso que estas pessoas acatem os conselhos das autoridades, para evitarem consequências piores", lembrou.

10.8 Chuva provoca duas mortes e deixa bairros da cidade de Luanda inundados

Jornal de Angola
28 De Novembro de 2022
Texto: Edna Mussalo

A chuva intermitente, mas de grande intensidade, que caiu sobre a província de Luanda, desde a madrugada de sábado e em boa parte do dia de ontem, deixou várias ruas inundadas e muitas delas intransitáveis, constatou a reportagem do Jornal de Angola.

Nalguns bairros, o cenário foi desolador, em que os moradores tiveram de se ocupar a evacuar as águas que invadiram as habitações, enquanto automobilistas procuravam encontrar o melhor sítio para colocar as rodas das viaturas, dada à suspeita de buracos cobertos por água.

Alguns automobilistas, com receio da força das águas, preferiram estacionar as viaturas e esperar pelo abrandar da chuva, que, por mais de seis horas, teimava em cair.

Em Viana, muitas casas ficaram inundadas e, em consequência disso, muitos móveis acabaram danificados. Até ao final da tarde, era visível dezenas de famílias a lutar para aproveitar o que podiam em casa, após a chuva de ontem.

No Morro Bento, o cenário foi quase o mesmo em diferentes ruas do bairro. Devido às fortes chuvas, no sábado e domingo, tal como em outras zonas, o Morro Bento tinha dezenas de ruas alagadas, o que impossibilitava a livre circulação de pessoas e viaturas.

Pela manhã, muitos munícipes percorreram vários quilómetros a pé, por escassez de táxi, apesar do trânsito mostrar-se, razoavelmente, fluído.

No Cazenga, Belas e Cacuaco, muitos munícipes de muitos bairros, também, viveram momentos difíceis. As águas, por causa de amontoadas de lixo, não tinham o curso normal, o que provocava inundações em muitas ruas das referidas zonas.

Carla Francisco, moradora do Morro Bento, apontou a falta de sistema de esgoto na zona como um dos principais constrangimentos no período chuvoso.

"Todas vezes que chove, as ruas ficam alagadas, o que obriga os trabalhadores a sacrificarem uma série de programas, inclusive os empregos por vários dias", lamentou.

Balanço provisório da chuva na capital

Um total de duas pessoas morreu, em consequência da chuva que caiu na madrugada de sábado e ontem, em Luanda, entre os quais dois menores, um de sete e outro de 14 anos, informou, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Faustino Minguês esclareceu que uma das mortes foi registada no município do Cazenga, onde o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros foi chamado para remover o cadáver de um adolescente, de 14 anos, que se afogou numa das valas de drenagem.

A outra morte foi de uma menor, de sete anos, ocorrido no mesmo município, depois da queda de uma árvore, que causou, também, ferimentos à mãe da criança.

A menor atingida pela árvore, ainda, foi socorrida numa unidade hospitalar, mas não resistiu e acabou por morrer.

Além dessas mortes, a instituição registou cinco habitações destruídas, 238 casas inundadas, ao ponto de afectar 2.215 pessoas directamente. A chuva, acrescentou, devido a intensidade, provocou dois deslizamentos de terra, assim como a progressão de ravinas em várias localidades de Luanda, com maior incidência aos municípios de Cacucaco e Viana.

Faustino Minguês pediu às pessoas, em particular os menores, a evitarem brincar nas valas de drenagem, em especial na época de chuva, assim como encostar em muros ou postos de energia eléctrica.

"É preciso que as pessoas deixem de colocar lixo nas valas, de forma a permitir um melhor curso da água da chuva e evitar determinados riscos", disse, além de alertar que o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) já tinha alertado para a imprevisibilidade da chuva durante os próximos dias.

10.9 As chuvas e os danos

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2022

Embora sejam previsíveis e, na maioria das vezes os seus efeitos, evitáveis, as chuvas continuam a representar um desafio, sobretudo, na periferia das grandes cidades de Angola, uma situação devida a

uma variedade de factores.

Se por um lado é quase impossível evitar os danos provocados pelas quedas pluviométricas, mesmo quando mensuráveis os mililitros de água, por outro deviam ser permanentemente inviabilizadas as perdas de vidas humanas. Trata-se de um desafio que deve ser levado a peito, como se diz, pelas autoridades, enquanto entes responsáveis pelas políticas públicas que incidem, entre outros, na forma como se ocupam os espaços, pelas famílias, que decidem, muitas vezes à revelia do que as leis impõem, onde se fixar.

É verdade que dificilmente evitaremos situações livres de danos por causa das chuvas, inclusive por força das tendências resultantes das alterações climáticas, que prevêem intempéries nunca antes observadas na intensidade com que testemunhamos nos últimos tempos, mas obviamente que temos de "dominar o meio" em nome da sobrevivência humana.

Um dos grandes desafios que devemos enfrentar está ligado à forma como ocupamos os solos, ou seja, como as políticas e formalidades relacionadas com o ordenamento do território e a planificação urbanística impactam significativamente na hora dos fenómenos naturais, como as chuvas, as ravinas, os ventos fortes, apenas para mencionar estes. Mas é sobre as chuvas que devemos fazer as reflexões que se impõem, numa altura em que as atenções, relativamente às perdas delas resultantes, incidem, naturalmente, sobre as instituições do Estado, isentando por completo as famílias e pessoas singulares, cujas responsabilidades precisam, ao menos, de ser fortalecidas.

É preciso que as autoridades provinciais, municipais, comunais, inclusive as autoridades tradicionais, os assistentes sociais e outros parceiros intervenham no processo de consciencialização, educação e informação sobre determinados procedimentos que colocam em risco a vida e a integridade física própria e dos dependentes.

Independentemente das nossas dificuldades, não é excessivo, muito menos irremediável, instar as famílias que, na hora da ocupação dos espaços para erguer a casa, não precisa de imperar o "vale tudo".

Diz-se que temos muito terreno, mas que os atropelos ao ordenamento do território e a inexistência de uma planificação urbanística que incida na "arrumação" das construções, no surgimento e crescimento das construções anárquicas, acabam por inviabilizar uma recomendável ocupação dos espaços. E as consequências, nas circunstâncias em que se encontram organizados numerosos bairros das grandes cidades, impactam negativamente na hora das chuvas e enxurradas.

Um outro factor tem sido a forma como as pessoas usam as valas de drenagem, sobretudo as de dimensão macro, que em muitos bairros de Luanda estão desprovidas dos parapeitos. Muitas linhas de passagem das águas das chuvas, quando obstruídas pela conduta humana, as consequências se direccionam para as zonas residenciais, logo, ao lado das responsabilidades das instituições, precisamos também de reflectir sobre as chuvas e os danos antes que eles ocorram.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Repercussões para o mundo e para Angola

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2022

Texto: Breno Lukeny Baptista Flor

Numa entrevista noticiada pela imprensa internacional, o diplomata e secretário dos assuntos internacionais do Partido Comunista Chinês, Yang Jiechi, transmitiu ao mundo que juntamente com a Rússia, a China pretende construir uma ordem internacional mais justa, ou seja uma ordem internacional mais inclusiva onde a harmonia entre as nações seja prevalecte e retirar ou pelo menos tentar mudar uma universalização de valores estritamente ocidentais.

A China, nos últimos meses e anos, tem estado no cerne dos debates entre especialistas, académicos e diplomatas sobre como ela se insere e actua na sua política externa e a descrição da sua acção desencadeia divisão de opiniões. Desde a pandemia da Covid-19, tem se criado estereótipos e uma culpabilização daquele país pelo surto pandémico e a sua rápida disseminação pelo mundo afora, e, claramente, notam-se discursos "sinofóbicos", inclusive por líderes mundiais.

A política externa consiste num conjunto de directrizes e acções que países buscam adoptar face à natureza e aos desafios que surgem no ambiente internacional e a sua inserção no sistema internacional. Este conjunto de acções permeia uma "policy coordination" de instituições políticas com vista a um processo de tomada de decisões. Este fenómeno combina os dois níveis, o interno ou doméstico e o internacional, que consiste em: Estados, organizações internacionais, empresas multinacionais, indivíduos, dentre outros. A sua correlação com a sua segurança é dada a partir de que as ameaças externas, sejam elas potenciais ou reais, precisam de ser contidas e requerem uma acção política para tal.

Esta acção política é incrementada por meio de instituições competentes dos Estados e o uso de meios indispensáveis para conter essas mesmas ameaças, principalmente se estas colocam em risco a manutenção da soberania e a integridade territorial de um determinado Estado. A China recentemente testemunhou a visita da presidente do congresso

americano, Nancy Pelosi, à Ilha de Taiwan, que corresponde a uma verdadeira ameaça ao princípio da igualdade soberana dos Estados e ingerência nos assuntos internos de cada nação, tendo despertado uma sensação de insegurança à nação asiática e corresponde a uma profunda afronta por parte do governo dos Estados Unidos, aumentando as tensões na região do Mar do Sul da China.

Numa visão categórica e também panorâmica, a China e o seu crescimento têm mudado a configuração da ordem internacional e global, transformando a cultura de valores ocidentais, e trazendo novas formas de cooperação, sem mergulhar num negacionismo da existência de outras potências e valores também pré-existentes. É uma grande verdade que a China vem mudando e mudou a ordem internacional e o modus operandis das potências neste mesmo sistema em que podemos mencionar diversos factores como: Ímpeto económico desde 1978, chamado "Bonluan Fanzheng" ou abertura económica, pelo então líder Deng Xiaoping, a crescente actividade da China no aspecto bilateral e multilateral, novas formas de cooperação na região do Sul Global e com potências médias.

A China hoje ocupa a segunda posição no ranking das maiores economias mundiais, atrás apenas do seu rival, os Estados Unidos, recompondo a posição que ela já tivera ocupado no período das grandes navegações, sendo um dos impérios na época que mais desenvolveu contactos comerciais com outras civilizações e impérios no vasto mundo civilizacional.

Debruçar-me-ei sobre factos e análises de como a China tem moldado o sistema e a ordem não só económico-financeira, mas também político-diplomática e militar, em especial Angola, um parceiro estratégico e de enorme importância no continente africano e na África Austral.

Contextualização histórica e analítica

O Zhongguó ou Império do Meio, como era chamada a China no período imperial, apoiou-se bastante na geografia, que foi muito influente na construção do Estado chinês e também na construção da sua história. A expansão Han avançou até as estepes da Ásia Central, passando pelas planícies centrais, até ao deserto de Xinjiang ou Taclamacã, até a Manchúria, incluindo o planalto tibetano e, finalmente, as planícies no sul, a margem do Rio Amarelo (Yangtze), onde testemunhou fortes desastres naturais, como inundações e cheias. Mas em contrapartida, uma longa e tradicional cultura agrícola de diversos produtos e um sistema de drenagem e irrigação dos plantios tiveram origem nesta região. O

futuro Império do Meio teve a sua origem nas planícies centrais. Todo o ordenamento político e a sede dos poderes imperiais tiveram origem também nesta região, devido à sua importância económica, principalmente das zonas que beiravam o Rio Yangtze. A singularidade da China apresenta uma gama de elementos que demonstram o seu esplendor milenar e que revive até hoje. No período do grande Imperador Amarelo Huang-ti, e dos cinco imperadores no período dos Três Reinos (220-280 D.C), a China viveu uma longa fase de guerras civis e insurreições contra o regime imperial. Como Mao mesmo afirmou, neste período foram dizimadas aproximadamente 50 milhões de pessoas e ocorreu a guerra de unificação da Dinastia Qin, culminando com a conquista dos seis estados que levaram à unificação da China sob a mesma dinastia.

Durante estes períodos de instabilidade e reunificação, os chineses conseguiram levar a cabo o controle efectivo de um império multicultural que se estendia até ao planalto mongol, através de um sistema feudal, que combinava com uma amálgama de Estados vassallos, que, em troca, tinham direito a segurança e protecção das suas propriedades. A primazia da China na organização política da época em que se destacavam longos impérios nos cinco continentes, teve o seu lugar de destaque; a cultura chinesa, isto é, a sua filosofia confucionista e taoísta, a escrita e até técnicas militares e de navegação, foram exportadas para outros territórios fora da China continental, como a Península coreana, a antiga Indochina (actual Vietnam) na Dinastia Nguyen e o Sudoeste Asiático. Durante a Dinastia Ming, o grande navegador Zhen He, muçulmano de Yunan, que teve formação naval na China imperial, levou a cabo as suas navegações, norteado pela filosofia do Tian xia ou "tudo sob o céu", transportando a mensagem imperial e manifestando apenas a intenção de manter contactos com outros povos e civilizações, sem fortes ambições de dominação ou conquista de territórios além-mar.

Longos períodos conturbados marcaram o final do período imperial da China, mais precisamente na Dinastia Qing, como a rebelião de Taiping, de cunho cristão, as duas guerras do Ópio, que constituíram uma verdadeira violação à integridade territorial chinesa, com a China obrigada a ceder Hong Kong à coroa britânica, como promulgado no Tratado de Nanjing, e a primeira guerra sino-japonesa sobre a questão da supremacia na Península Coreana, e ainda a revolução dos boxers, de cunho anti-cristão, anti-ocidental e anti-colonial. Portanto, este período foi marcado por uma longa decadência da Dinastia Qing e do período imperial, sob liderança do seu último imperador, Xuantong.

A República da China viu-se dividida após a morte do professor Sun Yat-Sen, líder do partido Kuomintang e fundador da China republicana, quando os dois grandes integrantes viriam a dividir a China ideologicamente em dois eixos, os nacionalistas por Chiang Kai-Shek e os comunistas por Mao Tsé-Tung. Ainda neste período, após a morte de Yat-Sen, a China republicana viu o seu território anexado pelo império nipónico, levando à crise da Manchúria, nos anos de 1930. A tomada pelos comunistas em 1949, marca de forma derradeira a derrota dos nacionalistas e o fim de 22 anos de guerra civil, que teve início em 1927. Com isto, surge a proclamação da República Popular da China, após a vitoriosa "Grande Marcha".

Esse período foi marcado pela revolução maoísta ou revolução cultural, o resgate de valores confucionistas e um ideário marxista, baseado no modelo cultural milenar. Esse período foi marcado ainda pela política do "Grande Salto Adiante", por Mao, buscando uma economia fortemente planificada e socialmente justa e igualitária, que acabou por culminar na grande fome de 1958 a 1961, que ceifou entre 15 e 55 milhões de vidas humanas, marcando uma das maiores crises alimentares registadas na história da humanidade.

Abertura económica e uma Nova China

Após a morte de Mao e de toda a repercussão social, política e económica, a China finalmente vem a conhecer um período marcante na sua história. A ruptura sino-soviética trouxe ao presidente Nixon a ideia de aliar-se à China, contrapondo-se à hegemonia soviética no antagonismo da Guerra Fria, dando margem de ascensão à China como uma potência no continente e mais tarde no mundo. Esta abertura económica deveu-se à mestria e a um trabalho arduo de Deng Xiaoping, líder do Partido Comunista e arquitecto do "Bonluan fanzheng", uma política que buscou eliminar o caos do período maoísta e tornar a China economicamente desenvolvida e com um progresso social. Essas políticas visavam reformas institucionais em que o livre mercado e ideais do capitalismo ocidental pudessem tornar a China de uma das nações mais pobres do Planeta a uma das economias mais prósperas e com um crescimento jamais ocorrido. Estas reformas institucionais consistiram em reformas na indústria rural para incentivar a produção agrícola, aumentando o poder de renda dos camponeses e almejando a auto-suficiência, o oposto do que se viu na União Soviética. Recorreu-se a um sistema dual de controlo de preços sobre determinados sectores, como a indústria mineradora que foi crucial para a construção de infra-estruturas e transportes, e uma política de abertura externa, atraindo investimento externo directo, e ainda a criação de Zonas Económicas Especiais e Zonas

Franças em cidades portuárias como Shanghai, Shenzhen e Guangzhou. Estas transformações sociais, permitiram que o Estado Chinês investisse amplamente no seu capital humano a longo prazo, ocupando posições de destaque nas principais universidades do mundo e principalmente do ocidente, retribuindo assim, com o seu conhecimento para o desenvolvimento económico. Especialistas afirmam que as políticas da China, que muitos atribuem ao chamado socialismo de mercado ou "capitalismo chinês", num período de crise do dólar e da crise dos tigres asiáticos, foi um factor-chave para a polarização, e um desafio aos Estados Unidos e à União Soviética na Guerra Fria.

Esta inserção geopolítica da China é atribuída a Deng Xiaoping, um político pragmático e fortemente realista e com passos idealistas, ao aliar-se às potências do ocidente em busca de uma China revitalizada e cada vez mais participativa no ambiente internacional. Alguns dados mostram o quão "estrondosa" foi a China nesse período: na década de 1980 atinge 9,5% de crescimento ao ano e em 1995 atingiu 10,2%, com a indústria de tecnologia de baixo valor unitário e a indústria pesada, como a metalúrgica, a lideraram nas taxas de crescimento.

Houve um investimento bruto de 35% a 40% do PIB a partir de 1980, na economia da China.

E ainda mais: empresas estatais lideraram 60% dos investimentos, não só na indústria, mas na rede de energia eléctrica, infra-estruturas como caminhos de ferro, portos e aeroportos, que beneficiaram do crescimento da indústria pesada, e ainda 15% em vilas e comunidades, sem esquecer que a exportação em dólares saltou dos 27,4 mil milhões para o patamar dos 148 mil milhões em saldos positivos na balança exportadora chinesa, no ano de 1995, tendo como maiores parceiros os EUA, Japão, Hong Kong, Alemanha e Coreia do Sul.

Com os Estados Unidos, a balança comercial consistia em importar da China produtos têxteis, calçados, electro-electrónicos e exportar para a China aviões, produtos químicos e grãos. Com o fim do embargo, Nixon introduziu a China no sistema de prioridades para compra e venda de produtos, reduzindo tarifas e barreiras comerciais. De forma clara, a China reduziu drasticamente o seu índice de pobreza e almejou uma expansão agrícola e industrial, aumentando o poder de compra da população chinesa e a renda per capita nas zonas rurais.

Política Externa e de Segurança

A política externa chinesa começa o seu grande lance no período de abertura, com vários líderes como Helmut Schmidt e Lee Kuan Yew, a debaterem sobre a política externa de Deng Xiaoping, classificando-o como calculista e pragmático, e não simplesmente como um comunista de sucesso. A abertura para o ocidente, embora muito contestada pela ala mais conservadora do Partido Comunista Chinês, levou a China ao patamar de uma potência média globalmente dominante. Henry Kissinger na sua visita como enviado especial do presidente Nixon a Beijing, realçou a importância de se estabelecer relações com a China e buscar a manutenção da paz, após o insucesso ocorrido no Vietnam. A actuação da China internacionalmente, já provém desde o período maoísta, com a ideologia de solidariedade dos povos e a chamada construção do homem novo, contrapondo-se à presença soviética no continente e procurando novos aliados. Para isso esteve presente na luta anti-imperialista, participando e apoiando movimentos de libertação de países como Angola, Argélia, Tanzânia, Moçambique, Zâmbia e Guiné, com ajuda externa, treinamento militar e formação ideológica.

A conferência de Bandung foi crucial para a China como actuante fiel ao processo de libertação no sul global. Estes emolumentos históricos, serviram para que a China continuasse a prezar por uma diplomacia solidária aos países periféricos, tanto de âmbito bilateral como multilateral. Desta forma, a política externa da China tem-se baseado nos seguintes objectivos: A manutenção de uma coexistência pacífica com os seus vizinhos, satisfação económica internacionalmente, protecção industrial, e demonstração da capacidade de defesa para a construção de uma China mais renovada e forte, opondo-se ao viés de um país intimidante ou ameaçador. (...)

Regionalmente, a China tem envidado esforços para manter relações de cooperação com os seus vizinhos. Historicamente, a China viu o seu território a ser tomado por impérios e potências estrangeiras. Teve as suas relações com a Índia negligenciadas por questões fronteiriças, sendo subestimada militarmente. A questão de Taiwan e do Mar do Sul da China suscitam a interferência dos Estados Unidos, que recorrem a práticas unilaterais.

A Organização para a Cooperação de Xangai mostra que essa coexistência é importante para a segurança da China e uma contenção hegemônica, sendo que muitos países da região foram integrantes do antigo império russo e esta foi uma alternativa para não tornar hegemônica a Rússia na região da Ásia central. Há motivos claros que fazem a China caminhar para uma "soft power", de forma que desmaterializa a política externa em cunhos militares, apostando num modelo mais económico, político e também cultural. Exemplo foi o governo Hu Jintao e os Jogos Olímpicos de 2008, abraçando fortemente as questões culturais e imperiais chinesas. A política externa da China tem sido pragmática e equidistante no seu modelo de actuação, sendo inclusiva e periférica, lidando com a alteridade e as diferenças nacionais. Ainda, na soft power, a solidariedade da China tem surtido algumas opiniões de como ela tem actuado multilateralmente. Hoje, é um dos países que mais contribui com soldados e técnicos nas Organizações Internacionais e nas missões de paz como a MONUSCO na RDC, a MINUSMA no Mali, a UNAMID em Darfur, a UNMIL na Libéria; e busca atenção das organizações internacionais para os assuntos ligados ao continente africano. Fora isto, no Sudoeste Asiático, a China tem buscado manter a sua influência de diversas formas, concedendo ajuda externa, assistência partidária e investimentos directos e transições de modelos económicos a países de orientação comunista como o Laos, Vietnam e Camboja. As preocupações com a ascensão chinesa levam a medidas protecionistas por parte de potências ocidentais, que a enxergam como um perigo hegemónico para o mundo e como actor de uma diplomacia desleal para com diversos países, dentre eles, africanos e alguns asiáticos.

Impactos em Angola

No período pós-guerra, durante o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, o país arrasado após 27 anos de guerra civil e a braços com uma dívida astronómica, precisava de encontrar vias para dar início ao seu processo de reconstrução nacional, e revitalização da sua economia para melhoria da qualidade de vida dos angolanos. A China apoiou fortemente os movimentos de libertação engajados na luta anti-colonial. No período pós-guerra, a China foi um dos países que mais se solidarizou com as enormes perdas contraídas no período de guerra, com investimentos directos e concessão de linhas de crédito para projectos de infra-estrutura, bem como da indústria ligeira, com juros relativamente moderados. Estas relações destacam-se como uma das mais estreitas da África subsaariana e do continente africano em si. No lado angolano destacam-se as exportações das ramas de petróleo,

sobretudo, e também o sector diamantífero. A exportação de crude fez a China incluir Angola como um país importante na sua segurança energética. Angola é um dos países da OPEP que mais exportava petróleo para a China, atrás apenas do Irão e da Arábia Saudita.

As empresas chinesas e angolanas têm marcado presença nos dois países, sendo estas bancos como: CITIC Bank, Bank of China e ICBS. As empresas de construção chinesas são as de maior punho presencial no país.

No caso angolano, a petrolífera Sonangol tem aumentado muito os seus investimentos no mercado chinês, principalmente na região de administração especial de Hong Kong. Fora isto, Angola é um dos países que têm se beneficiado do ambivalente projecto "Belt and Road Initiative", promulgado no plano quinquenal chinês, pelo Presidente Xi Jinping.

Temos entre os dois países números fortes que mostram o quanto as relações tanto económicas, quanto político-diplomáticas crescem a um ritmo ímpar. No ano de 2019, o antigo ministro da Defesa manteve um encontro com o seu homólogo chinês Xu Qiliang, vice-presidente do Comité de Defesa da República Popular da China, abordando áreas como a reestruturação da indústria nacional de defesa, suprimento de produtos e manutenção de armamentos e infra-estrutura para as forças armadas angolanas.

A economia nacional angolana depende de aproximadamente 95% da extracção de petróleo, sendo que 30% destinam-se às receitas fiscais. A crise económica que remonta a 2014 tem afectado fortemente o sector no mundo inteiro. A China sempre teve Angola no entorno da sua segurança energética, disputando com os EUA, incluindo outros petro-estados como a Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria. Sendo assim, a balança comercial entre os dois países, em 2013 atingiu a marca de 42%, equivalente a 37,5 milhões de dólares americanos. O número de chineses em Angola atingiu os 260 mil, inseridos maioritariamente no sector da construção civil, entre outros. No ano de 2021, Angola foi o quinto maior exportador para a China, sendo que em anos anteriores chegou ao terceiro lugar. Em rochas e granitos chegou à marca de 50 mil toneladas. Vê-se que Angola é um país que tem com a China relações mutuamente crescentes, apesar das adversidades e questões domésticas que os dois países atravessam, dando margem a comissões mistas de investidores para dar continuidade a grandes e bons negócios.

11.2 Victória de Lula vai trazer política externa “mais alinhada” à China

Jornal de Angola

8 De Novembro de 2022

Zhou Zhiwei, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Academia Chinesa de Ciências Sociais, um grupo de reflexão ('think tank') sob tutela do Governo chinês, previu relações políticas mais "calorosas", depois de estas terem "arrefecido", durante a presidência "ideologicamente" anti-China de Jair Bolsonaro.

"Depois de Lula assumir o cargo, com base na sua identidade de esquerda e uma atitude amigável em relação à China no passado, as relações políticas vão melhorar muito", afirmou.

O analista destacou o "multilateralismo", a "cooperação Sul -- Sul" e a "promoção da reforma do sistema de governação internacional" como prioridades diplomáticas de Lula que convergem com os objetivos de Pequim.

"Estes [objetivos] têm muito em comum com a visão externa da China", realçou. "A cooperação China - Brasil é crucial para manter uma ordem multipolar e unir os países em desenvolvimento".

Lula venceu as eleições de domingo por pouco mais de dois milhões de votos sobre o governante de extrema-direita Jair Bolsonaro.

Durante os primeiros dois mandatos de Lula, entre 2003 e 2011, a relação comercial e política entre Brasil e China intensificou-se, marcada, em particular, pela constituição do bloco de economias emergentes BRICS, que inclui ainda Rússia, Índia e África do Sul.

O líder chinês, Xi Jinping, deu os parabéns a Lula pela vitória nas eleições presidenciais. A "amizade de longa data entre China e Brasil conduz à manutenção da paz e estabilidade regional e mundial e à promoção do desenvolvimento e da prosperidade comuns", apontou Xi, numa mensagem enviada ao presidente eleito.

A relação entre Pequim e Brasília arrefeceu, no entanto, durante o mandato de Bolsonaro, que assumiu o poder com a promessa de reformular a política externa brasileira, com uma reaproximação aos Estados Unidos, e pondo em causa décadas de aliança com o mundo emergente. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Ernesto Araújo, que foi, entretanto, substituído, adotou mesmo uma retórica hostil face à China.

O governo de Lula vai, porém, coincidir com um Congresso dominado por forças de direita.

Zhou desvalorizou a importância da composição do Congresso para a política externa do Brasil, lembrando que quem tem tomada de decisão na diplomacia chinesa é o chefe de Estado e o Itaramaty, o ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro.

"Do ponto de vista do mecanismo de tomada de decisões políticas, o Congresso tem uma influência direta limitada nas relações externas", observou.

O analista lembrou ainda que, apesar da posição ideológica assumidamente anti-China de algumas forças políticas conservadoras, "muitos grupos de direita no Brasil são os reais beneficiários da cooperação" entre os dois países.

"Por exemplo, os grupos agrícolas e pecuários, representados pelos partidos de direita brasileiros, obtêm lucros significativos nas trocas económicas e comerciais China-Brasil", realçou.

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, com o comércio bilateral a passar de 9 mil milhões de dólares, em 2004, para 135 mil milhões, em 2021. Nos últimos anos, a participação da China nas exportações do Brasil superou os 30%, à boleia do apetite do país asiático por matérias-primas, sobretudo soja e minério de ferro.

Entre 2007 e 2020, a China investiu, no total, 66 mil milhões de dólares no Brasil.

11.3 Luanda ganha parque de tecnológico da Huawei

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2022

Texto: Yara Simão

O Chefe de Estado presenciou a assinatura do memorando de entendimento para o Desenvolvimento do Talento Digital entre o director nacional do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social e o CEO da Huawei em Angola, para a formação de 10.000 técnicos nas mais variadas especialidades, com prioridade para a juventude, e vão decorrer nas academias da gigante chinesa em Angola, África do Sul e China até 2027.

João Lourenço assistiu ao vídeo de introdução do Parque Tecnológico em Angola e visitou os centros de inovação, informação e a base de prática de engenharia, do projecto orçado em mais de 80 milhões de dólares.

O Parque Tecnológico da Huawei em Angola prevê a capacitação de forma gratuita e em várias áreas nos segmentos tecnológico, digital, inovação e das telecomunicações, para dez mil angolanos, bem como a docentes de cursos técnicos e tecnológicos de universidades angolanas, até 2027.

Localizado no distrito de Talatona, o Parque é resultado da necessidade do reforço e ampliação da parceria e relação existente entre a Huawei e o Governo de Angola, por via do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, no âmbito das Telecomunicações e das Tecnologias de informação, que têm contribuído, fortemente, para a inserção do país no cenário global de grandes e rápidas transformações, baseadas no digital, na tecnologia e na inovação.

Erguido numa área de 32 mil metros quadrados, a infra-estrutura comporta três centros, sendo o primeiro destinado à formação para talentos e engenheiros angolanos. O segundo está vocacionado à inovação, enquanto o terceiro para experiências tecnológicas avançadas.

Numa primeira fase, o Parque Tecnológico vai assegurar a formação de mais 1500 talentos e engenheiros e, posteriormente, deverá assegurar a formação online, podendo abranger um número ilimitado de beneficiários.

Possui também um Centro de Dados e Soluções de Telefonia 3G, 4G e 5G e para painéis solares destinados a residências e empresas. A infra-estrutura oferece soluções de energia para sistemas pré-pagos, de videoconferência, inteligência artificial, smart home (ligação de equipamentos à distância).

Entre aulas teóricas e práticas, o Centro vai garantir formação em 5G, dados de comunicação, engenharia de redes e armazenamento de informação nas nuvens.

O Parque possui vários compartimentos; salas de formação, de treinamento, laboratórios, salas de certificação, escritórios, dormitórios, auditório, refeitório, entre outros espaços, que oferecem as condições necessárias para a concretização dos objectivos da instituição, não apenas em termos de formação, capacitação e certificação dos angolanos, mas também na oferta, apoio e reforço do mercado das TIC em Angola, com soluções tecnológicas adaptáveis às necessidades.

Prioridade para a juventude

Mário Oliveira, ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social,

afirmou que o sector, com o apoio de parceiros privados, compromete-se em apostar continuamente na capacitação, sobretudo, da juventude para dar resposta às necessidades do mercado e do país, e é neste contexto que se enquadra esta iniciativa da empresa Huawei.

O ministro enfatizou que o Parque Tecnológico da Huawei está equipado com tecnologia de última geração e vai possibilitar a formação com qualidade de padrão internacional, não só de quadros nacionais, como também oriundos de países do continente e, em particular, da região da SADC, tendo em conta as potencialidades tecnológicas instaladas.

Com a inauguração desta infra-estrutura, disse, a juventude conta com mais uma oportunidade de formação e superação profissional de alto nível que a vai preparar para o exigente mercado de trabalho no sector das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

"Este empreendimento demonstra o comprometimento e as fortes relações existentes entre a República de Angola e a República da China, através da empresa de tecnologias Huawei que opera no nosso mercado há mais de 20 anos e que muito tem contribuído na formação dos nossos jovens, através de programas em parceria com empresas nacionais de onde destaco o programa Seeds For Future", considerou Mário Oliveira.

O ministro aproveitou a ocasião para reafirmar a abertura total para outras parcerias semelhantes, tendo como foco principal a capacitação da juventude para alcançar níveis elevados de desenvolvimento tecnológico que acredita ser um contributo para a melhoria do bem-estar do povo.

Realçou a forte aposta na formação de jovens na área das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, na Meteorologia e mais recentemente na área Espacial, com frutos visivelmente observados nos grupos de trabalho da SADC, onde Angola lidera a equipa técnica que estuda a operacionalização de um sistema de partilha de satélite para a região e responde pelos Estados da África Austral junto da União Internacional das Telecomunicações em matéria Espacial.

"Com iniciativas do género, estaremos a contribuir grandemente para o desenvolvimento tecnológico do país. Por esta via, contribuiremos igualmente para o desenvolvimento de serviços modernos nos mais variados sectores da economia nacional, destacando-se a modernização dos serviços públicos, Indústria, Agricultura, Recursos Minerais e Petróleo e outros, com vista à transformação tecnológica do país, ao

nível dos padrões internacionais, ao aumento da empregabilidade e redução da pobreza”, concluiu Mário Oliveira.

11.4 Feira de Mobiliário abre portas aos pequenos empreendedores

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2022

Texto: Helma Reis

A terceira edição da Feira de Mobiliário, que vai decorrer sob o lema “Tornar a vida melhor”, abre, hoje as portas, no centro comercial “Cidade da China”, em Viana, província de Luanda, com os braços abertos à participação de pequenos empreendedores.

Até quarta-feira (16), estava confirmada a participação de 30 expositores, entre os quais duas instituições bancárias, podendo o espaço, onde vai decorrer, durante um mês, a feira, receber mais expositores, por terem sido montadas 50 stands.

A feira está aberta à participação de empresas nacionais e estrangeiras do ramo do mobiliário, mas, desde à primeira edição, apenas estrangeiras, sobretudo chinesas, marcam presença no evento.

A feira foi criada pela African Sunrise Investment Group, empresa proprietária do centro comercial “Cidade da China”, para ser “a montra real” do que é feito em Angola, em matéria de mobiliário, por empresas de grande e pequeno portes.

Ontem, a porta-voz da Feira de Mobiliário e secretária de direcção do centro comercial “Cidade da China”, Xiang Haiying, manifestou, em declarações ao Jornal de Angola, o desejo de que, a partir da próxima edição, participem, também, empresas nacionais, incluindo pequenos empreendedores, de todas as províncias do país.

Xiang Haiying lembrou que a Feira de Mobiliário foi criada para, entre outros objectivos, contribuir para um maior intercâmbio entre os produtores angolanos e estrangeiros.

Os artigos produzidos pelas fábricas que participam na Feira de Mobiliário estão à venda em lojas instaladas no centro comercial “Cidade da China”.

Confiança no Sucesso

O Jornal de Angola contactou dois dos 30 expositores, os quais manifestaram confiança no sucesso da terceira edição da Feira de Mobiliário.

A gerente da loja da empresa “Sonho da Casa”, Peng Sha, disse estar optimista, por estarem expostos 7 mobiliários produzidos à base de designers inovadores, arrojados e contemporâneos.

“A nossa especialidade é estar sempre a inovar”, declarou Peng Sha, que, por outro lado, anunciou, como nova aposta da empresa, a produção de mobiliário de escritório.

Na feira, a empresa “Sonho da Casa” colocou amostras de artigos de mobiliário de escritório, como forma de anunciar a sua pretensão de consolidação nesse segmento do negócio mobiliário.

A “Sonho da Casa” está com um volume de produção elevado, estando na origem da redução dos preços, garantiu Peng Sha, acentuando que, por exemplo, o preço de alguns dos sofás foi reduzido em quarenta por cento.

Criada há mais de quatro anos, a “Sonho da Casa” tem, por exemplo, uma produção diária de 1.200 sofás e emprega mais de 500 trabalhadores.

Por sua vez, a gerente Filomena Pereira, da loja da empresa “Super Móbilía”, garantiu que a “Feira de Mobiliário veio dar nova dinâmica à actividade dos lojistas”.

Filomena Pereira disse esperar que a terceira edição da Feira de Mobiliário supere as expectativas criadas à volta do evento, que, no seu entender, tem sido uma “escola de aprendizagem”, no campo do negócio e do marketing comercial.

A empresa “Super Móbilía” produz mobiliário, de todo o tipo e feito, e, também, casas de madeira.

“A qualidade dos produtos da Super Móbilía vai atrair o interesse dos visitantes, devendo um número expressivo comprar alguns artigos à venda pela Super Móbilía”, afirmou Filomena Pereira.

Dando ênfase ao marketing, a gerente da loja da “Super Móbilía” disse esperar por uma afluência de visitantes, um desejo que resulta da necessidade de haver uma maior valorização da produção nacional.

11.5 Produtos da China e Portugal representam mais de 26% das importações de Angola

Jornal O País

18 De Novembro de 2022

Texto: Ladislau Francisco

Os dados da Administração Geral Tributária (AGT) mostram que as importações cresceram mais de 2 mil milhões de dólares de 2020 para 2021, tendo passado de 9,3 mil milhões para 11,4 mil milhões. O mesmo que dizer que cada angolano comprou mais 62 dólares no estrangeiro em 2021. Por seu turno, as exportações cresceram cerca de 14 mil milhões no mesmo período. Saltaram de 20 mil milhões em 2020, para os 34 mil milhões em 2021. O que significa que cada angolano terá recebido mais 437 dólares vindos do exterior.

Uma evolução que ajudou a que Angola obtivesse o saldo positivo de mais de 13,4 mil milhões em 2021, mais do dobro do saldo igualmente positivo de 6, 3 registados em 2020.

Entre os principais países de origem dos produtos que entram em Angola, desta que para a China, que recebeu mais de um 1,7 mil milhões de dólares em 2021, seguida de perto por Portugal, ao qual foi importado o equivalente a 1,3mil milhões de dólares. Contas feitas, China e Portugal juntos representam 26,3% do total das importações feitas. O mesmo que dizer que cada um dos mais de 32milhões de angolanos pagou cerca de 93 dólares em produtos importados destes países.

Número que colocam estes dois Estados longe da Índia, que recebeu de Angola um pouco mais de 759milhões de dólares em 2021, tornando se o terceiro maior país, no que a origem dos produtos importados diz respeito.

Mais de 90% das exportações são de combustíveis

A China é também o principal destino das exportações angolanas. Em 2021 recebeu mais 19 de um total de 34mil milhões de dólares das exportações, seguido de muito longe quer pela Índia, que deu mais de 2mil milhões de dólares ao Estado angolano, quer pelos Estados Unidos da América e Emirados Árabes Unidos, ambos com um pouco mais de 1mil milhão de dólares.

Os produtos minerais, nomeadamente os combustíveis, óleo se ceras minerais, com exportação de pouco mais 19 mil milhões de dólares, de um total de 21,3mil milhões, foram mesmo os mais exportados sem 2021, representaram 90,4%do total

das exportações. Seguidos de muito longe das pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, nomeadamente as pérolas, pedras preciosas, e suas obras, que renderam um pouco mais de 1 mil milhão de dólares.

Em sentido inverso, os produtos menos exportados foram os materiais têxteis, que inclui lã, pêlos, fios e tecidos de crina, com exportação equivalente a pouco mais de 2 milhões de dólares, seguido dos plásticos que geraram pouco mais de 5 milhões de dólares.

Os dados evidenciam a forte importância do petróleo que, tirando raras exceções, exportou sempre muito mais que o do segundo item mais exportado. Uma dependência que na visão do Director Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola (CINVESTEC), Heitor de Carvalho, torna a economia angolana frágil e revela a incapacidade do Executivo para avançar para efectiva diversificação da economia.